Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas (TOE) na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a UFPI a disponibilizar este TEDE sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir do dia 27/03/2026

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação

2. Identificação da Dissertação

Autor:	LARA KALLYNE DE SOUSA CANDIDO		Matrícula: 20241004614 *(identificador)*
Telefone:	32184221		
Identidade:	07663169395 - SSP/PI	CPF:	E-mail: larakaline9@gmail.com
Orientador:	JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF: 474.646.073-68	E-mail: johny@ufpi.edu.br
Membro da banca:	FRANCISCO GLEISON DA COSTA MONTEIRO	CPF: 448.623.853-20	E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br
Membro da banca:	GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ	CPF: 032.686.593-49	E-mail: gisafranjuca@uol.com.br
Membro da banca:	JOHNY SANTANA DE ARAUJO	CPF: 474.646.073-68	E-mail: johny@ufpi.edu.br
Data da Defesa:	27/03/2026	Titulação: Mestre	
Título:	PRESENÇAS HISTÓRICAS E SILÊNCIOS NARRATIVOS: A HETEROGENEIDADE SOCIAL NA INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ, CEARÁ, E MARANHÃO (1822-1823)		
Instituição de Defesa:	Universidade Federal do Piauí/UFPI		CNPJ: 6517387000134
Afiliação:			CNPJ:
Palavras-chave:	História; Guerra de Independência; Exército independentista; Nacionalismo.		

3. Agência de Fomento

NÃO INFORMADO

4. Informação de acesso ao documento

Liberação para publicação: **Total**

gov.br
Documento assinado digitalmente
LARA KALLYNE DE SOUSA CANDIDO
Data: 28/07/2026 14:22:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____
Data

Havendo concordância com a publicação eletrônica, toma-se imprescindível o envio em formato digital da tese ou dissertação.

ATENÇÃO

Para verificar a autenticidade deste documento acesse /sigaa/documentos/ informando o identificador, a data de emissão e o código de verificação 8dab2328f1

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação - STI/UFPI - (86) 3215-1124 | Copyright © 2006-2026 - UFRN - sigjb05.ufpi.br.instancia1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO- PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL - PPGHB

LARA KALLYNE DE SOUSA CANDIDO

PRESENÇAS HISTÓRICAS E SILÊNCIOS NARRATIVOS: A HETEROGENEIDADE SOCIAL NA INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ, CEARÁ, E MARANHÃO (1822-1823)

Teresina- Piauí
2026

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL

ATA Nº 19

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL, REALIZADA EM 27/03/2026.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na sala do PPGHB - UFPI, reuniu-se em sessão pública a banca examinadora da dissertação intitulada: **PRESENÇAS HISTÓRICAS E SILÊNCIOS NARRATIVOS: A HETEROGENEIDADE SOCIAL NA INDEPENDÊNCIA DO PIAUÍ, CEARÁ E MARANHÃO (1822-1823),** de autoria da mestranda **Lara Kallyne de Sousa Candido,** candidata ao título de Mestre em História do Brasil. A banca examinadora foi constituída pelos Professores Doutores: Johny Santana de Araujo– UFPI (Orientador), Gisafran Nazareno Mota Jucá - UECE (Examinador Externo), e Francisco Gleison da Costa Monteiro – UFPI (Examinador Interno). Às nove horas a sessão foi aberta pelo Presidente, que deu início aos trabalhos convidando a candidata a fazer breve exposição sobre a dissertação em julgamento, concedendo-lhe para isto o tempo máximo de trinta minutos. Finda a exposição, o presidente passou a palavra aos membros da banca examinadora, esclarecendo que cada um dispunha de até trinta minutos para a arguição e o candidata de igual tempo para às respectivas respostas. A arguição foi iniciada pelo Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Juca, e seguindo-se o Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, e finalmente, o Prof. Dr. Johny Santana de Araujo, orientador da dissertação. A mestranda respondeu a todos os questionamentos de forma satisfatória. A seguir, a banca, em sessão secreta, avaliou a dissertação apresentada. Retornando ao plenário do exame foi dado conhecimento do resultado da avaliação. O Presidente comunicou que a Banca Examinadora considerou a dissertação **APROVADA**. Ficou estabelecido que a entrega da versão final, com as correções mandatórias, deverá ser feita no prazo de sessenta dias, a contar da assinatura desta ata. Após os cumprimentos de praxe o Presidente, congratulando-se com a candidata e agradecendo a audiência de todos, encerrou a sessão às ..... horas e trinta minutos, e para constar, foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, será subscrita por todos os membros da Banca Examinadora.

Teresina, 27 de Março de 2026.

Prof. Dr. Johny Santana de Araujo– UFPI
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – UFPI
Examinador (a) Interno (a)

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá - UECE
Examinador (a) Externo(a)

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Setorial Prof. Wilson Brandão

C217p Candido, Lara Kallyne de Sousa.
Presenças históricas e silêncios narrativos : a heterogeneidade social na independência do Piauí, Ceará e Maranhão (1822-1823) / Lara Kallyne de Sousa Candido. -- 2026.
118 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
"Orientador: Prof. Dr. Johny Santana de Araujo".

1. História. 2. Guerra de independência. 3. Exército independentista. 4. Nacionalismo. I. Araujo, Johny Santana de. II. Título.

CDD 981

Bibliotecária: Amanda Maria Coelho Vieira Albuquerque – CRB3/1353

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram ao longo desta caminhada. Primeiramente a Deus, minha família, amigos e meu orientador.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que fez com que meus objetivos fossem alcançados durante todos esses anos de estudos. Aos meus pais, agradeço por todo apoio que sempre me deram. Sou grata, também, ao professor Dr. Johny Santana de Araújo por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com paciência. Agradeço, ainda, aos meus amigos que atenderam prontamente às minhas necessidades e a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

Que darei eu ao senhor, por todos os benefícios que me tem feito?
Salmos 116.12, Bíblia Sagrada

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central investigar o processo independentista. Ressaltar sua complexidade, pois esse conjunto de acontecimentos, não foi formado apenas por batalhas físicas, ele também alcançou o campo das ideias, das mentalidades. Pretendemos ainda destacar a participação de personagens populares, sujeitos esses que por muitos anos, não foram mencionados na historiografia. Visamos também compreender sua omissão nas narrativas das batalhas pela independência no Piauí e Maranhão, mapear suas participações no decorrer delas e destacar a importância dessas batalhas e desses personagens. Além disso tratamos da formação dos exércitos independentistas. É importante salientar que no período trabalhado a questão do nacionalismo ainda não estava formada no país. Intentamos demostrar como a separação política de Portugal foi de suma importância, para a gestação, formação e desenvolvimento da consciência nacional. A fim de alcançar os resultados propostos, utilizaremos como metodologia o método histórico, no qual faremos uma leitura a contrapelo das fontes que são desde obras bibliográficas de notáveis historiadores dedicados à pesquisa sobre a independência, como Wilson Brandão (2006), Monsenhor Chaves (2006), Vieira da Silva (1972), Abdias Neves (1974) e Odilon Nunes (2007). E também ofícios das câmaras de províncias piauienses; o jornal O conciliador, periódico do Maranhão e a Revista trimensal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Palavras-chave: História; Guerra de Independência; Exército independentista; Nacionalismo.

ABSTRACT

The central objective of this work is to examine and investigate the independence process. It emphasizes its complexity, as this set of events was shaped not only by physical battles but also by ideas and mindsets. We also intend to highlight the participation of popular figures, individuals who, for many years, were not mentioned in historiography. We also aim to understand their omission in the narratives of the battles for independence in Piauí and Maranhão, to map their participation throughout these battles, and to highlight the importance of these battles and these figures. We also address the formation of the independence armies. It is important to emphasize that during the period studied, the question of nationalism had not yet been formed in the country. We intend to demonstrate how political separation from Portugal was of paramount importance for the gestation, formation, and development of national consciousness. In order to achieve the proposed results, we will use as a methodology a reading against the grain of the sources, which range from bibliographical works by notable historians dedicated to research on independence, such as Wilson Brandão (2006), Monsenhor Chaves (2006), Vieira da Silva (1972), Abdias Neves (1974) and Odilon Nunes (2007). We will also include official documents from the chambers of Piauí provinces; the newspaper O conciliador, a periodical from Maranhão; and the quarterly Magazine of the Brazilian Historical and Geographical Institute.

Keywords: History; War of Independence; Independence army; Nationalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -[Cartográfico] 1816 Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará 43
Figura 2 -[Cartográfico] 1816 Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará 53
Figura 3 - (1854) Carta geral da província do Maranhão organizada sobre os trabalhos mais acreditados existentes no Archivo Militar e com o aditamento que trouxe a legislação vigente pelo capitão do Estado Maior de 1º Classe do Exército, Franklin Antonio da Costa F 65
Figura 4 - (1850) Carta topographica e administrativa da provincia do Maranhão: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Visconde de. J. de Villiers de L'lle Adam 68
Figura 5 - Morro das Tabocas: A parte destacada faz parte do morro, onde os lusitanos se fortificaram. 75
Figura 6 - Etnias, número de nações e tribos 91
Figura 7 - Quadro demonstrativo das distribuições espaciais das nações indígenas I 92
Figura 8 - Quadro demonstrativo das distribuições espaciais das nações indígenas II 93
Figura 9 - Cronologia das instalações e denominações dos aldeamentos. 96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3

1. O PROCESSO DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO INDEPENDENTISTA: ENTRE O CEARÁ E O MARANHÃO 12

1.1. A independência no Maranhão: a participação de João Ferreira do Couto e sua representação no jornal O Conciliador 12

1.1.1. Salvador Cardoso de Oliveira: heroi da independência na vila do Brejo, Maranhão 24

1.2. A independência no Ceará: contexto de sua formação 26

1.2.1. Cenário político no Ceará: Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e José Pereira Filgueiras 30

1.2.2. O processo da formação do exército independentista no Ceará 34

1.2.3. O cotidiano da tropa auxiliadora do Ceará em marcha para o Piauí: entre ofícios e insubordinações 36

2. A EVOLUÇÃO DA CAMPANHA LIBERTADORA NO PIAUÍ E MARANHÃO: DA PROCLAMAÇÃO LOCAL AO CERCO DE CAXIAS 43

2.1. Contexto: formação e desenvolvimento da província do Piauí 44

2.1.2 Adesão da independência no Piauí 48

2.1.3 Organização do exército independentista 54

2.1.4. Fazendeiros, escravizados e camadas populares nos exércitos independentistas 56

2.2.1 A evolução da campanha libertadora a partir do Piaui para o Maranhão: as operações militares envolvendo o cerco a Caxias 60

2.2.2. Insubordinações e intrigas 65

2.2.3. Início do cerco de caxias 68

2.3.1. Depois do cerco 77

2.3.2. Uma outra guerra à vista? 79

3. ONDE ESTAVAM OS NATIVOS, CIGANOS E AS MULHERES DURANTE AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ? 81

3.1. As mulheres nas guerras de independência 81

3.2. Os nativos nas guerras de independência 89

3.3. Onde estavam os ciganos durante as batalhas pela independência no piauí e ceará? 99

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 103

5. REFERÊNCIAS 107

7. FONTES: 109

INTRODUÇÃO

Quando se trata das narrativas mais tradicionais sobre a História da Independência no Brasil é notável um silenciamento quando se trata de personagens subalternos, como as mulheres, os nativos, os ciganos e aqueles que não pertenciam a elite ou não possuíam prestígio financeiro. Por isso esse trabalho pretende combater a ideia por muito tempo corrente de que o episódio da independência teria sido um episódio isolado das elites. Quando o que tivemos foi um processo extremamente complexo, com diversos personagens e que:

> Constitui o nosso país o maior milagre da História contemporânea. O episódio da Independência, o esforço nele despendido, representam fator relevante na formação daquele milagre humano. Outro qualificativo não se ajusta à nossa imensa unidade de povo que arduamente conquistou o seu lugar ao sol. Somos o que somos, e possuímos o Brasil porque o merecemos.[1]

Diferente do pensamento que se constituiu de que a independência conquistada no Brasil não foi a custo de vidas e lutas, temos um outro lado. E assim como Hermínio Conde, concordamos, que nossa emancipação foi conquistada, merecida, de que na região norte, hoje constituída pelas regiões norte e nordeste, que utilizaremos como exemplo, houve várias lutas e muitas vidas foram perdidas. Neste trabalho iremos elucidar a participação de outros personagens nessa História, que por muito tampo não foram mencionados por serem considerados "figurantes" nesse evento tão importante. Assim poderemos compreender que o "esforço nele despendido" fora bem mais complexo do que geralmente se pensa.

No dia 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto em Portugal acontecia a Revolução Liberal do Porto, um movimento que defendia a formação de uma monarquia constitucional, a volta de Dom João VI e a recolonização do Brasil. Os portugueses criaram algumas medidas, que objetivavam "recolonizar" o Brasil, como as aprovadas em 29 de setembro e 1 de outubro de 1821, através das quais exigia-se o retorno do herdeiro a Portugal, extinguiam-se os tribunais criados no Rio de Janeiro desde 1808, e organizavam-se governos ultramarinos subordinados diretamente a Lisboa.

Além disso, as províncias foram estabelecidas com o decreto de 1º de outubro de 1821, quando D. João VI assinou o decreto transformando as capitanias do Brasil em províncias e estabeleceu a criação de juntas governativas provisórias, que seriam governadas por cinco ou

[1] CONDE, Hermínio de Brito. Fidié e a unidade do Brasil. *In*: FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária fortuna de um soldado português. Teresina: Fundapi**, 2006. P. 25.

sete membros, e criou também o cargo de governador das Armas, que era subordinado ao reino, mas independente das juntas provisórias. Dessa forma, no dia 7 de setembro as margens do riacho Ipiranga em São Paulo, D. Pedro I proclamou a independência do Brasil.

Especialmente nas províncias do Norte[2] (o que no período incluía as atuais regiões norte e nordeste), houve muita relutância em aceitar a separação política de Portugal, devido a diversos fatores, como por exemplo, o fato da comunicação entre estes com a metrópole ser mais fácil; dentro das elites Maranhense e Piauiense havia muitos que eram simpáticos à causa portuguesa e até portugueses, além disso havia o desejo de Portugal de manter a região norte sob sua tutela.

Nesse sentido, esta dissertação propõe investigar a participação dos indivíduos subalternos, nas batalhas ocorridas durante a guerra pela independência no Piauí e Maranhão, (1822-1823), aqueles que não possuíam a propriedade da terra, prestígio financeiro, ou posições elitizadas na sociedade da época. Esses sujeitos foram constituídos por nativos, negros, mestiços, mulatos e mulheres.

O tema deste trabalho surgiu de inquietações surgidas após a realização de pesquisas sobre o tema das guerras de independência, realizadas durante a escrita do TCC, intitulada *O Cerco a vila de Caxias: a última campanha da guerra de independência na província do maranhão 1823*[3], realizada na Universidade Federal do Piauí, em 2023, tendo como orientador o Prof. Dr. Johny Santana de Araújo[4]. Durante a realização dessa pesquisa percebemos na historiografia, uma valorização dos feitos das elites e das autoridades, e já com relação as camadas populares constatamos restrições ou preconceitos, minimizando seu papel no processo histórico.

Posteriormente a essas pesquisas é notável uma narrativa mais detalhada sobre os feitos dos "grandes homens"[5], no entanto, quando se trata de mulheres, por exemplo, de sujeitos escravizados e sem terras temos uma exclusão. Há uma escassez de fontes sobre esses sujeitos, que se dá, pois, a grande maioria era analfabeta e não tinha acesso aos estudos, portanto, as fontes escritas encontradas foram produzidas por personagens da elite. Isso foi também reflexo da produção historiográfica onde o enfoque eram os grandes homens, grandes feitos, no entanto,

[2] Naquele período, as regiões denominadas atualmente norte e nordeste, eram chamadas de região norte, apenas.
[3] CANDIDO, Lara Kallyne de Sousa. **O cerco a vila de Caxias: a última campanha da guerra de independência na província do maranhão 1823**. Monografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.
[4] Professor doutor, da Universidade Federal do Piauí, (UFPI), e-mail: johny@ufpi.edu.br.
[5] Me refiro a personagens como o fazendeiro Simplício Dias da Silva, o juiz de Parnaíba João Candido de Deus e Silva e Manoel de Sousa Martins, que tinha o posto de brigadeiro.

por meio de uma leitura a contrapelo dessas fontes tencionamos investigar esses sujeitos esquecidos.

Os sujeitos que recebem visibilidade quando o assunto é independência são em grande parte de famílias emponderadas. De acordo com Pedro Vilarinho Castelo Branco[6], havia um primeiro grupo situado ao norte, onde se aglutinavam, os Dias da Silva e os Castelo Branco, ligados ao criatório de gado e à sua comercialização em forma de charque. E no centro sul do Piauí havia uma segunda rede familiar, liderada pelos Sousa Martins, ligada a Oeiras, também vinculada ao criatório de gado, mas fazia a venda de animais vivos para as feiras de gado, para várias regiões, como Maranhão, Bahia e Ceará.

Dentre os exemplos de fazendeiros mencionados há pouco, temos o fazendeiro Simplício Dias da Silva, o juiz de Parnaíba João Candido de Deus e Silva e Manoel de Sousa Martins, que tinha o posto de brigadeiro[7]. Esses sujeitos tiveram papel de extrema importância para a emancipação piauiense, os dois primeiros participaram da proclamação em Parnaíba, no dia 19 de outubro de 1822, e Sousa Martins atuou na adesão de Oeiras, em 24 de janeiro de 1823. No entanto, neste trabalho pretendemos investigar outros sujeitos nas narrativas sobre a independência, assim como fez Claudete Maria Miranda Dias[8] em seu trabalho intitulado *O outro lado da independência do Brasil: Aspirações e manifestações, natureza e formas de lutas da população do Piauí- 1789/1850*, que como segundo ela:

> [...]acentuar o papel da gente comum, de homens e mulheres que participaram de numerosos movimentos sociais e populares ocorridos em várias províncias brasileiras, praticamente apagados, para dar lugar à história ou à "versão falsa que oculta deliberadamente as lutas e os conflitos".[9]

Nessa busca por flagrar as atuações dessa gente comum, como cenário espacial vamos nos utilizar das atuais cidades de Campo Maior, onde aconteceu a batalha do Jenipapo, no dia 13 de março de 1823; a cidade de Parnaíba, onde em 19 de outubro de 1822, foi proclamada a independência do Piauí e a cidade de Oeiras, que no dia 24 de janeiro também fez sua adesão ao movimento separatista.

Já no Maranhão, pesquisaremos a antiga vila de Caxias, devido ao cerco dos independentistas aos partidários portugueses, acontecimento de grande importância para a

---

[6] BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil**. Revista eletrônica Humana Res, v. 4, n. 5, 2022.
[7] Na hierarquia militar, patente de oficial que comanda uma brigada.
[8] DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história, o processo de Independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí - 1789/1850**. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
[9] DIAS, Claudete Maria Miranda. **Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia**. ANPUH– Simpósio Nacional de História, v. 22, 2003. P.8.

História nacional e regional, pois após esse cerco o major Fidié, e seus soldados foram presos, e assim a independência foi efetivada. Além disso, o antigo povoado Vila da Manga do Iguará, atualmente município de Nina Rodrigues, no Maranhão devido a participação de João Ferreira do Couto, um "preto crioulo", que era capitão do mato e foi de grande importância para a adesão daquela vila a independência.

Diante dessa lacuna historiográfica e da necessidade de resgatar a agência dos esquecidos esta pesquisa se propõe a contemplar elementos do conhecimento histórico, militar, social e jornalístico. Dessa forma utilizaremos, nos primeiros passos uma ideia do texto de Jim Sharpe, *A História vista de baixo*[10], pois "tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes"[11].

Neste trabalho, pretendemos utilizar a abordagem da História nova, flagrar as atuações das pessoas comuns, as subalternas dessa História. Utilizaremos essa abordagem teórica de uma História vista de baixo em razão de que "oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história"[12]. Ainda nesse sentido de utilizar-nos da nova história pretendemos empregar a concepção de Michelle Perrot, em seu livro *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* [13], de que as mulheres nos "poderes", geralmente tem influências, vamos aplicar em nosso trabalho no sentido de que nos acontecimentos das guerras pela independência, acreditamos ter influências de mulheres, que também fazem parte do conceito de subalternos e de pessoas comuns que empregamos. Segundo Perrot:

> As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras "Poder", como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comunmente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a "influências" difusas e periféricas, onde as mulheres têm sua grande parcela.[14]

Com isso concordamos com Perrot, que quando no plural esse poder se estilhaça em fragmentos, e que durante a independência as mulheres tiveram sua parcela de influência. Por exemplo, além de assumir o papel do homem quando este era convocado para lutar, passando a exercer assim além das atividades domésticas ter que sair para trabalhar para conseguir o

[10] BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 2011.
[11] Ibid. p. 40.
[12] BURKE, Op. cit. p. 53-54.
[13] PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 4. Ed.São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.
[14]Ibid.P.167.

dinheiro para manter as despesas da casa, ainda vendiam dos seus pertences mais valiosos para que seus amados, não fossem para a guerra desarmados. De acordo com o livro de Francisco Augusto Pereira da Costa, *Cronologia histórica do Estado do Piauí*[15], que constata a participação das mulheres:

> Os voluntários patriotas vinham às dezenas, arrastados pelos sentimentos, pela imitação, talvez. As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os irmãos para a guerra, e a fim de que levassem munições e armas vendiam joias, se mais nada tinham que vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas.[16]

Portanto, as mulheres tiveram papel de suma importância nas guerras de independência, seja tratando dos feridos, mandando seus maridos e filhos para a guerra, ou servindo de apoio para esses homens.

Já no campo militar com o aparecimento dos Annales, por volta de 1929 e com a consolidação da história como disciplina acadêmica a ênfase nas batalhas em si, como nas estratégias de ataque e defesa, vai ser substituída, pela história constitucional e diplomática, ao mesmo tempo que os aspectos, sociais e econômicos, se tornaram mais importantes, ou seja, o historiador começou a se dedicar mais a análise das estruturas sociais e culturais.

O livro *Da guerra*[17] nos remete a Carl Von Clausewitz, cujo livro esmiúça vários aspectos das guerras, como: o conceito, o propósito e a teoria. Uma de suas ideias que vamos nos utilizar neste trabalho é de que a guerra nunca é um ato isolado, ela nunca irrompe de uma maneira totalmente inesperada, e nem pode se alastrar instantaneamente, para ele a Guerra seria um duelo em grande escala, onde inúmeros duelos a constituiriam. Portanto, as guerras de independência, fazem parte de todo um processo envolvendo um contexto, político, social, econômico e participações de vários personagens, não apenas aqueles que estão em destaque nas narrativas, tivemos também os "figurantes"[18], mas que tiveram grande importância para a escrita dessa história mais local e consequentemente nacional. Portanto enfatizamos a importância de cada batalha, para o sucesso da emancipação brasileira.

Este trabalho também vai ser construído tendo como um dos vestígios, as fontes hemerográficas, pois temos em vista investigar as repercussões das camadas populares.

---

[15] DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2 ed.Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. V.2.

[16]DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2 ed.Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. V.2. P. 152-153.

[17] CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução para o inglês de Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Princeton: Princeton University Press, 1984.

[18] Os figurantes seriam as camadas populares, constituída por sujeitos que não possuíam terras, nativos, negros, mestiços, mulatos e mulheres.

Portanto, para manuseio dessas fontes levamos em conta o texto *Historia dos nos e por meio dos periódicos*[19], que nos traz a ideia de que essas fontes são selecionadas de acordo com seu ponto de vista e cabe ao historiador fazer uma análise do discurso que problematize o seu conteúdo. Portanto, de acordo com Tânia Regina Luca, pretendemos, fazer uma análise a contrapelo, problematizando, essas fontes que em grande maioria foram escritas pelas elites, e autoridades da época:

> Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa.[20]

Enquanto a historiografia clássica de Varnhagem, em sua obra intitulada *História da Independência do Brasil*[21], e Ilmar Rohloff de Mattos e Luis Afonso Seigneur de Albuquerque, em sua obra *Independência ou Morte: A emancipação política do Brasil*[22] priorizam a diplomacia, autores mais contemporâneos como João Paulo Pimenta, e sua obra *Independência do Brasil*[23], além dos outros que apresentaremos mais à frente abrem espaço a novas abordagens e questionamento, contudo ainda resta a necessidade de aprofundamento na abordagem historiográfica da História vista de baixo.

Somado a isso, a fim de nos aprofundarmos na História do Piauí e Maranhão vamos utilizar a historiografia local, fazendo uma revisão teórica, para contextualizar o nosso objeto. Assim recorreremos aos seguintes textos *O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil*[24]; *História da independência no Piauí*[25]; *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*[26]; *A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823*[27]*; História*

---

[19] LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY. Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas (São Paulo: Contexto, 2005).
[20] LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY. Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas (São Paulo: Contexto, 2005).
p.139.
[21] VARNHAGEM, Francisco Adolfo. **História da Independência do Brasil**. Senado Federal, Brasília. Vol. 137. 2010
[22] MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Afonso Seigneur de. **Independência ou Morte: A emancipação política do Brasil.** Coleção: História em documentos. Atual, 1991.
[23] PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.
[24] BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil**. Revista eletrônica Humana Res, v. 4, n. 5, 2022.
[25] BRANDÃO, Wilson. **História da independência no Piauí**. FUNDAPI, 2006.
[26] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006
[27] ARAUJO, Johny Santana de. **O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823**. Cienc. Cult., São Paulo , v. 74, n. 1, p. 1-9, Mar. 2022.

da independência da Província do Maranhão, 1822/1828[28], *O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823*[29] *e Cronologia histórica do Estado do Piauí*[30].

Com relação a textos mais contemporâneos empregaremos os seguintes textos *O processo de adesão do piauí à independência do Brasil* [31], *O combate que decidiu o futuro do Brasil* [32] *O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em1823*[33] *e O Governo das Armas de uma província dissidente: uma breve narrativa da trajetória do major português João José da Cunha Fidié na Independência do Piauí (1822-1823).*

Para a realização desta pesquisa Recorreremos a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XLVIII, Parte I[34], disponível na internet[35], que traz diversas informações, com muitos tópicos a serem analisados, como as deliberações do governo provisório do Ceará; a correspondência oficial da junta expedicionária; as peças oficiais concernentes ao assédio e rendição de Caxias e a participação de diversos personagens. Foi uma expedição realizada pelos Cearenses, com isso depreende-se que é contada, sobretudo, por eles, portanto retomamos a ideia do texto já citado *Historia dos nos e por meio dos periódicos*[36], de que é necessário fazer uma análise minuciosa problematizando seus relatos.

Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 outubro de 2023.

[28] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

[29] ARAÚJO, Johny Santana de. **O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 33, n. 2, 2015.

[30] DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2 ed.Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. V.2.

[31] BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil**. Revista eletrônica Humana Res, v. 4, n. 5, 2022.

[32] ARAUJO, Johny Santana de. **O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823**. Cienc. Cult., São Paulo , v. 74, n. 1, p. 1-9, Mar. 2022 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 outubro de 2023.

[33] ARAÚJO, Johny Santana de. **O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 33, n. 2, 2015.

[34] ARARIPE, Tristão Alencar de. "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan. de 2026. P.462

[35] Ibid.

[36] LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY. Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas (São Paulo: Contexto, 2005).

Nele encontramos relatos de prisão de ciganos[37], da soltura de uma mulher presa[38], a participação dos índios da missão da Conceição Jozé, nas tropas da expedição auxiliadora[39], relatos de diversas insubordinações contra o exército auxiliador que marchava em auxílio ao Piauí e Maranhão, portanto, relatos de personagens comuns nessa história. Além disso temos a bibliografia já mencionada que nos traz relatos e nos servem como fontes.

Temos acesso a cartas contidas no livro *As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824*[40], do museu Ozildo Albano, que evidenciam o cotidiano dos moradores, como o encaminhamento de filhos de fazendeiros para a guerra, enviavam suprimento, e atesta a participação de escravizados, que eram enviados para servirem nos exércitos, e também como portadores de cartas, animais e suprimentos para seus senhores.

Em relação a utilização das fontes hemerográficas pretendemos trabalhar com o jornal *O Conciliador*, que foi criado no 15 de abril de 1821 em São Luís (MA), e foi o primeiro periódico lançado em sua província, era publicado duas vezes por semana, com volume de quatro a oito páginas, além de suplementos e folhas cobrados separadamente ou "para se distribuir grátis".[41] Tinha como um dos redatores o padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezo, o Tezinho, foi lançado pelo governador maranhense, o marechal português Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que importara de Londres a prensa que o imprimia, mostrando, afinal, a força da presença lusitana no Maranhão, já que a ruptura entre a colônia e a metrópole traria desvantagens para a elite local. Utilizaremos inicialmente a edição 00198, do ano de 1823, página 1, onde temos um relato da participação de João Ferreira do Couto, um preto crioulo, que era capitão do mato na Vila da Manga do Iguará, foi um personagem muito importante para a adesão da independência naquela vila. Após análise desses materiais, faremos uma leitura a contrapelo, com o intuito de destacar atuações de personagens que muitas vezes foram esquecidos. Por exemplo, esse jornal era escrito por sujeitos pró-lusitanos, e portanto, é necessária uma leitura a contrapelo, a fim de flagrar a presença de sujeitos contrários, e além disso como eles eram tratados.

---

[37] ARARIPE, Tristão Alencar de. **"Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional".** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan. de 2026. p. 395.
[38] Ibid. p. 462.
[39] ARARIPE, Op. Cit. P. 282.
[40] ALBANO, Gracivalda Matos; ARAÚJO, Jhonny Santana de. **As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824.** Teresina: Cancioneiro, 2024.
[41] GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial": imprensa e independência do Maranhão (1821- 1826)**. 2010. p.94.

No primeiro capítulo intitulado *O processo da formação do exército independentista: entre o Ceará e o Maranhão*. Tratamos sobre o processo independentista no Maranhão, com isso analisamos a participação de João Ferreira do Couto, e sua representação no jornal *O conciliador*, esse veículo de informações não representou interesses nada conciliadores, muito pelo contrário, tentou barrar a onda independentista. Através da divulgação de notícias que incutiam medo na população caso houvesse a separação política de fato. Ferreira do Couto era um capitão do mato que montou um grupo de homens, uma milícia para que a vila da Manga no Maranhão aderisse a independência. Abordamos também a participação de Salvador Cardoso, na vila do Brejo, Maranhão.

Além do Maranhão, discorremos sobre a adesão a independência no Ceará, o cenário político, o processo de formação do exército independentista no Ceará e um pouco sobre o cotidiano da tropa auxiliadora que rumava em direção ao Piauí.

Em seu segundo capítulo intitulado *A evolução da campanha libertadora no Piauí e Maranhão: da proclamação local ao cerco de Caxias* apresentamos a adesão a independência no Piauí, a organização do exército independentista, tratamos sobre a participação de alguns sujeitos, como fazendeiros e escravizados. E dando continuidade à campanha independentista, abordamos sua evolução e as operações militares que levaram ao desfecho dessa guerra no Maranhão.

No terceiro capítulo denominado, *Onde estavam os nativos, ciganos e as mulheres durante as guerras de independência no Piauí?* Nesse capítulo tratamos sobre a participação de sujeitos, tradicionalmente silenciados nas narrativas, como se não estivessem presentes. Discorremos sobre o que movia esses sujeitos, pois ainda não havia o nacionalismo já formado, o que tínhamos era sua gestação. E esses indivíduos estiveram presentes e agiram, sobretudo, de acordo com suas experiências e individualidades.

1. O PROCESSO DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO INDEPENDENTISTA: ENTRE O CEARÁ E O MARANHÃO

1.1.1. A INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO: A PARTICIPAÇÃO DE JOÃO FERREIRA DO COUTO E SUA REPRESENTAÇÃO NO JORNAL O CONCILIADOR

Dada a importância desse território para esse trabalho, vale ressaltar algumas características da província do Maranhão que dão a dimensão do contexto estudado. Segundo Mário Martins Meirelles,[42] o Maranhão por volta dos séculos XVII e meados do XVIII vivia na miséria, a cidade de São Luís depois de três quartos de século de sua fundação em 1683 não excedia de mil almas. Assim, a sensação era de que a cidade não progredia,[43] isso tanto no panorama econômico como no político, sobretudo, devido a "politiqueiras" como chama o autor:

> O panorama econômico sempre o mesmo: o escravo indígena, a única fonte de enriquecimento fácil, o algodão, o açúcar, aguardente, os artigos mais comerciáveis na colônia, o cacau, a baunilha e agora o cravo, as mais exportações - o café não passaria de uma tentativa (1727). [...] O panorama político igualmente não melhorara: as autoridades ambiciosas, politiqueiras, atrabiliárias, desonestas, em luta umas com as outras, e o clero escandaloso, chegando a excomungar-se mutuamente padres e frades, e até o bispo.[44]

Segundo os estudos de Luís Antônio Vieira da Silva,[45] antes da expulsão dos jesuítas no século XVIII, os edifícios públicos estavam em declínio, a catedral continuou em ruínas, a câmara de São Luís também precisava ser mobiliada e não havia calçadas nem iluminação pública. Já na educação, a instrução pública, com a saída dos jesuítas e o afrouxamento da disciplina dos conventos ficou privada de professores e reduzida a mal montadas escolas de primeiras letras, no interior, os lavradores abastados serviam-se dos capelães para a educação dos filhos, que geralmente eram destinados à lavoura. Já por volta de 1754, a cidade atingiu um certo grau de prosperidade, observado o preço fabuloso pelo qual vendiam seus algodões em Lisboa. No entanto, fosse por falta de recursos ou por outras causas, o governo da capitania não enfatizava os melhoramentos materiais da cidade.

Essa prosperidade trazida pelas vendas do algodão baixou repentinamente no ano de 1819, reduzindo-se a 4000 réis, menos da metade do valor de anos antes. Os comerciantes que

---

[42] MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão.** Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
[43] Ibid.
[44] MEIRELES, Op. cit. p.196.
[45] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

haviam feito grandes compras pelos preços antecedentes, sofreram perdas, alguns faliram outros tiveram que lidar com a crise da maneira que conseguiam[46].

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, Portugal passa a ser governado por uma junta presidida por Lord Beresford,[47] que comandava o Exército e mantinha sob seu controle a nação portuguesa. A economia vivia um momento de profunda crise. O comércio estava decadente, praticamente paralisado, não só pela ocupação francesa como também pela abertura dos portos da Colônia em 1808. Os comerciantes portugueses estavam descontentes pois haviam perdido o monopólio comercial, situação agravada pelos Tratados de 1810,[48] assinados com os ingleses. A agricultura estava desorganizada, as cidades destruídas por causa das lutas com os franceses e as manufaturas portuguesas não tinham condições de concorrer com as inglesas. Para muitos, tudo isso era resultante da ausência do rei. Ademais, sabia-se que as lojas maçônicas, em Portugal, divulgavam as ideias liberais, defendendo uma Constituição que limitaria o poder do soberano instituindo, assim, uma Monarquia constitucional. Estava criado, o cenário ideal para novas agitações políticas, que mudariam os rumos da política na Metrópole e, por consequência, na sua maior Colônia.

O governador do Maranhão de novembro de 1811 a agosto de 1819 foi Paulo José de Silva Gama. Este foi sucedido pelo marechal de campo Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que chegou ao Brasil, no dia 30 de março de 1816, como integrante do Estado Maior da divisão de voluntários reais, por convocação de D. João VI. Pouco antes havia participado ativamente das lutas na Europa contra Napoleão. Criou no Maranhão, uma repartição de vacina, prevenindo mais um daqueles constantes surtos de varíola e uma administração da Imprensa, onde fez instalar a primeira tipografia no dia 15 de novembro de 1821. Mandou construir pontes, estabeleceu correios terrestres, fez reconhecer todo o litoral e tirar a planta do porto.

Após sua posse no governo constitucional provisório, numerosos desafetos questionavam sua elegibilidade, baseados na lei de 12 de dezembro de 1770, que não permitia Governo Provisório de um só, trataram de acusá-lo para Lisboa. Vieira da Silva traz um trecho de uma representação dirigida a El-Rei, em data de 28 de agosto, onde se pode perceber um

---

[46] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

[47] General inglês, William Carr Beresford, nascido em 1768 e falecido em 1854, foi um militar severo e disciplinador, enviado pela Grã-Bretanha para reorganizar o exército português (após a primeira invasão francesa), preparando-o para resistir às tropas napoleónicas.

[48] Em 1810 foram assinados os Tratados de Aliança e Amizade, de Comércio e Navegação e um último que tratou da regulamentação das relações postais entre os dois reinos. Esses tratados quebraram o monopólio português em nome do liberalismo, e feriram em cheio os interesses lusos, além de humilhar a soberania portuguesa.

cenário de grande tensão, entre o governador e seus desafetos políticos, o que se refletia na população.

> Esta cidade permanece em um contínuo estado de aflição. Os seus pacíficos habitantes não ousam visitar seus amigos com medo de serem acusados de fazer conventículos. Andam delatores espalhados por toda parte e assalariados pelo governador. Devassas abertas ameaçam a cada instante as mais inocentes ações do cidadão. Ninguém ousa comunicar as suas ideias. Já se retiraram muitos habitantes.[49]

Todavia o Marechal em uma proclamação, lembrou os povos que na eleição de seu governo no dia 6 de abril havia recusado a presidência e também teria declarado que a câmara não estava inibida de decidir pela forma de governo que julgasse mais acertada, e ordenou à câmara, que reunidos nos paços do conselho todos os cidadãos, fizesse eleger a forma de governo que os povos entendessem mais conveniente. Depois da votação verificou-se que o Marechal teria sido eleito novamente.

No Maranhão, que na época era governado pelo Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca desde 24 de agosto de 1819, entrou em São Luís a Galera Jaquiá, no dia 4 de abril de 1821, procedente da Bahia, em poucas horas espalhou-se a notícia da Revolução do Porto e foi de opinião geral dos habitantes que se aderisse à constituição. Os governadores de Lisboa qualificaram de rebelião o movimento da cidade do Porto, mas reconhecendo a impossibilidade de se oporem, decidiram em 4 de setembro, convocar as cortes, onde elegeram novo governo, e a 15 de novembro publicou-se o manifesto da Nação Portuguesa. Nesse manifesto era perceptível o rancor contra a colônia, devido a perda do monopólio comercial, com a abertura dos portos às nações amigas, em 1808 e posteriormente em 1810 a assinatura do Tratado de Cooperação e Amizade, que confirmou a liberação dos portos brasileiros para as demais nações do mundo e consequentemente a perda de lucros. Além da ausência do Rei em Portugal.

O Capitão-General que não tinha dado publicidade a essas notícias que anteriormente já circulavam, depois daquele dia resolveu em acordo com o Major de Cavalaria Rodrigo Pinto Pizarro, seu ajudante de ordens, salvando toda a aparência de interferência direta da entrada do navio no Maranhão, com as notícias, fez com que a tropa aderisse aos princípios constitucionais. Dessa forma, assim como na Europa se instalou um governo provisório, com a continuidade da gerência do governador Bernardo Silveira. O juramento da constituição foi prestado no dia 19 de agosto, a fórmula de jurar era esta: "Juro aos Santos Evangelhos observar as bases da

[49] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.p.55

Constituição da Nação Portuguesa, decretadas pelas presentes cortes Gerais, Extraordinárias e constituintes da Nação."[50]

No dia 29 de setembro de 1821 foi recebido no Maranhão o decreto das cortes. O Marechal governador provisório expediu em 9 de fevereiro de 1822, ordem para se proceder no dia 15 a eleição da junta provisória, que foi finalmente instalada no dia 16, tendo sido eleito o Bispo Diocesano D. Fr. Joaquim de N.S. de Nazaré como presidente.

Dentro desse cenário se desenrolou a adesão da independência no Maranhão, e a participação do periódico *O conciliador.*

Ademais, com essa notícia da Revolução do Porto em Portugal, o povo na província do Pará, por exemplo, se amotinou e elegeu em primeiro de janeiro de 1821, uma junta, igual como tinha se instalado em Lisboa. Essa junta apenas instalada, expediu um emissário com ofícios para Lisboa. Enquanto isso, na Bahia operou-se o mesmo evento. O capitão-General Conde de Palmas, se impôs contra o movimento. No entanto, acabou reconhecendo o espírito insubordinado da tropa, cedeu o Governo aos insurgentes, e declinando de aceitar a presidência da junta passou-se para bordo de um navio inglês, onde recebeu asilo e transporte para o Rio de Janeiro.[51]

No Maranhão ao saberem da adesão da independência da vila de Parnaíba, os líderes das vilas que residiam próximos ao Piauí, passaram a se fortificar e proteger seus limites territoriais. E se mantiveram firmes ao juramento feito a Portugal. As autoridades tentaram de várias maneiras manter a província do Maranhão colônia de Portugal: "De combinação com o Marechal Agostinho Antônio de Faria, governador das armas, tratou de ocultar as ordens recebidas do Rio de Janeiro, que desviava para Lisboa, como testemunho da sua adesão e fidelidade a El-Rei e ao soberano Congresso".[52] Apesar dos esforços desses esforços, os independentes do Piauí penetraram, em fins de março de 1823, até o Arraial de São José dos Matões, e a partir disso o movimento independentista foi se propagando pelo Maranhão. Sua independência se deu através de muitas lutas. Na capital, São Luís, se deu no dia 28 de julho, às 11 horas, a proclamação da adesão à independência do império do Brasil.

Neste tópico intencionamos analisar de que modo o periódico *O Conciliador*, o primeiro lançado na província do Maranhão em São Luís, no dia 15 de abril de 1821, procedeu frente ao movimento de independência e principalmente, o personagem João Ferreira do Couto. O jornal

[50]SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. p.54.
[51] Ibid.
[52]SILVA, Op. Cit. P.147.

assim como Francisco Adolfo Varnhagem[53] "acreditava que a chegada dos portugueses ao Brasil, teria sido uma das melhores coisas que aconteceu, pois havia uma selvageria, que precisava ser salva pela civilização, que para eles teria sido a colonização portuguesa". Os escritores do jornal apoiavam a continuação dessa colonização. Esse é um pensamento remoto, que descreve os europeus como "salvadores, detentores da civilização, que levariam a religião cristã, os costumes e a cultura europeia, para povos que as desconheciam". Essa ideia foi infelizmente apropriada pelos brasileiros, podemos exemplificar isso, com o fato de que por muitos anos as aulas ministradas nas escolas repassaram a concepção de que o Brasil foi descoberto pelos portugueses, sendo que no Brasil já viviam os nativos. Graças ao estudo crítico da História, esse pensamento vem sendo discutido e revisado. Com isso podemos entender, que esses europeus na verdade invadiram, esse território atualmente intitulado de Brasil, e subjugaram seus moradores, que eram os nativos, desprezando sua cultura.

Oficialmente o primeiro jornal a ser publicado no Brasil foi a Gazeta do Rio de Janeiro, lançada na capital, no dia 10 de setembro de 1808, pela impressão Régia. No Maranhão, o primeiro jornal foi lançado pelo governador maranhense, Pinto da Fonseca Fonseca, que importou de Londres a prensa que o imprimia. Intitulado *O Conciliador do Maranhão,* com seu lançamento no dia 15 de abril de 1821, nove dias depois da adesão à Revolução do Porto. A princípio, circularam os números manuscritos, entre 15 de abril e novembro daquele ano e, posteriormente, foram substituídos por outros, de igual conteúdo, mas impressos tipograficamente. Era redigido no porão de uma casa, local que antes abrigara a Relação do Maranhão, a Repartição da Saúde Pública e o Corpo de Bombeiros. Bissemanal, deixou de ser publicado em sua 210ª edição, de 16 de julho de 1823, cerca de duas semanas antes da efetiva inclusão da província ao recém-fundado Império do Brasil.[54]

Inicialmente, o jornal era intitulado de *O Conciliador do Maranhão*, "[...]em 28 de novembro de 1822, o jornal passou a se chamar *O Conciliador*. Ao todo, foram 212 edições, que circulavam às quartas-feiras e aos sábados."[55] Os redatores eram completamente a favor de conciliar as províncias que já tinham proclamado a independência, e manter os laços políticos do Maranhão com Portugal. De acordo com o dicionário Aurélio, podemos conceituar a palavra

[53] VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História da Independência do Brasil**. Senado Federal, Brasília. Vol. 137. 2010.
[54] BRASIL, Bruno. **O conciliador do Maranhão. Biblioteca Nacional Digital.** Hemeroteca. 24 de Maio de 2018. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-conciliador-do-maranhao/. Acesso em: 16 de Maio de 2024.
[55] ARAÚJO, RONI CÉSAR ANDRADE. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008. P. 38.

conciliador como um mediador; quem propõe um acordo entre as partes de um litígio ou de uma ação judicial. No entanto, o jornal foi totalmente parcial e fez o que pode para defender os interesses dos portugueses, da continuidade da dominação portuguesa no Brasil.

A partir disso, podemos ressaltar uma disputa no campo das ideias, tínhamos os portugueses, que em grande parte faziam parte da elite, e por meio do jornal, tentaram através da propagação de notícias falsas, convencer as pessoas de que os personagens do movimento independentista eram assassinos.

Esse periódico tinha como redatores Antônio Marques da Costa Soares (então oficial-maior da secretaria do governo e secretário da Junta da Administração da Imprensa) e o padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezinho. O jornal foi fortemente influenciado pela Revolução do Porto, crendo fielmente na Constituição portuguesa de 1820, de caráter liberal, mas eles defendiam, sobretudo, a elite provinciana, e tinham como líder o governador, que era português. Os próprios redatores do jornal reconheceram que a "verdadeira" opinião pública não era composta pelo total de habitantes e sim pela elite. Todavia percebe-se, uma exclusão da grande maioria da população em detrimento dessa classe. Sendo assim, *O Conciliador* se constituiu, sobretudo, para servir aos interesses da elite e não para servir como meio de comunicação da maioria dos habitantes. Na edição 62, página 4, é destacado que a "verdadeira opinião pública", se constituía de indivíduos conhecidos por sua representação, emprego e estabelecimentos, no entanto, a grande maioria da população não se enquadrava nesses tópicos. Dessa forma, pode se afirmar que o jornal no Maranhão era produzido, visando a elite, e que além disso a opinião considerada também era da alta sociedade. As classes populares não eram incluídas, a maior parte era analfabeta e não tinha acesso à educação. A seguir temos o trecho da edição 62:

> No Decreto nº 384, que anunciou a instalação da primeira tipografia em São Luís, o governador Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca definiu o papel da imprensa de "dirigir e retificar a opinião pública" (Conciliador, nº 36, 14/11/1821, p. 4). Nesse sentido, os jornais e folhetos que circularam no período forjaram concepções de opinião pública similares quanto ao seu caráter "restrito" e "ilustrado", embora variantes ao sabor das mudanças políticas. A "verdadeira opinião pública", escrevia o redator do jornal Conciliador, não era composta pelos mais de 100.000 habitantes da província, e sim por uns 200 cidadãos, "indivíduos conhecidos por sua representação, emprego, e estabelecimentos" e que constituíam "absoluta maioria" (Conciliador, suplemento ao nº 62, 14/2/1822, p. 4).[56]

[56] GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial": Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826).** Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010. P.28.

Os dois redatores já participavam da política provincial maranhense, o português Antônio Marques da Costa Soares era homem de confiança do governador, exercia a função de diretor da tipografia e funções no governo. No ano de 1821, 65 maranhenses reclamaram a D. João VI de sua atuação, foi taxado de bajulador e que estaria roubando os cofres públicos. Foi expulso do Maranhão em setembro de 1823.[57] O Padre José Antônio da Cruz Ferreira Tezinho, exerceu as funções de religioso, jornalista, e de comerciante, foi também eleito deputado pelo Maranhão, mas não exerceu a função devido ao fim da política representativa em Portugal. Esteve presente nas comemorações de 1826 do imperador,[58] depois de tanto defender a manutenção da união com Portugal.

O periódico inicialmente, se propôs a transmitir as notícias com imparcialidade e franqueza. Em sua primeira página e edição, até solicitou que os habitantes da província comunicassem todos os fatos que soubessem e que seria transmitido ao público fielmente:

> Debaixo destes princípios, querendo nos concorrer para esta interessante obra, quanto cabe ao curto limite de nossas forças, nos propomos a oferecer ao público, neste periódico, os acontecimentos políticos que tiveram princípio nesta cidade no memorável dia 6 de abril, e que sucessivamente continuarem. Imparcialidade, verdade e franqueza serão os nossos timbres, e o amor do bem público, e da boa ordem os nossos únicos incentivos. Para o bom desempenho destes princípios rogamos a todos os habitantes desta provincia, animados pelos mesmos sentimentos, nos queirão communicar tudo o que souberem relativo a factos; assim como as suas idéias tendentes ao bem Nacional, e á justa causa porque acabamos de declarar-nos; na certeza as suas observações serão por nós fielmente transmitidas ao publico; huma vez que tenhão o cunho da verdade, e decencia, que possa constituillas admissiveis, e não venham manchadas com huma revoltante impudicícia ou satyra escandalosa, que as torne indignas da lição publica. (Conciliador, nº 1, 15/4/1821, p. 1).

No entanto, como já foi citado, a opinião considerada era da alta sociedade. E o periódico em suas edições posteriores não exerce um papel nada conciliador, como o título que carrega seu nome. Muito pelo contrário verifica-se em suas publicações uma defesa ferrenha da Coroa Portuguesa, contra a independência do Brasil e um tratamento nada imparcial para com os personagens que lutaram pela emancipação política, como João Ferreira do Couto, protagonista do próximo tópico. Dessa forma, pode-se salientar a importância do lugar de fala dos indivíduos, de que cada sujeito carrega consigo elementos socioeconômicos, políticos e culturais, que refletem em seus discursos.

---

[57] GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial": Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826).** Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.
[58] Ibid.

Com isso, apesar do discurso dos redatores do *Conciliador* serem de transmitir a verdade, com imparcialidade, eles foram fortemente influenciados pelo seu lugar social, ambos eram portugueses, e, portanto, não foram imparciais frente ao processo de emancipação política que estava acontecendo no Maranhão. Sendo assim, ao se analisar os jornais, as fontes hemerográficas, é preciso ter em mente o lugar social de seus redatores, conceito este oferecido por Michel de Certeau, segundo o qual:

> [...]se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: una profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.[59]

Posteriormente a criação do *O Conciliador*, em 15 de abril de 1821, no cenário Nacional às margens do Riacho Ipiranga no dia 7 de setembro de 1822 se deu a adesão da independência em São Paulo, o que criou um clima de grande efervescência em todo o país.

O Maranhão, juntamente com as províncias do Piauí e Grão-Pará, era de suma importância para a metrópole portuguesa, que se empenhou em impedir a emancipação política nesta região. O que de fato se desenvolveu a custo de muitas lutas, devido à grande presença de portugueses, sobretudo, no Maranhão, e também a menor distância geográfica da Europa que fazia com que essas províncias possuíssem um vínculo maior com Portugal. Para a província do Piauí foi enviado o Major João José da Cunha Fidié, um experimentado militar português que havia lutado contra as tropas napoleônicas na península ibérica. Tomou posse do cargo de Governador das Armas no dia 8 de agosto de 1821, recebendo a incumbência de defender a província piauiense diretamente de D. João VI. Devido a toda essa atenção que a região do Grão-Pará recebeu, depreende-se que a coroa portuguesa tinha um plano de manter essa região em seus domínios:

> Ao posicionamento anterior, o historiador Joaquim Chaves acrescenta e argumenta que as ações da Coroa Portuguesa em 1821 para com o Piauí são evidências de que realmente haveria um plano de Portugal em conservar pelo menos uma parte dos seus domínios americanos, em caso de uma rebelião emancipacionista no Brasil. A ideia era manter o norte do Brasil, mais especificamente as capitanias do Piauí, Maranhão e Grão-Pará.[60]

---

[59] CERTEAU, Michel de. **Operação Historiográfica: Um lugar Social**. In: A escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1972. P.65-66.
[60] BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil**. REVISTA ELETRÔNICA HUMANA RES, v. 4, n. 5, 2022. P.91-92.

Antes da adesão, já existia no Maranhão uma certa tensão, devido às tentativas das cortes portuguesas de tentar levar D.Pedro I do Brasil. Essa inquietude é constatada devido que já no mês de agosto de 1822, os redatores, na 115 edição, do ano de 1822, afirmaram que se houvesse uma divisão com uma delegação do Norte, constituído do Pará, Maranhão e o Piauí, fariam inveja para opulentos Estados da Europa:

> [...]o Pará, o Maranhão, e o Pihahuhy, ligão-se por todos os titulos naquellas circunstancias, e nestes interesses; e Portugal ainda mesmo fraternisado só com estas três ricas e vastas Provincias e debaixo dos auspicios d'huma Constituição prospera, e benfeitora, constituiria com esta parte do Brasil huma Nação digna de inveja de muitos opulentos Estados da Europa; assim como a confederação do Norte-Brasil pode ser hum baluarte inexpugnavel para a União do Imperio Luso-Brasiliense, e para asyllo dos nossos irmãos Constitucionais obrigados a emigrar das Provincias do Sul (Conciliador, nº115, 17/08/1822, p.3).

Durante todo o processo de adesão à independência no Maranhão, o periódico defendeu a manutenção do jugo Lusitano, e até uma separação da antiga região sul, se fosse o caso. De acordo com *O Conciliador*, D.Pedro I estava sendo muito mal influenciado, o vilão na verdade seriam os conselheiros do Rio de Janeiro, que o estariam manipulando para se separar de Portugal, de seu pai, como se pode ler:

> Em 31 de julho de 1822, O Conciliador publicou como suplemento ao nº 110, uma "Carta do Campeão Portuguez em Lisboa" endereçada a Dom Pedro, na qual dizia estar aquele Príncipe em uma situação muito arriscada, causada pela influência de maus conselhos. Aconselhava D. Pedro a se afastar, ainda que por um breve tempo, de seus conselheiros e aduladores, tendo como escopo refletir sobre sua condição de filho e súdito de Dom João VI. Assim, iria ele perceber como estava sendo manipulado por pessoas que "pretendiam seduzir" sua inexperiencia, forçando-o a "cahir em graves erros".[61]

Esse argumento de que o príncipe teria aderido essa emancipação porque estava sendo muito mal influenciado, pode ter sido apenas uma tentativa dos portugueses de deslegitimar esse movimento independentista. O que importa destacar é que apesar das tentativas dos redatores do *Conciliador* a independência foi proclamada no Maranhão.

No dia 30 de março de 1822 as forças independentes do Ceará e Piauí ocuparam o arraial Maranhense de São José dos Matões, proclamando a independência. O governador das armas, marechal Agostinho Antônio de Farias, traçou um plano de resistência e despachou

[61] ARAÚJO, RONI CÉSAR ANDRADE. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008. p.57.

tropas para onde pode, no entanto, não conseguiu resistir à onda revolucionária da independência. E numa segunda-feira, no dia 28 de julho, às 11 horas, proclamou-se solenemente a adesão do Maranhão, em São Luís, à independência do império do Brasil.[62]

Logo após ter sido proclamada a Independência em São Paulo, uma estratégia utilizada pelos defensores da união constitucional no jornal *O Conciliador* era a divulgação de notícias que desmereciam ou enfraqueciam as ações dos Independentistas.[63]

Sendo assim, podemos destacar uma disputa política no campo das ideias. Enquanto havia os independentistas que tentavam convencer a população a aderir a separação política de Portugal, com argumentos de que Portugal pretendia "recolonizar" o Brasil; com a pressão pela volta de D.Pedro; bem como, a exclusão dos deputados brasileiros, pois quando os deputados brasileiros eleitos chegaram em Portugal para a votação da constituição, os portugueses já haviam aprovado as bases da futura Carta constitucional, convertida em decreto em 9 de março; além de aprovar no dia 24 de abril, outro decreto, onde declarava os governos provinciais independentes do Rio de Janeiro, subordinando-os diretamente a Lisboa. E por outro lado havia os portugueses, sobretudo, os redatores do periódico *O conciliador*, que através do jornal tentaram distorcer as notícias relativas às ações dos independentistas. Se utilizando de notícias falsas, numa tentativa de amedrontar os habitantes que estivessem pensando em se juntar à causa independentista. Como exemplo temos o seguinte:

> Nas novidades que chegavam de Pernambuco nota-se o propósito de mostrar a Independência como algo ainda não consolidado. Por intermédio de um navio vindo da Inglaterra, sabia-se que aquele Governo não apoiava, nem, tampouco, reconhecia "hum novo Imperante" no Brasil (O CONCILIADOR. n. 146. 1822). O Semanário Cívico, da Bahia, em 30 de janeiro de 1823, anunciou a chegada de um paquete inglês, que trazia notícias da Inglaterra. Segundo aquele periódico, as informações eram de que o Rei Jorge VI, teria dirigido um Manifesto a todas as nações, declarando guerra àquelas que reconhecessem o novo Império no Brasil (O CONCILIADOR, n. 171, 1823). Na Bahia, o Semanário Cívico, em outubro de 1822, descrevia a "Capital do Império dos diamantes, e do ouro", o Rio de Janeiro, como um lugar de escassez de 63 moedas, falta de indústria e estagnação do comércio. Zombava das "vulcânicas cabeças" que tinham a ousadia de, naquele lugar, "proclamar um novo Império independente!!!" (O CONCILIADOR. n. 149.1822).[64]

O jornal divulgava a notícia de que o rei inglês declarava guerra aqueles que reconhecessem o império no Brasil, quando na verdade a Inglaterra foi o país que mais se

[62] MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Fundação Cultural do Maranhão, 1980.
[63] ARAÚJO, RONI CÉSAR ANDRADE. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.
[64] Ibid. p.62-63.

interessou nessa independência. Devido que o Brasil era um grande mercado consumidor de seus produtos. Outrossim, temos o relato da participação de João Ferreira do Couto, um personagem que participou das lutas de independência na tomada da vila da Manga do Iguará, atual Nina Rodrigues, no Maranhão, em 1823.

Conforme, Vieira da Silva,[65] após a divulgação da prisão de um oficial pró-independência, João Ferreira do Couto, um preto crioulo, que servia de capitão do mato no distrito da vila da Manga teria reunido 40 homens e no dia 23 de maio de 1823, marchado contra a vila. Segundo ele o número de assassinatos na vila não teria excedido a 7 ou 8, mas "À proporção que se divulgava a notícia desses acontecimentos, o nome obscuro de João Ferreira do Couto se tornava conhecido pelo terror que incutia."[66] O periódico narra este acontecimento de forma diferente, se utilizando de exageros, como o próprio Vieira da Silva nos traz, de forma a estimular o medo dos habitantes a esses personagens independentistas. Os editores do jornal tentaram incutir nas mentes das pessoas o questionamento, se verdadeiramente esses personagens pró-independência eram de fato heróis ou facínoras, que levariam mortes e a sublevação da ordem. Na sessão número 198, do conciliador na primeira página, temos essa descrição:

> O heróe da independencia no distrito do Iguará he hum um preto capitão do mato, de 70 annos, por nome João Bunda!! Este miserável faccínora unio a si outros que taes, em numero de 40, e, à sua frente, na madrugada do dia 23 de mayo, marchou ao lugar da Manga do Iguará, onde chegou às 5 para as 6 horas da manhã. Os destacamentos avançados, que se lhe podião oppôr estavão de accôrdo, e massacraram os Commandantes, que pretendem fazer o seu dever. Logo que aquelles malvados entrarão na Povoação, onde não se lhes oppôz rezistencia, cercaram as cazas daquelles moradores em que soppozerão opposição. O capitão Manuel Joze de Magalhães, foi acutilado e morto, sem que tivesse tempo de se levantar da rede onde dormia: hum fiel escravo, que se aproximou para defendello foi a segunda vitima, e atthe a esposa desse desgraçado cidadão, a sua família, esteve a ponto de ser assassinada por aqueles desalmados verdugos, porque ao seu pranto e desolação respondiam com tiros! Ao mesmo tempo, foram assassinadas algumas outras pessoas sem outro crime mais que não serem do partido dos malvados ou haverem nascido na Europa! O imperial conquistador João Bunda deu a lei ao coronel comandante do distrito e lhe concedeu a graça de se retirar para esta cidade com passaporte assignado de cruz por seu punho e, ficando possuidor do armamento e munições que naquele lugar existião, he de crer que também tenha tomado o comando das milícias daquele distrito que tão vilmente deixarão assassinar os seus oficiais e concidadãos por um bando de salteadores.[67]

[65] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
[66] Ibid.p.124.
[67] **O Conciliador do Maranhão**, 4, de junho de 1823, seção: 00198. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749524&Pesq=bunda&pagfis=1051. Acesso em: 17 de Maio de 2024.

O Jornal transmitiu a notícia da tomada da vila da Manga de um modo a difamar o personagem João Ferreira do Couto, e consequentemente o processo emancipatório. Percebe-se isso quando o periódico o intitula de "João Bunda", quando se utiliza das palavras "malvados", "massacraram" e "desalmados verdugos". Quando no início da notícia o caracteriza como um "preto capitão do mato", que no contexto colonial exercia a função de repressão, de capturar e conduzir o escravo fugitivo de volta para seu senhor[68], esse encargo não tinha prestígio social, naquela sociedade. Esse trecho claramente busca difamar as ações desse personagem que contribuiu para a emancipação maranhense. Enquanto o jornal se utiliza de um certo exagero para transmitir a imagem de João Ferreira, o intitulando também como um "facínora", que de acordo com o dicionário se refere a quem é muito perverso, o mesmo trecho citado por Vieira da Silva, traz até a seguinte causa para suas ações "após a divulgação da prisão de um oficial pró-independência" e não se utiliza das palavras pejorativas, além de estipular que o número de "assassinatos na vila não teria excedido a 7 ou 8".

Sendo assim, é importante salientar, as disputas das narrativas, durante esse período de emancipação política, essas disputas foram bastantes comuns. Como esse processo emancipacionista também contava com a dissuasão das mentes dos indivíduos, essa disputa de narrativas era de suma importância na época. Dentro dessa disputa se tinha os redatores do jornal e os independentistas.

Nessa comparação de narrativas que trazemos, temos os redatores do jornal e Vieira da Silva, que vem depois, a fim de melhor esclarecer os acontecimentos. Os redatores do jornal *O Conciliador* eram portugueses, portanto, defendiam a continuidade da dominação de Portugal, além de experienciarem as tensões da adesão à independência no Maranhão. Já Luís Antônio Vieira da Silva, nascido em 2 de outubro de 1828, em Fortaleza, Ceará, membro de tradicional família da província do Maranhão. Foi Homem de letras notabilizou-se como publicista, orador e historiador. Foi deputado, senador, ministro e conselheiro de estado; presidente da Província do Piauí e Grão-Mestre da Maçonaria. Pedro II fê-lo Cavaleiro da Casa Imperial e da Ordem da Rosa e agraciou-o com o título de Visconde de Vieira da Silva. Foi sócio honorário do Ateneu Maranhense, correspondente da Academia Real das Ciências, de Lisboa, e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. É patrono das cadeiras nº 28, da Academia Maranhense de Letras, fundada por Carvalho Guimarães e nº 23, do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, fundada por Domingos

[68] LARA, Silvia Hunold. **Capitães do Mato**. *In:* Campos da Violência–Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2023.

Américo de Carvalho.[69]Ele possuía outro local social, e, portanto, fez a narrativa de acordo com esse lugar.

Nesse sentido, podemos afirmar que no Maranhão, antes mesmo do dia 7 de setembro de 1822, já existia uma tensão, devido a todo o processo de ruptura, que reiteramos não foi da noite para o dia, ela não se resume apenas por essa data. Portanto, o jornal *O conciliador* já em agosto de 1822 afirmou que se houvesse uma divisão com uma delegação do Norte, o Pará, Maranhão e o Piauí, fariam inveja para opulentos Estados da Europa. O que nos remete a ideia de que Portugal tinha um plano, de que caso não conseguisse ficar com todas as províncias do Brasil, intentava ao menos ficar com as províncias do Norte.

O jornal *O conciliador*, retratou o processo emancipatório no Maranhão de forma a difamar e a deturpar os independentistas. Seja se utilizando de palavras que rebaixam o personagem João Ferreira do Couto, ou até mesmo espalhando notícias falsas como a de que "o Rei Jorge VI, teria dirigido um Manifesto a todas as nações, declarando guerra àquelas que reconhecessem o novo Império no Brasil"[70].

Analisando esses conflitos no campo das ideias, desempenhados entre um meio de comunicação da época, controlado pelos portugueses, e os independentistas, entre "portugueses" e "brasileiros". Podemos inferir que apesar das divulgações realizadas pelo *"O conciliador"* pouco a pouco a causa independentista foi avançando no Maranhão, cooptando mais adeptos.

1.1.2. SALVADOR CARDOSO DE OLIVEIRA: HEROI DA INDEPENDÊNCIA NA VILA DO BREJO, MARANHÃO

Um outro personagem importante para essa história é Salvador Cardoso de Oliveira, que nasceu na vila da Barra do Rio Grande, afluente do São Francisco, província da Bahia. Inicialmente estabeleceu a sua residência em Caxias no Maranhão, depois mudou-se para Cachoeira grande. Quando estava em Caxias, devido as viagens que fazia soube das notícias da adesão da vila de São João da Parnaíba a independência, e com o convite de seu irmão logo seguiu marcha para o Piauí. Chegando no Piauí cerca de 80 homens o acompanhavam, ele e sua

[69] Luís Antônio Vieira da Silva (Visconde de Vieira da Silva). Academia Maranhense de letras. São Luís| MA. Disponível em:https://academiamaranhense.org.br/patronos/visconde-de-vieira-da-silva/#:~:text=Homem%20de%20letras%20notabilizou%2Dse,Visconde%20de%20Vieira%20da%20Silva. Acesso em: 28 de jun de 2024

[70]ARAÚJO, RONI CÉSAR ANDRADE. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei.** Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008. p.62-63.

força logo se incorporaram a tropa de João da Costa Alecrim, auxiliando na Batalha do Jenipapo. Logo após a derrota dos independentistas, Salvador juntamente com Alecrim nas imediações de Campo Maior exploraram o campo para novamente reunir a tropa que saíra em debandada, Salvador Cardoso foi então nomeado alferes.

Salvador acompanhou Simplício Dias da Silva até o Estanhado, e se ofereceu para reforçar as forças do alferes Pedro Paulo de Morais Rego, que no dia 25 de abril atacou o porto da repartição no Brejo. Acabou encontrando grande resistência e receoso de um ataque por parte das tropas do Brejo, pediu reforço ao coronel Simplício, que enviou Salvador Cardoso e alguns homens. Salvador pediu auxílio ao alferes Joaquim de Carvalho e sua tropa, pois pretendia juntamente com Pedro Paulo atacar a vila do Brejo. O comandante geral do Brejo sabendo da reunião de uma grande força próximo, enviou para o campo inimigo o capitão Valério para um diálogo.

O líder independentista, Salvador Cardoso, assumiu o comando de toda força independente, por exigência do alferes Pedro Paulo de Morais Rego. E com receio de que essa conferência com o inimigo fosse um pretexto para que ele se informasse sobre sua fortificação e quantidade de homens, Salvador escolheu a margem do rio. Vieira da Silva, descreve esse encontro, como se o capitão Valério, representante da causa portuguesa, agindo com boas maneiras, e simpatia pretendesse que o comandante da força independentista o chamasse ao partido independente. E que após o diálogo "[...]o capitão Valério, ou leviana ou hipocritamente abraçando-o, prometeu-lhe não pegar jamais em armas contra os independentes e que iria mesmo aliciar gente em favor de tão justa como santa causa."[71]

Além desse encontro o comandante do destacamento árvores verdes, Domingos da Silva, vulgo Matrauá, conseguiu uma entrevista com Salvador Cardoso, no dia seguinte ao encontro com o capitão Valério. De acordo, com Vieira Da Silva, Domingos da Silva teria se declarado independente de coração e pronto para auxiliar as forças brasileiras. E que além disso, o seu comandante, José Carlos Frazão, antes de seguir para o Brejo, onde se achava, lhe havia recomendado que nunca desembainhasse sua espada contra as tropas independentistas, e caso fosse atacado por elas, que as recebesse com a boca das espingardas voltadas para o chão.

Para atacar a vila de São Bernardo do Brejo Salvador executou um plano, que distraiu a força existente dentro da vila, simulando um ataque à beira do rio. O destacamento que protegia aquela área fugiu para a vila, quando o comandante geral, Severino Alves de Carvalho viu o

[71] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. P. 120.

ocorrido, logo fez marchar toda sua força para socorrer essa tropa, localizada na beira do rio. Com isso as 6 horas da tarde do dia 15 de maio de 1823, Salvador fez marchar para o porto da repartição o Alferes Pedro Paulo de Morais Rego, na repartição a defendiam o tenente Francisco Gonçalves Meireles, com mais 60 homens, que ao invés de resistirem se uniram aos independentes.

Com o auxílio de seu outro aliado, Domingos da Silva, Salvador atravessou o rio e marchou sobre a vila do Brejo, cercando-a durante a noite, logo quando amanheceu a população estava assustada. Então, o capitão Severino se deu conta do seu erro (pois deixou a vila, a fim de auxiliar a tropa que estava sendo atacada, próxima à beira do rio) e a maior parte de sua guarnição desertou. O capitão Severino, mesmo cercado e com muitas baixas por parte de sua tropa, ainda exigiu como condição para se render, o direito de ser acompanhado por quem quisesse deixar a vila, e se recusou jurar lealdade ao imperador D. Pedro I. Essas exigências lhe foram concedidas, com a condição do capitão Severino não mais pegar em armas contra a independência. Após as negociações, o capitão saiu da vila acompanhado de 2 oficiais e 50 soldados de linha, além de 30 milicianos entre oficiais e soldados.

Dessa forma, Salvador Cardoso cravou seu nome na História da independência brasileira. E a vila do Brejo, em maio de 1823, foi invadida pelos independentistas, e a sua emancipação proclamada. Além dessa participação Salvador, persuadiu muitos outros soldados, a causa emancipacionista. Logo após esses acontecimentos ele deixou de guarnição na vila do Brejo o alferes Pedro Paulo e seguiu para a vila da Manga do Iguará, a fim de levar o partido independente adiante.

Tendo analisado as diversas facetas da adesão à independência no Maranhão, através da lente de personagens como João Ferreira do Couto e Salvador de Oliveira Cardoso, que revelam a complexidade e a participação multifacetada dos grupos sociais, voltamos agora nossa atenção para a província do Ceará, no próximo tópico, um ator igualmente crucial nesse cenário de lutas pela emancipação.

1.2. A INDEPENDÊNCIA NO CEARÁ: CONTEXTO DE SUA FORMAÇÃO

Segundo Raimundo Girão[72] diversas foram as tentativas de colonizar as atuais terras do Ceará. Os dois donatários iniciais, sucumbiram em tempestades, e o terceiro também não teve resultado. Só em 1603 e 1607, depois de um longo período de abandono pelos portugueses,

[72] GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, 1984

onde aportavam muitos estrangeiros, como franceses ingleses e holandeses, é que um grupo de exploradores liderados pelo açoriano Pero Coelho de Sousa, que seduzidos pelas notícias de riquezas na região, organizaram uma bandeira, objetivando a expulsão dos franceses e a posse das terras conquistadas.

Sua missão era fazer uma jornada ao Maranhão por terra, no entanto, após diversos embates a maioria de seus homens se recusaram a continuar rumo a província maranhense, e no Ceará instalou a sede de suas atividades na exploração das terras conquistadas. Com o intuito de buscar auxílios e levar sua família voltou para Paraíba, sua terra natal, retornou um ano e meio depois, em 1606. Passou por muitas dificuldades pois não lhe chegaram os recursos prometidos por Diogo Botelho[73]. Muitos dos seus aliados o abandonaram, e conforme Girão:

> Corria a seca de 1605-1606, a primeira que a história cearense registra. Todos a pé, inclusive a mulher e as crianças, que a maior contava 18 anos, estiraram-se numa retirada de fome pelas areias salinosas do Rio Grande. De começo lhe morreu um soldado, depois outro e, após, o primogênito do casal.[74]

Isso durou até que foram encontrados e resgatados pelo vigário do Rio Grande, Padre Manoel Correia Soares. Pero Coelho acabou em Lisboa, morrendo pobremente.

A posse oficial do que era denominado de Siará Grande ocorreu somente por volta de 1612, com o português Martim Soares Moreno, em companhia do padre Baltasar João Correia. Seu objetivo era de assumirem a posse das terras para a Coroa portuguesa, de acordo com Girão: "Refere ele próprio, na relação, enfaticamente, que no ano de sua vinda degolou mais de duzentos desses fibusteiros, franceses e flamengos, e lhes tomou três navios, um dos quais enviado ao rei, "toda a proa e popa douradas".[75]

Esse Martim Moreno é aquele a quem José de Alencar imortalizou na lenda do Ceará como amante e pai do filho de Iracema[76]. Se utilizou de muita astúcia, pois para conseguir se aproximar dos nativos se passava por um deles, se despindo, raspando a barba, se tingia, utilizava arco e flecha e falava a mesma língua deles. Em 1613 se ausentou do Ceará para combater os franceses no Maranhão, só retornando em 1621, conforme Ercília Maria de Olinda:

> Em 1613, Martim Soares Moreno ausentou-se do Ceará para combater os franceses no Maranhão, só retornando a essas terras em 1621. Em recompensa pelos martírios sofridos nessa luta, ganhou o título de Capitão-mor, além de receber duas léguas de terra, um ordenado anual de quatrocentos cruzados e o direito de governar o Ceará por

[73]Foi o oitavo Governador Geral do Brasil.
[74] GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, 1984. p.38-39.
[75]Ibid. p.46.
[76] OLINDA, Ercília Maria Braga de. Ceará colonial–primórdios de um projeto formativo civilizador. 2003.

> dez anos. Até 1631 o donatário da Capitania do Ceará amargou o descaso da Metrópole às suas solicitações, ficando impedido de realizar qualquer obra de maior envergadura, o que não foi empecilho para Pedro Calmon agraciá-lo com o título de Patriarca da Civilização do Ceará.[77]

Em janeiro de 1631, terminando o prazo de seu mandato, foi substituído pelo sobrinho, Domingos da Veiga. Partiu para Pernambuco para combater os holandeses, alcançando o posto de Mestre de Campo[78] e não voltou mais para o Ceará. Entre os anos de 1637 e 1654, houve outras duas ocupações holandesas.

Por decreto régio de 13 de junho de 1621 se concretizou a medida, estabelecendo na Terra de Santa Cruz dois estados, o do Maranhão e Grão -Pará, com sede em São Luís, e o do Brasil. O Ceará pertencia a jurisdição do Maranhão, o que levou seu governante Martins Soares Moreno a reclamar contra essa ordem decretada, em conformidade, com Girão:

> Em requerimento que o Barão de Studart supões de 1625, ele manifesta ao Rei a inconveniência da união, considerando "a costa inavegável por respeito de as águas e de os ventos correrem sempre em contrário por terra, havendo a mesma impossibilidade por respeito de haver infinitas nações de selvagens inimigos". "E se põem cinco e seis meses no caminho, o que não é da dita Capitania do Ceará para Pernambuco, porque se vai em quinze dias, assim por mar como por terra, onde há caminho aberto e com facilidade."[79]

A petição de Soares Moreno não foi atendida de imediato e depois de finda sua gestão, o Capitão-mor da Capitania do Maranhão, dizia ao rei em carta datada de 29 de maio de 1637: "Ao Ceará não pude mandar este ano socorro por falta de embarcação que tendo aviado não pôde ir, e está aquela Capitania sem socorro há dois anos, e o capitão e os soldados sem missa por não haver clérigo nem frade que para lá queira ir."[80] A passagem do Ceará à jurisdição de Pernambuco só foi realizada por volta de 1656, o que não melhorou muito a situação da capitania cearense.

As causas e os negócios judiciários eram da alçada dos ouvidores de Pernambuco e da Paraíba, os quais dificilmente visitavam o Ceará, isso gerava motivos de muitas queixas dos moradores. O que resultou na ordem régia datada de 7 de janeiro de 1723, que ordenou a instalação da ouvidoria do Ceará, unida a ela o lugar de provedor da fazenda real, que assim se separava da provedoria do Rio Grande do Norte, a qual estava anexo.[81]

---

[77] OLINDA, Ercília Maria Braga de. Ceará colonial–primórdios de um projeto formativo civilizador. 2003.p.54.
[78] Mestre de campo constituía um posto de oficial superior
[79] GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, 1984. p.103
[80] ibid., p.51.
[81] GIRÃO, Op. Cit.

Durante esse período o meio de legalizar a posse da terra ocupada era a aquisição de cartas de sesmarias, fornecidas pelo governo. Cada sesmaria gerava uma fazenda, onde se formavam famílias organizadas. A geografia teria influenciado fortemente o esquema socioeconômico cearense, focado, sobretudo, no pastoreio, onde se utilizavam do couro, para fabricar a maior parte das coisas. Como se refere no excerto a seguir:

> Do couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e, mais tarde, a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a peia para prendê-lo em viagens, as bainhas de faca, as broacas e os surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtumes ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. Também de couro era a mobília (cadeiras de encosto, tamboretes), as cadeiras baixas de estar à almofada de bilros, os baús guarda roupa, arabescados de pregaria dourada.[82]

A lavoura servia para atender as necessidades de quem morasse nas fazendas, e o principal elemento era o gado. O dono da fazenda sustentava os trabalhadores, de comida casa e roupa em troca de sua mão de obra, muitos eram compadres ou afilhados do proprietário da fazenda. Sobre a alimentação, tinha por base a carne condimentada, nadando em gordura, e o leite nas suas diversas transformações, as frutas e as verduras não eram tão apreciadas.

Por volta do século XVIII o Ceará se beneficiou com as charqueadas, que segundo Girão[83], não se sabe ao certo quando começaram a funcionar, mas foi sem dúvida anterior a 1740 e que surgiram primeiramente no arraial de São José do Porto dos Barcos, depois elevado à categoria de vila com o nome de Santa Cruz do Aracati, hoje cidade do Aracati. No entanto, a seca de 1790-1792 liquidou em definitivo o comércio das carnes, pois derrubou, destruiu e matou quase todos os gados, e seus compradores passaram a ser abastecidos, por um tempo pelas fábricas do Parnaíba, e depois pelo charque do Rio Grande do Sul. Em 1794 já não havia gados para se matar, a população foi suprida pelos gados da capitania do Piauí. Nesse cenário político e econômico se desenvolveu dois homens de suma importância para o desenrolar dessa emancipação política, portanto, passemos agora a tratar desses sujeitos.

[82] GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, 1984. p.85
[83] Ibid.

1.2.1. CENÁRIO POLÍTICO NO CEARÁ: TRISTÃO GONÇALVES PEREIRA DE ALENCAR E JOSÉ PEREIRA FILGUEIRAS

Tristão Gonçalves Pereira de Alencar, depois denominado de Araripe, juntamente com José Pereira Filgueiras foram dois homens importantes para a realização da emancipação cearense. Tristão era filho de Bárbara de Alencar, figura de destaque para a História brasileira. Nasceu em 11 de fevereiro de 1760, em Exu, no Pernambuco, filha de Joaquim Pereira de Alencar e Theodora Rodrigues da Conceição. O padre, naturalista e médico pernambucano Manuel de Arruda Câmara, formado em Coimbra e Montpellier nos anos agitados da queda da Bastilha, manteve uma sólida amizade com Bárbara. Escreveu em seu testamento sobre ela que "Deveriam olhá-la como uma heroína".[84]

Ainda bebê, ela sobreviveu ao ataque de indígenas Açus à fazenda em que residia com sua família. Sua casa de taipa foi incendiada, mas a criança foi resgatada. Com vinte e dois anos, com personalidade forte, se casou com um homem trinta anos mais velho, a contragosto de seus pais, o português, comerciante de tecidos, descrito com um físico fraco e que tinha um rosto com manchas, cujo apelido era surubim pintado. Eles prosperaram, em boa parte pelas boas relações da matriarca com os padres e os negociantes, num sítio no Crato ela e o marido tocavam um engenho de cana, uma fábrica de rapadura, uma produção de aguardente e ainda faziam utensílios de cobre. Segundo Pellegrino[85], Bárbara de Alencar teve agência suficiente para ser considerada uma "mulher-macho".[86] Ainda sobre Bárbara de Alencar Leonencio Nossa, nos traz o seguinte:

> Bárbara era personagem de um mundo caboclo medieval que resolvia as pendências no punhal e, ao mesmo tempo, das visões iluministas estrangeiras. Vista por alguns historiadores como legítima representante do Brasil, sem trocadilhos, bárbaro, ela é lembrada por outros como a mulher que desafiou a ordem, sob certa medida, por se opor a perseguições de padres, índigenas e negros. Do rótulo de dona de escravizados não escapou.[87]

Seu filho, Tristão Gonçalves de Alencar[88], juntamente com José Pereira Filgueiras foram os líderes das tropas que saíram do Ceará em auxílio ao Piauí, formando a tropa

---

[84] NOSSA, Leonencio. **As Guerras da Independência do Brasil**-1º ed- Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2022.
[85] Ibid.
[86] PELLEGRINO, Antonia. Bárbara de Alencar, heroína do Crato. In: Heloisa M. Starling; Pellegrino, Antonia(Org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022. p.65
[87] NOSSA, op. cit., p.71.
[88] Ocupou o cargo de primeiro vogal do governo provincial, uma figura de destaque, exercendo um papel importante na administração da província e na tomada de decisões.

expedicionária. No entanto, os dois ficaram de lados opostos no ano de 1817, na revolução republicana, Filgueiras era amigo íntimo da família. De acordo com Pellegrino[89], no dia 3 de abril de 1817, na Igreja da matriz, do Crato durante da celebração da festa de santa Cruz, José Martiniano Pereira de Alencar, irmão de Tristão, proclamou a independência da vila com relação a Portugal e instalou a República do Jasmim, nome de uma propriedade de Bárbara.

Martiniano e Bárbara, foram aclamados a liderarem o povo, acompanhados de Tristão e outro irmão, conduziram a multidão até a câmara, onde destituíram seus membros oficiais, em troca de gente da confiança dos revolucionários serem empossados. O capitão-mor da vila do Crato era José Pereira Filgueiras, de início manteve neutralidade, todavia, o coronel Leandro Bezerra, um dos líderes mais exaltados da contrarrevolução, se aproximou de Filgueiras e o convenceu a reprimir o movimento, por isso a revolta só durou oito dias, no dia 11 de maio ela foi contida. E os revolucionários foram presos. Com isso, pode-se destacar a inconstância de Pereira Filgueiras, que logo mudou de lado e prendeu os membros da família Alencar.

Dentre os 41 presos políticos nesse episódio, Bárbara de Alencar foi a única mulher. Conforme Pellegrino, foram presos na masmorra do antigo quartel da primeira linha, em Fortaleza, sendo alimentados apenas com tripa cozida ou intestinos de boi e farinha seca de mandioca. Depois de oito meses nas masmorras do Ceará são levados ao Recife e somente em janeiro de 1818, acontece o julgamento e a condenação, sendo transferidos para o calabouço de Salvador. Os condenados foram anistiados em 17 de novembro de 1820, quando d. João VI pressionado pelos acontecimentos da revolução do Porto a decretou.

José Martiniano viajou para Lisboa para tomar assento como deputado e depois voltou quando a independência foi proclamada. Seu irmão, Tristão de Alencar tem papel importante na liderança das tropas que auxiliaram o Piauí e o Maranhão, como veremos mais à frente.

No ano de 1824, quando eclode a Confederação do Equador, Tristão foi eleito Presidente temporário do Ceará, proclamando a República, no dia 28 de abril, o movimento foi debelado e ele morreu em combate no dia 30 de outubro de 1825. Bárbara de Alencar se exilou no sítio Touro, sua propriedade no Piauí, durante o desenrolar da Confederação, e em 28 de agosto de 1832 morreu, aos 67 anos, na fazenda Alecrim, no Piauí. Seu filho José Martiniano se tornou senador vitalício, meses depois.

Em conformidade com Nossa[90], José Pereira Filgueiras era filho de um emigrante português e de uma baiana mestiça, nasceu provavelmente em Cachoeira, no Recôncavo e com

[89] PELLEGRINO, Antonia. Bárbara de Alencar, heroína do Crato. In: Heloisa M. Starling; Pellegrino, Antonia(Org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022.
[90] NOSSA, Leonencio. **As Guerras da Independência do Brasil**-1º ed- Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2022.

cerca de quatro anos mudou-se com os pais para o Cariri e fez carreira no comando de milícias. Pela sua destreza e experiência em enfrentamentos a adversários da Coroa, foi chamado de Napoleão da Caatinga.

No dia 24 de agosto de 1820 eclode em Portugal a revolução do Porto, movimento de cunho liberal, que prezava pela criação de uma constituição que limitasse os poderes do Rei. Na vila do Crato, no Ceará a repercussão desse movimento foi vista como uma ameaça às liberdades das populações negras e indígenas, segundo Araújo[91], justamente por atribuir poderes aos senhores locais. Por isso o constitucionalismo passou a ser definido por esses grupos sociais como a "lei do cão", fazendo uma associação do constitucionalismo com possíveis pretensões dos senhores em escravizar essas populações marginalizadas.

O capitão-mor, governador do Ceará, Francisco Alberto Rubim tentou barrar os efeitos políticos da revolução do Porto na província:

> [...]enviando, em 14 de abril de 1821, uma circular informando a todas as câmaras, juízes e capitães-mores sobre os acontecimentos ligados à Revolução do Porto, mas também convidando as casas sertanejas a reagirem à nova situação política, ao passo que proibia a entrada, nos portos locais, de embarcações e pessoas das províncias que já apoiavam o constitucionalismo. Rubim contatando os capitães-mores de ordenanças, as câmaras municipais e demais autoridades locais, referindo-se ao movimento constitucional como uma "ameaça", convocou o "povo" para resistir ao que ele chamava de "flagelo".[92]

Rubim associava o constitucionalismo monárquico ao caos, que se os constitucionalistas assumissem o poder eles implantariam um estado de desgoverno, por não representar a vontade de um, mas os interesses individuais e conflitantes de muitos. E sua manifestação pública contra o constitucionalismo, convidando o povo a resistir resultou em reações locais, a seu favor, como a deflagrada pelo capitão-mor da vila do Crato, José Pereira Filgueiras, juntamente com o major de linha, Francisco Ferreira de Sousa, que se recusaram a publicar a circular vinda de Lisboa, em que as cortes portuguesas ordenavam o juramento à constituição. Contudo, após o ouvidor interino José Raimundo de Porbém Barbosa e o coronel Francisco Ferreira de Souza, insistirem, o governador Rubim, autorizou. Filgueiras então teve que ceder e permitir que o anúncio e a convocação das eleições fossem divulgados em locais públicos.

---

[91] ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Constitucionalismo e independência do Brasil no Ceará (1820-1822). In: IRFFI, Ana Sara Cortez; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Independência e formação do estado nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)**. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2022.
[92] Ibid. P.28

Ainda segundo Araújo[93], teria se espalhado a notícia de que o capitão-mor Filgueiras e o coronel Monteiro teriam sido forçados a assinarem a "lei do cão"[94], o que desencadeou entre os povoados e vilas, onde negros, pardos, mulatos, livres ou libertos residiam um levante. Além do mais: "Dizia-se então que os maçons iriam trocar as imagens das santas da Igreja por prostitutas, que todos aqueles "de pele escura", sejam libertos ou nascidos livres, seriam reduzidos ao cativeiro"[95]. Devido a esses acontecimentos essa população marginalizada passou a cercar as igrejas em épocas de votação para impedir as referidas eleições, movimento que ficou conhecido como *Rebelião dos cerca igrejas.* Eles associavam ao rei uma imagem de protetor dos pobres e, consequentemente, limitador das pretensões dos senhoriatos da região.

Já em Fortaleza o movimento era contrário, no início de 1821, a tropa de linha apoiada pelos vereadores e liderada pelo padre Antônio José Moreira, cercou o palácio do governo e forçou o governador do Ceará, Francisco Alberto Rubim a convocar eleições provinciais. Essas eleições, ocorridas em 31 de julho de 1821, foram para uma junta de conselho, em vez de uma junta administrativa, o que preservava o modelo administrativo do antigo regime. Assim em 3 de novembro, de 1821 houve um novo levante da tropa e da câmara de Fortaleza, que destituiu Rubim e enfim realizou a eleição da junta administrativa.[96]

Depois de formada a junta, a vila de Aracati se opôs ao novo governo, o juiz de fora daquela vila, Francisco Rodrigues Cordeiro reclamava a exclusão dos eleitores de sua paróquia, e assim alegava a invalidez do novo governo. Ele concordou em aceitar um governo interino, até serem convocadas novas eleições que incluísse todas as vilas. Outrossim, no dia 17 de fevereiro de 1822, foi eleita a nova junta, foram convocados os eleitores das demais paróquias, a eleição ocorreu na Igreja Matriz de Fortaleza, o presidente eleito foi José Raimundo dos Passos de Porbém Barbosa.

Todavia a oposição do capitão-mor da vila do Crato, José Pereira Filgueiras continuava, nesta ocasião ele contava com o auxílio da câmara da vila do Icó, que reunindo um exército de sertanejos, proclamaram um governo com sede no Icó, que se autodenominou "Governo Temporário do Ceará". De acordo com a historiografia tradicional, o interesse era de

[93] ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Constitucionalismo e independência do Brasil no Ceará (1820-1822). In: IRFFI, Ana Sara Cortez; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Independência e formação do estado nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)**. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2022.
[94] Que seria a adesão ao constitucionalismo.
[95] Ibid. P.34
[96] ARAÚJO. Op. Cit. 2022.

marcharem sobre Fortaleza e aderir à independência, no entanto segundo Araújo[97] é necessário analisarmos com mais paciência os argumentos de Filgueiras. Para além de uma suposta oposição ao retorno da América portuguesa a uma administração centrada na Europa, os "males iminentes" a que Filgueiras e a Câmara de Icó se referem também eram a fragilização do poder do monarca (direitos do monarca) pelas cortes de Lisboa e, consequentemente, o esvaziamento do poder das autoridades locais diretamente nomeadas pelo rei e seus delegados na administração da província. Ou seja, as reivindicações de Filgueiras e dos rebeldes situados no Jaguaribe não eram diferentes das posturas do antigo governador Rubim, do próprio Filgueiras e de todos os demais que resistiram ao juramento à Constituinte de 1821.

Filgueiras adere ao governo de Pedro I dizendo defender o direito real ameaçado. Portanto, como motivações para marchar contra a junta de Porbém Barbosa, Filgueiras alega justamente os mesmos motivos que o levaram a dar início à revolta dos "cerca igrejas": os ataques aos direitos dinásticos de Pedro I, negados pela corte e não declarados pela junta e pelo comandante de linha Manoel Antônio Diniz. Contra estes, o capitão-mor do Crato dizia contar com 16 mil homens sob o seu comando. O padre Vicente José Pereira, no entanto, falou posteriormente que o exército do capitão-mor era em torno de oito mil pessoas.

Com esse exército, Filgueiras destituiu a junta de Porbém Barbosa e instalou um governo com homens ligados à criação de gado e à produção de rapadura e aguardente do Crato. Em dezembro de 1822, Fortaleza foi ocupada sem oferecer nenhuma resistência, pois os soldados e Rubim havia fugido.

1.2.3 O PROCESSO DA FORMAÇÃO DO EXÉRCITO INDEPENDENTISTA NO CEARÁ

Os moradores do Piauí ainda com a presença de Fidié em seu território pediram auxílio aos cearenses, que proclamaram a emancipação da capital em dezembro de 1822, e deliberaram uma expedição ao Piauí. O requerimento de auxílio aconteceu no dia 23 de janeiro de 1823, onde o Frei Alexandre da Purificação compareceu na sala do governo temporário cearense. No dia 24 de janeiro foi decidido que os cearenses marchassem com tropas na direção dos três

[97] ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Constitucionalismo e independência do Brasil no Ceará (1820-1822). In: IRFFI, Ana Sara Cortez; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Independência e formação do estado nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)**. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2022.
[97] Que seria a adesão ao constitucionalismo.

pontos principais do Piauí, que as despesas da expedição seriam por conta do Piauí e que os voluntários que fossem à sua própria custam teriam preferência para os empregos públicos.

Foram escolhidos para realizar essa expedição em auxílio do Piauí e Maranhão, o Governador Das Armas do Ceará, José Pereira Filgueiras, e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, que era membro do Governo Provisório cearense. Quando a tropa chegou em Oeiras, a tropa que marchou do Ceará se juntou ao contingente dos moradores do Piauí que lá estavam, e se organizou a divisão expedicionária, formada por guarnições do Piauí e Ceará, majoritariamente. Assim, os cearenses saíram no dia 29 de março de 1823 da capital cearense a fim de seguirem para Oeiras.

No Ceará, a independência foi realizada à custa de muitas lutas, anteriores e posteriores ao dia 7 de setembro, até que de fato o Ceará fosse em toda sua extensão independente das Cortes portuguesas. A capital Fortaleza foi ocupada pelos independentistas no mês de dezembro de 1822, mas ainda houve insubordinações contra a causa emancipacionista.

Já na capital Fortaleza, uma sequência de levantes militares destituiu o governo, passando a ser governado por uma sequência de juntas eletivas, até 1822 quando a junta presidida por José Raimundo dos Passos Porbém resistiu aos movimentos em prol da independência e com isso:

> [...]uma força composta de várias ordenanças e milícias do interior, liderada pelo então capitão-mor José Pereira Filgueiras, criou uma nova junta administrativa em Icó, paralela ao governo de Fortaleza, e organizou um levante das vilas da Ribeira do Jaguaribe e Cariri contra a capital. Teve início uma marcha de pelo menos oito mil soldados em direção à sede do governo do Ceará, provocando a fuga do presidente da junta para o Maranhão, assim como o abandono do governo por todos os membros que o compunham, dando início a uma nova junta administrativa, agora formada pelas casas senhoriais sertanejas, que subjugaram os comerciários da capital e do Aracati até 1824.[98]

Os cearenses precisavam de donativos e por isso convidavam os habitantes das vilas mais populosas por onde passavam, como Crato e Icó, a fazerem doações ou empréstimos. A saída dos cearenses da Província do Ceará se deu pelo fim do mês de maio, devido a diversas insubordinações das vilas as quais a tropa passou. Foi neste contexto que as tropas da expedição cearense chegaram à vila de Caxias. Já havia tropas cearenses na província do Piauí antes do cerco à vila de Caxias, que participaram inclusive da derrota na batalha do Jenipapo:

[98] ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Constitucionalismo e independência do Brasil no Ceará (1820-1822). In: IRFFI, Ana Sara Cortez; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Independência e formação do estado nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)**. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2022. p.24.

> As nossas tropas não erão tão bem armadas, e só tinhão 2 peças, com as quaes derão 2 tiros, ficando ellas logo desmontadas: pelo que baterão o inimigo em guerrilha pela retaguarda, e tomarão-lhe a munição, botica e bagagem quazi toda. A nossa perda notável foi a do capitão Manoel Martins Chaves; e depois do combate entrou Cunha Fidié em Campo-Maior, e a nossa tropa procurou Oeiras para municiar-se, etc. Comandavão a ação por nossa parte Luiz Rodrigues Xaves e o sargento-mór Francisco Ignacio da Costa.[99]

Portanto, na província do Piauí, durante a Batalha do Jenipapo, havia tropas cearenses, mas quando o exército auxiliador que Filgueiras reuniu chegou no Piauí, a proclamação já havia sido realizada na capital, no dia 24 de janeiro. Quando chegaram para auxiliar no cerco a vila de Caxias, no dia 21 de julho, as batalhas já haviam sido travadas, e o cerco já estava bem perto do fim: "E foram as últimas providências que tomou. No dia 21 chegou Filgueiras, para, sem disparar um tiro, assistir à capitulação heroica de Caxias"[100]. Dessa forma, logo após a chegada da tropa cearense, trocaram-se ofícios entre os sitiados e os sitiantes e aqueles que eram do lado português se renderam no dia 31 de julho, mas a tropa auxiliadora que veio do Ceará não precisou disparar tiros, pois as batalhas já haviam cessado.[101]

1.2.4. O COTIDIANO DA TROPA AUXILIADORA DO CEARÁ EM MARCHA PARA O PIAUÍ: ENTRE OFÍCIOS E INSUBORDINAÇÕES

Durante a marcha da tropa que saiu de Fortaleza no dia 29 de março, liderada por Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, até a chegada na província do Piauí e depois no Maranhão na vila de Caxias, houve trocas de diversos ofícios. Documentos extremamente importantes para a construção dessa memória, e estão contidos na Revista trimensal do IHGB, que estamos utilizando como fonte.[102]A seguir apresentamos alguns desses ofícios que auxiliam a ilustrar um pouco do cotidiano dessa tropa durante sua marcha a caminho do Piauí.

Inicialmente, em vista que não havia uma designação gentílica que designasse a população do Brasil, comumente as pessoas que viviam no território eram chamadas de brasilianos ou brasilienses. A expressão Brasileiro alude a um ofício ou a uma profissão (tal qual "verdureiro", "engenheiro", "pedreiro") e, nas raízes históricas, do processo de

---

[99] ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Constitucionalismo e independência do Brasil no Ceará (1820-1822). In: IRFFI, Ana Sara Cortez; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Independência e formação do estado nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)**. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2022.

[100] NEVES, Abdias. **Em torno de Caxias**. In: A guerra do Fidié. 4.ed. Teresina: Fundapi, 2006. P.279.

[101] CANDIDO, Lara Kallyne de Sousa. **O cerco a vila de Caxias: a última campanha da guerra de independência na província do maranhão 1823**. Monografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

[102] ARARIPE, Tristão Alencar de. **"Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão.** Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan. de 2026.

independência têm se escrito que a expressão se referia ao comerciante, geralmente português, do pau-brasil, na época do Brasil Colônia, passando, eventualmente, a ser nome pátrio.[103] Durante os primórdios da construção do país, tornou-se comum designar brasileiro o português ou o estrangeiro estabelecido no Brasil, brasiliense o natural do Brasil e brasiliano o indígena.[104] Contudo, com a emancipação política durante o Primeiro Reinado, o substantivo brasileiro começou a caracterizar um novo corpo político que surgia.[105] E a designar quem era originário do Brasil. Assim sendo, quando usamos o substantivo brasileiro, deixamos claro, que esse termo não tinha a significação de hoje.

O primeiro documento relativo à marcha expedicionária é do dia 29 de março de 1823, quando a força armada cearense saiu da capital em direção ao Crato, liderada pelo governador das armas José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.[106] Sua marcha para o Piauí levou um longo tempo, devido a insubordinações e falta de suprimentos que fora adquirido no decorrer da marcha.

No dia 4 de abril de 1823, na vila de Aracati, Tristão Gonçalves Pereira de Alencar fez uma fala onde pedia ajuda de donativos com os argumentos de que se tratava de livrar o Ceará de uma invasão e de libertar o Piauí da escravidão, com isso muitas pessoas prestaram auxílio, seja por empréstimo ou gratuito. Os cearenses acreditavam e estavam preocupados com a possiblidade dos portugueses invadirem sua província e lavar de volta sua população a dependência de Portugal, por isso ajudavam aquelas tropas, que propagava aquele discurso. Não foi simplesmente pela causa independentista, pois além do receio de serem invadidos, ainda havia as glórias a serem recebidas.

Ainda no quartel do Aracati, Filgueiras e Tristão Alencar receberam cartas da vila das Lavras e do Crato, de que algumas pessoas, estavam trabalhando arduamente para persuadir a população a se insubordinar, negando obediência as autoridades independentistas. Com isso se pediu a esses líderes militares pró independência, que enviaram essas cartas, para que se reunissem em uma dessas vilas, o maior número de tropas que fosse possível, a fim de pacificar aquele local, isto no dia 6 de abril de 1823. Nisso podemos afirmar que não havia um sentimento

---

[103] AMARAL, Vasco Botelho de. **A bem da língua portuguesa: estudos críticos de filologia**, Edição da "Revista de Portugal", 1943, p.106.
[104] SILVA, Francisco Ribeiro da. **Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos**. Porto: Universidade do Porto, 2004, p.733.
[105] Ibid.
[106] ARARIPE, Tristão Alencar de. Anúncio da saída da tropa, da capital Fortaleza, 29 de março de 1823. In: "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan de 2026. P.246

homogêneo, cada sujeito tinha suas vivências e experiências, portanto, defendiam o que acreditavam que fosse certo.

No mesmo local e mesma data, é feita uma proclamação aos moradores do Crato, encorajando-os a continuarem lutando pela independência. No entanto, ainda no quartel do Aracati chegou notícias de que nas vilas do Icó, Lavras, Crato e Jardim havia pessoas em estado de anarquia, conspirando até para a nomeação de Manoel Antônio Diniz para ser governador, no lugar daqueles que eram escolhidos pelos independentistas. A independência do Ceará não foi totalmente aceita no mês de dezembro, quando os partidários da independência adentraram Fortaleza. Durante essa marcha de auxílio ao Piauí e Maranhão, os líderes tiveram que lidar com muitas insubordinações e com a presença de partidários portugueses em diversos lugares.

Já no dia 11 de abril, no Quartel de São-João, da tropa expedicionária cearense em marcha, o comandante geral, Antônio Pinto de Queiroz, ofereceu auxílios de tropas, de 700 homens bem armados, do atual município de Portalegre, no Rio Grande do Norte, para a tropa expedicionária cearense, que foi bem aceita pelos líderes da província do Ceará. Com isso, a tropa auxiliadora teve que esperar essa tropa chegar, o que também foi motivo de demora desses expedicionários.

No dia 12 de abril de 1823, do Quartel General de São-João enviou-se um ofício ao diretor dos índios da Missão da Conceição Jozé, suplicando em seu nome e em nome do imperador que se mandasse uma tropa de índios para a vila do Crato, que foi o local combinado de encontro de todas as tropas, para ajudar os cearenses na independência. Logo, até os nativos cearenses participaram dessa tropa auxiliadora do Piauí e Maranhão.

Dia 14 de abril do corrente ano, os líderes da expedição comentaram em um ofício sobre as insubordinações nas vilas do Icó, Lavras, Crato e Jardim, que estaria próxima de uma anarquia e, além dessas vilas, Quixeramobim também teria perturbações e por isso enviou-se um coronel para pacificar aquela vila. Dia 15 de abril de 1823, nos ofícios dos líderes da expedição para um capitão, temos o relato de um frade leigo, com nome João de Tal que tentou persuadir as pessoas, de que o imperador abandonaria o Brasil e que tropas da Europa marchavam contra Pernambuco, Filgueiras e Tristão Alencar. Com isso, foi ordenado ao capitão que recebeu a carta prendesse o tal frade. Em suma, durante a marcha da expedição auxiliadora temos notícias de muitas ideias que circulavam contra a adesão da independência. Notícias essas que muitas vezes não eram verdadeiras, mas eram utilizadas para amedrontar aqueles que aderissem à causa emancipacionista.

Do dia 18 de abril de 1823, tendo como remetentes os líderes da expedição cearense e como destinatário os senhores do governo temporário da província de Oeiras, os cearenses estipulam o dia 10 de maio para a chegada das tropas em Oeiras e justificam a demora pelas insubordinações das tropas. Neste ofício foi ainda comentado que tropas cearenses debandaram e também se insubordinaram no território do Piauí, mas que no tempo oportuno seriam castigados.

Em 20 de abril de 1823, na vila do Icó, das tropas em marcha temos um ofício dos chefes da expedição relatando um movimento anárquico na vila do Crato, onde 2000 homens armados se reuniram praticando roubos, querendo instalar um novo governo e ainda a marchar contra as tropas independentistas. Neste ofício os líderes independentistas pediram que o sargento-mór José Bezerra de Sousa Menezes se reunisse com os chefes na vila do Icó com a maior tropa que o sargento pudesse reunir contra esse movimento. Por meio deste documento podemos afirmar que houve movimentos contrários ao independentista, assim sendo as desordens durante esse período é devida diversos fatores, e além das insubordinações, consequência de indisciplinas ocorreram roubos de movimentos contrários ao emancipacionista.

Além da vila do Icó, outra vila da província cearense também segue seu exemplo, com o surgimento de um movimento anárquico, relatado em um ofício do dia 20 de abril de 1823, escrito na vila do Icó onde Filgueiras e Tristão Alencar estavam combatendo os insubordinados. No ofício temos um relato de que na vila do Crato estava próxima a instalação de um governo dos europeus. No dia 14 de abril teria se levantado um partido, formado por europeus, que cometia atentados contra os moradores da província, que por isso fugiram e levaram as notícias aos líderes da expedição cearense. Logo pediram ajuda a junta administrativa do governo da província e ainda fizeram uma reclamação, pois se prendia portugueses, mas pouco tempo depois os libertavam, isso permitia que esses europeus fizessem partido com os brasileiros descontentes. Esse fato nos auxilia a entender o antilusitanismo presente, pois além de ocuparem os melhores cargos, nesse período de emancipação política, ainda cometiam atentados contra os moradores do país, a fim de os expulsarem e assim instalar um governo dos europeus. Esse sentimento antilusitano foi um importante fator que auxiliou a unificar as diferentes classes a fim de um objetivo, que era expulsar esses portugueses e acabar com o favoritismo que perdurava no país.

Na vila do Icó, em marcha, no dia 26 de abril, temos um ofício de José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar para o tenente-coronel Antônio Francisco de Queiroz Barreira, o sargento-mór Manoel Alexandre de Lima, e o sargento-mór Miguel José de Queiroz.

Nesse ofício eles relatam que devido a uma revolta na Vila do Crato e sua vizinhança, que tentaram fazer um novo governo, declarando guerra ao imperador e a independência, eles pedem que seja enviado a cavalaria para a vila do Icó, para auxiliar na pacificação dessas revoltas.

Filgueiras e Tristão Alencar enviam proclamações, por meio de ofícios, no dia 29 de abril de 1823 da vila das Lavras. Um desses ofícios é destinado aos jaguaribanos e os icoenses, neste ofício, os moradores das já mencionadas vilas recebem elogios e motivação para continuarem respeitando os superiores e que aqueles que não fossem a favor da independência fossem declarados inimigos da nação. A outra proclamação foi destinada para os moradores das vilas do Crato, Jardim e Lavras, para essas vilas a mensagem foi para alertar a população de que havia pessoas que tentavam iludi-los para que eles não acompanhassem o exército auxiliador a libertar o Piauí das tropas portuguesas, e os chamavam para que as pessoas daquelas vilas ajudassem na independência. Ademais, uma fala aos moradores do Piauí, a mensagem passada foi um alerta de que os portugueses tentavam enganá-los, fazendo menção do juramento prestado a constituição portuguesa, que segundo os cearenses não teria mais validade, pois os europeus não teriam dado o que prometeram, assim animavam e chamavam os moradores do Piauí a entrarem no número dos povos livres. A tropa auxiliadora do Ceará chegou na vila do Crato no dia 5 de maio de 1823, e enviou um ofício para os moradores do Piauí, informando que até o dia 15 de maio a tropa marcharia para Oeiras, e que possuíam cerca de 2000 mil homens, com 1500 em seu alcance e outros que estavam para chegar.

Ainda na vila do Crato, no dia 6 de maio, Filgueiras e Tristão de Alencar enviaram um ofício ao tenente-coronel comandante João André Teixeira Mendes e outros líderes das vilas as quais esse fato acontecia, como a vila das Lavras, vila das Russas, vila de Inhamuns, e Quixeramobim. Relatando as notícias que tiveram, de que muitos ciganos se aproveitaram do fato de inúmeras pessoas terem saído de suas casas, para saquear e roubar o que podiam, e pediram para que o comandante capturasse e prendesse esses ciganos. Fato que nos aprofundaremos no próximo capítulo.

Uma resolução em um conselho militar foi decidida no dia 9 de maio de 1823, onde a pauta foram as insubordinações ocorridas nas vilas do Crato, das lavras e do Jardim, com participações das tropas vindas do Rio Grande do Norte, os insubordinados se negaram a executar as ordens que recebiam, além disso tentavam persuadir a população a só respeitarem ao congresso de Lisboa, onde se achava D. João VI, e não as ordens do imperador D. Pedro I.

Nessa reunião foi decidido que as tropas insubordinadas não seguiriam para a província do Piauí até, que os líderes, ou até mesmo os simpatizantes dessa sedição fossem presos. Aqueles que lideraram a expedição auxiliadora muito tentaram reprimir as revoltas que surgiram enquanto da marcha em direção ao Piauí, quem sabe se essas revoltas não fossem controladas o partido português teria mantido aquelas vilas colônias de Portugal, outra possibilidade seria a adesão da anarquia nessas vilas insubordinadas. O exército auxiliador cearense iniciou sua saída da vila do Crato, para a província do Piauí no dia 20 de maio e em um ofício direcionado aos líderes dos moradores do Piauí. Pediram para que se as forças inimigas fossem maiores, eles esperassem as tropas cearenses, que até o dia 22 de maio marcharia, com o resto do exército para o auxílio.

O último ofício enviado da vila do Crato foi do dia 27 de maio, de 1823, cujo assunto foi o processo de presos, o ofício do dia seguinte, 28 de maio, foi enviado do quartel-general do poço dos cavalos. No dia 30 de maio temos um último ofício enviado quando a tropa ainda estava na província do Ceará, escrito no quartel-general do Rosário. Nele Filgueiras e Tristão de Alencar, pediram a punição e que o tenente-coronel e comandante José Ferreira de Azevedo controlasse sua tropa insubordinada, que furtou cavalos do exército, feriu o gado com tiros, destruíram roças e etc.

O documento analisado traz informações da marcha da tropa auxiliadora cearense, que saiu no dia 29 de março da capital Fortaleza, passou por várias vilas pedindo auxílio, desde reforços, alimentos armas, além disso, tentou pacificar diversas insubordinações como foi apresentado. O ponto de encontro das tropas auxiliadores era a Vila do Crato, então a demora da expedição auxiliadora cearense para chegar no Piauí teve diversos motivos, como as insubordinações de tropas, revoltas, anarquias, à espera das demais tropas e os pedidos de auxílio. A tropa auxiliadora cearense só saiu da vila do Crato que era o ponto de encontro para Oeiras no dia 28 de maio. No decorrer do documento diversas vezes temos doações e ajuda, de gado, farinha, armamentos, aquilo que pudesse ajudar a tropa feito pela população por onde o exército passava e pedia, isso tudo era anotado, para depois essas pessoas receberem suas devidas recompensações.

Outros grupos, como ciganos e nativos também tiveram sua participação. Os ciganos são citados no documento, realizando saques nos locais mais vazios e desprotegidos, portanto, pelo olhar dos cearenses, seriam mais um bando a ser reprimido. Já pelo lugar social desses ciganos, poderia ser apenas locais aos quais eles podiam adquirir novos objetos, ou suprimentos. É importante ressaltar, que nesse período o acesso à educação era precário, sobretudo, para

esses grupos, portanto, como não existia a questão do sentimento nacionalista e muitas das vezes um entendimento sobre o que estava acontecendo, esses ciganos poderiam apenas estar fazendo o que fosse melhor para seu grupo e família.

Os nativos da missão Conceição Jozé, que receberam um ofício, de súplica a fim de participarem da tropa expedicionária, também tiveram sua participação, pois todo auxílio era bem-vindo. Durante a marcha dessa tropa, diversos foram os momentos, que os oficiais militares fizeram proclamações, a fim de persuadir os sujeitos a causa emancipacionista.

Outrossim, além dessas províncias que já tratamos, passemos agora a analisar o desenrolar desse movimento independentista na província do Piauí.

2. A EVOLUÇÃO DA CAMPANHA LIBERTADORA NO PIAUÍ E MARANHÃO: DA PROCLAMAÇÃO LOCAL AO CERCO DE CAXIAS

A fim de facilitar o entendimento desse contexto que estamos abordando, a seguir temos um mapa, de 1816, que retrata, a capitania do Piauí e um pouco de seus respectivos vizinhos. Nos tópicos seguintes nos aprofundaremos na História da capitania do Piauí e é importante ter a imagem desse mapa em mente. Nele, podemos destacar, a vila de Parnaíba ao norte do mapa e mais ao centro da Capitania a capital Oeiras:

Figura 1 -[Cartográfico] 1816 Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará



Fonte: Página da Biblioteca Interpi.[107]

[107] Disponível em: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/mapa-historico.xhtml. Acesso: 01/08/2025

2.1. CONTEXTO: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Segundo Odilon Nunes, no dia 26 de dezembro de 1717 foi instalada na sede da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória a vila da Mocha, e no ano seguinte, 1718, o Piauí é elevado à categoria de capitania. O que, todavia, só teve execução em 1759 com a posse do seu primeiro governador, João Pereira Caldas.[108] Antes de existir como unidade territorial, a região sul era mais ligada a Pernambuco e à Bahia. Já a região norte mantinha estreitas relações com o Ceará. O primeiro governador, João Pereira Caldas, permaneceu dez anos no cargo, (1759-1769) e os cargos mais importantes em sua grande maioria eram ocupados por sujeitos da elite.

Os moradores lidavam com a alternância de duas estações, o "inverno" e a "seca", e o número de moradores, por residência, fogo[109], variava de lugar para local. Segundo Miridan Britto Knox Falci,[110] em 1826 a maior concentração populacional se encontrava na região de Oeiras, a capital que detinha cerca de ⅓ da população. A segunda se verificava em Parnaíba, e a terceira em Campo Maior. Já em 1871 a maior concentração se encontrava no Sul, no termo de Parnaguá. O segundo centro era Teresina, capital da província desde 1852, ao lado de Teresina o terceiro centro se constituía pelos termos de Jaicós, Valença e São Gonçalo.[111]

A primeira capital, Oeiras, tem esse nome em homenagem ao conde de Oeiras o Sebastião José de Carvalho e Melo, ex-secretário de Estado do Reino de Portugal, o marquês de Pombal. Sua origem remonta à fazenda Cabrobró, de Domingos Afonso Mafrense, segundo uns, ou de Julião Afonso Serra, segundo outros. Essa fazenda deu origem ao povoado da Mocha, nome do riacho que banha a região.[112]

Já Parnaíba, foi instalada como vila em 18 de agosto de 1761, intitulada de Vila de São João da Parnaíba. Foi a única que teve ganhos próprios desde a fundação, como por exemplo com a produção do charque. Assim, por várias ocasiões foi aconselhado ao ministro da coroa, a mudança da capital para esta vila. Nos finais do século XIX o Rio Grande do Sul monopolizou a indústria de charque, assim Parnaíba foi declinando economicamente.

A criação de gado por muitos anos foi a maior fonte de riquezas do Piauí, cuja origem remonta as 30 fazendas deixadas por Domingos Afonso Mafrense, aos jesuítas em 1711. E sob a administração do Marquês de Pombal as propriedades passaram a ser denominadas "fazendas do Real Fisco" ou "Fazendas do Fisco", foram divididas em três departamentos ou inspeções,

---

[108] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. 3. ed. Teresina: FUNDAPI, 2007. V.1.
[109] Fogo equivalia a lar, a casa com as pessoas dentro.
[110] FALCI, Miridan Britto Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Projeto Petrônio Portella, 1986.
[111] Ibid.
[112] FALCI, Op. Cit.

a do Canindé, Nazaré e Piauí. Findos os laços coloniais, as fazendas passaram a ser denominadas "nacionais" ou "da Nação" e seus trabalhadores escravizados, "como escravos nacionais" ou "negros da Nação.[113]

Essas fazendas conhecidas como da Coroa, depois nacionais e estaduais, entraram progressivamente em decadência, pela falta de medidas protetoras e estimuladoras da parte governamental, má administração e ignorância de novas técnicas que as pudessem melhorar.[114] Para melhor exemplificar a decadência dessas fazendas em primeiro lugar temos os usos de técnicas rudimentares de produção; em segundo a incidência de seca na região, que aumentaram os preços e prejudicaram o crescimento dos animais; um terceiro ponto foi a falta de crédito que impossibilitou o desenvolvimento de uma indústria de carne salgada. Uma outra riqueza para a província depois da pecuária foi o algodão e também o açúcar, mas o algodão perdeu mercado devido a produção dos EUA, e o açúcar devido à concorrência do açúcar de beterraba de Cuba, isso a partir da segunda década do século XIX.

Para o povoamento dessa região foi empreendido a concessão de sesmarias, àqueles que se aventurassem nessa empreitada. As primeiras sesmarias em território piauiense foram concedidas por D.Pedro de Almeida, governador de Pernambuco, em 1676, aos criadores da Casa da Torre: Afonso Sertão, Julião Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago. Os primeiros povoadores penetraram no Piauí com seus rebanhos vindos da região do São Francisco. Eram de dois tipos, o sertanista de contrato, incumbido de dominar os indígenas e os sesmeiros da poderosa Casa da Torre.

No entanto, muitos dos sesmeiros não chegaram de fato a pisar em solo piauiense, por isso, os sesmeiros do Piauí em grande parte são denominados de absenteístas, pois recebiam a posse das terras, mas não cumpriam as determinações a eles incumbidas, de povoar o território. E com isso no final do século XVII a corte determina "que os possuidores de terras no Piauí, que não as cultivassem por si, seus feitores, colonos ou constituintes, as perdessem e que as mesmas terras fossem dadas a quem as denunciassem"[115]. E em 1822 aboliu-se o sistema de sesmarias, e deste modo a ocupação da terra passou a ser feita pelo regime de posse. Em 1840, a maioria das terras do Mato Grosso, Goiás e Piauí estava ocupada sem título legal ou registro.

Esse sistema sesmarial resultou na formação do latifúndio, embora houvesse limites de áreas para essas doações, verificou-se um relaxamento dessas determinações, e isso influenciou

---

[113] LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí, 1822-1871**. Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2005.
[114] Ibid.
[115] FALCI, Miridan Britto Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Projeto Petrônio Portella, 1986. P.32

diretamente na estratificação social da província, onde poucos indivíduos possuíam grandes extensões de terras. O povoamento realizado pelos colonizadores representou o despovoamento da população nativa, ao final da guerra da colonização, o Piauí estava praticamente despovoado de nativos.

Com relação a estratificação social, de maneira geral, ela tinha por base os recursos econômicos. Três categorias podem ser identificadas: a primeira compunha-se dos proprietários da terra, gado e escravos; a intermediária, mais variada, abrangia as categorias dos sitiantes, vaqueiros, feitores, posseiros e agregados. Na base da pirâmide social encontrava-se a massa escrava, compreendendo as pessoas que estavam sujeitas a um senhor, consideradas como propriedade.[116] O primeiro grupo se sobressai, constituído pelos fazendeiros, pessoas proprietárias de gado, terra e escravos. Embora correspondessem à menor parcela social, os fazendeiros eram de maior expressão política, social e econômica.[117] Esses grandes fazendeiros, por vezes, exigiam dos seus moradores pagamentos pela exploração da terra, muitas vezes superior às possibilidades dos arrendatários. Os sitiantes eram pessoas livres, comumente proprietários de gado e escravos que, por não possuírem título de posse fundiária, arrendavam lotes, conhecidos como sítios.

Os vaqueiros em sua grande maioria não possuíam terra, gado e nem escravos, principalmente quando chegavam à Capitania, no entanto, “Reservavam-se, aos vaqueiros, grandes possibilidades de mobilidade social. Completados os cinco primeiros anos de contrato na administração de uma fazenda, recebiam então 25% da produção."[118] Entre os vaqueiros havia uma estratificação que os diferenciava, quanto as tarefas a serem executadas:

> O vaqueiro cabeça-de-campo era o trabalhador responsável pelo rebanho, dominava os pastos e conhecia "os gados de cada uma malhada e o modo por que devem ser pegados". Em cada fazenda havia apenas um cabeça-de-campo, que era auxiliado por vaqueiros guias, tangedores e peadores.[119]

Outra figura pertencente a sociedade piauiense era o posseiro, que de acordo com Tanya Maria Pires Brandão:

> Elemento de condição jurídica social livre que se instalava nas terras que conquistava, dedicando-se à agricultura de subsistência e à pecuária. Embora não possuíssem o

[116] Brandão, Tanya Maria Pires. **O Escravo Na Formação Social Do Piauí: Perspectiva Histórica Do Século XVII**. Edufpi, 2015.
[117] Ibid.
[118] BRANDÃO, op. cit.P. 115-116
[119] LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí, 1822-1871**. Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2005. P. 103-104

> título de posse da gleba ocupada e nem pagassem foro pelo usufruto da mesma, caso pertencesse a outro senhor, os posseiros demonstraram maior independência que os sitiantes e vaqueiros."[120]

Havia os agregados que ficavam prontos para executar as tarefas que os proprietários lhes pedissem, até mesmo atividades violentas, como crimes de morte. E por fim os escravizados, que em grande parte vieram juntamente com os primeiros colonizadores. Num primeiro momento podemos identificar três tipos de escravos: o nativo, o negro e o mestiço. O nativo era utilizado na economia predatória, durante o devassamento da área, exercia as funções de guia e peça militar e tinha, nos arraiais, o encargo de cultivar gêneros alimentícios necessários à subsistência do terço sertanista.[121]

O Piauí foi um grande comercializador de animais, sobretudo, de gado para a Bahia, Pernambuco e Maranhão. Logo no início de sua formação a província do Piauí respondia ao Maranhão, com relação aos acontecimentos políticos, pois a cadeia ficava no Maranhão e os julgamentos aconteciam lá também. O Piauí era parte da unidade eclesiástica maranhense, além do comércio piauiense ser fortemente dependente de suas praças comerciais.

Além do Maranhão, o Piauí fazia comércio também com Salvador, era um empreendimento que parecia tão lucrativo quanto desastroso. Para cada boi vendido na feira, perdia-se um na viagem. As inspeções remetiam o gado dividido em várias boiadas, quase sempre cinco, sendo a primeira ao final da estação das chuvas, entre maio e junho. O comércio era feito entre o administrador de cada inspeção e o comprador arrematante na Bahia. Ele nomeava um "passador", quase sempre um criador de uma fazenda, que levava as "boiadas" até a feira de Salvador. Solimar Oliveira Lima nos traz um exemplo:

> "A tropa havia chegado a Salvador em 26 de junho, após 47 dias de viagem. No percurso, dois cavalos haviam morrido e um tinha sido furtado. Um trabalhador escravizado tinha ficado doente, "com inchaços" atribuídos "aos cansaços". Decerto, não era uma viagem fácil. Boa parte do trajeto era realizada pelos trabalhadores escravizados a pé e descalços. Os tropeiros "queixaram-se dos calores" decorrentes de um ano de poucas chuvas, prenunciando uma rigorosa seca que se abateria sobre a província nos anos seguintes (quando ocorria muita chuva, as reclamações costumavam ser sobre as dificuldades de se atravessar terrenos alagadiços e rios com "enchentes", onde muitos animais e trabalhadores corriam risco de afogamento). O rebanho era vigiado "dia e noite" para evitar ataques de "animais ferozes", "desgarramentos" e arrancos. Os arrancos, com "bois em disparadas", sobretudo em campos abertos, exigiam muita perícia e esforço dos trabalhadores para o "ajuntamento dos animais", a fim de reorganizar a tropa. Poucas horas do dia eram reservadas ao descanso e, à noite, eram feitos rodízios de sentinelas. As pausas maiores destinavam-se às refeições. A alimentação da tropa era composta basicamente

[120] BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **O Escravo Na Formação Social Do Piauí: Perspectiva Histórica Do Século XVII**. Edufpi, 2015. P.116
[121] Ibid.

> de carne-seca assada e farinha. Somente próximo a Salvador é que os tropeiros incorporaram o feijão à dieta."[122]

No entanto, apesar desses percalços, esse comércio proporcionou grandes lucros para a Capitania de São José do Piauí. Pois era voltada para o mercado de outras regiões e a agricultura, para o mercado interno.

2.1.2 ADESÃO DA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ

No Piauí, o governador, nomeado a 1º de agosto de 1818, coronel José Ribeiro de Carvalho, foi considerado por muitos um homem fraco. Sobretudo, pelo acontecimento do dia 6 de maio, onde foi denunciada uma revolução, cujo autor seria o escrivão da junta de fazenda, Antônio Caú e seus cúmplices, que apesar de falhar em seu plano, atacou o governador na administração e na vida privada e ainda maltratou escravos do fisco. No dia 12 de maio foi decidido a prisão de Antônio Caú e a sua retirada da cidade. E no dia 23 de outubro, realizou-se uma reunião para eleição de uma junta provisória.

No dia 4 de fevereiro de 1822 o governo provisório recebeu uma portaria do governo português, ordenando a eleição de uma outra junta. Nesta nova eleição, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, não teve um resultado favorável, e ficou magoado com o governo português, o que influenciou sua simpatia pela causa independentista. O tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins fora eleito comandante das armas, enquanto o major João José da Cunha Fidié não se apossou do cargo. Fidié foi nomeado no dia 9 de dezembro de 1821, chegando ao Brasil no dia 8 de agosto de 1822 se empossando no dia seguinte. Segundo João Paulo de Barros Silva, a primeira junta foi instalada da seguinte forma:

> Eleita conforme as regras estabelecidas pelo governo revolucionário de Portugal, a primeira Junta Provisória do Piauí, instalada em 24 de outubro, era formada pelo presidente, Francisco Zuzarte Mendes Barreto; vice-presidente, brigadeiro Manuel de Sousa Martins; secretário, Francisco de Sousa Mendes; representante militar, capitão Agostinho Pires, português fiel a D. João VI e anti-Independência (NUNES, 2007); membros da agricultura, José Antônio Ferreira e Miguel Pereira de Araújo; representante clerical Matias Pereira da Costa; representante do comércio, o capitão Caetano Vaz Portela; e ainda o juiz de fora, Bernardino José de Melo, como membro da magistratura. Composta de um presidente e oito membros, quadro superior as províncias governadas por capitães-gerais segundo o decreto de 1.º de outubro, o Piauí elegeu sua Junta Provisória sem o conhecimento das leis aprovadas pelas Cortes até

[122] LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí, 1822-1871**. Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2005. P. 110-111.

então.[123]

O Piauí antes de se tornar uma unidade político-administrativa, ocupava uma posição geográfica estratégica como passagem obrigatória para todo tipo de comunicação ou contatos. As capitanias do Norte mantinham estreitas ligações com Lisboa, estando mais ligadas administrativa e comercialmente a Portugal do que ao Rio de Janeiro. Além disso, o comércio de gado e a ligação com o Maranhão, fez com que essa região se tornasse de suma importância para a metrópole Portuguesa.

Assim em 1821, havia uma grande tensão em toda a colônia devido a circulação de ideias separatistas, com isso a corte portuguesa ordenou que fosse juramentada a constituição portuguesa, mantendo pressão através de cartas régias, que possuíam caráter de restabelecimento da condição de colônia.[124]

Pela difusão dessas ideias muitos portugueses que residiam no Piauí durante o processo emancipatório, viviam com medo, tanto que em Parnaíba, no dia 25 de setembro, de 1822, compareceram à câmara onze portugueses pedindo a remoção de um comandante, que julgava que não os garantia suficientemente. Ele foi mantido no comando, e os portugueses, por isso acusaram o Dr. João Cândido de Deus e Silva de não punir os sediciosos, e que se sentiam inseguros enquanto as autoridades fossem brasileiras.

No dia 30 de setembro o Dr. João Cândido por meio de ofício informou esses acontecimentos à junta, nele o juiz exaltou o povo, podendo ser considerado como uma declaração de guerra a Portugal, e sem nenhuma resposta do governo os eleitores da paróquia da Parnaíba, proclamaram a independência no paço da câmara, a 19 de outubro de 1822. Fidié seguiu para Parnaíba no dia 13 de novembro de 1822, a fim de reprimir o movimento, levando uma proclamação, para mostrar aos parnaibanos o erro em que se iludiam, já na capital Oeiras, ficou o capitão Agostinho Pires, e um alferes, a fim de guarnecer aquela vila.

O Ceará ficava mudo às solicitações de auxílio do Dr. João Cândido. A viagem de Fidié para Parnaíba se tornava difícil devido ao sol escaldante, a fome e a falta de água, por isso, quando avistavam uma fazenda tomavam conta, comiam os animais, a farinha e depois de um descanso partiam, deixando a habitação em miseráveis condições. Chegando em Campo Maior, ele desistiu de assentar o seu quartel, deixando no comando do destacamento o tenente-coronel

[123] SILVA, João Paulo de Barros. **As bases Lusitanas do Piauí na regência das cortes gerais: a luta contra a independência do Brasil (1821-1823).** Dissertação defendida junto a Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul, 2023.
[124] DE ARAÚJO, Johny Santana. **O Piauí no processo de independência: contribuição para construção do império em 1823**. 2015.

José Antônio da Cunha Rabelo, e fez sua entrada em Parnaíba no dia 18 de dezembro, depois de um trajeto de 660 quilômetros. Todavia, os autores da proclamação em Parnaíba já tinham fugido, para se refugiar no Ceará. Esse acontecimento destaca o quanto o major Fidié estava obstinado em cumprir a ordem de D. João VI, em manter aquela província fiel a corte portuguesa. Liderar uma tropa em marcha, por cerca de um mês e cinco dias, sob o sol escaldante e os suprimentos escassos, por uma distância de aproximadamente 660, revela o patriotismo e a persistência de Fidié. Além de evidenciar uma decisão tomada às pressas, sem muita ponderação, pois a capital Oeiras ficou a cargo de um oficial que não conseguiu manter a ordem.

E logo, na capital, Oeiras, a junta do governo fez uma votação para prender "incendiários e facciosos", dentre os suspeitos, prenderam uma pessoa para devassa. E no dia 11 de janeiro a junta recebeu um ofício da Bahia os convidando à separação, no entanto, o Padre Matias, que liderava a junta do governo, respondeu que o Piauí se manteria fiel a Portugal. A 14 de janeiro, com a tensão aumentando, a junta oficiou a Fidié que deixasse um destacamento em Parnaíba e que regressasse à capital. No dia 22 de janeiro a junta resolveu proclamar aos povos revoltados. Com essa proclamação, pretendiam apagar o entusiasmo independentista, o que de fato não aconteceu e a movimentação com pasquins e tensões sobre a capital só aumentava. Por isso, Fidié ficou muito preocupado com a situação de Oeiras, assim no dia 28 faz uma proclamação, a fim de despertar os ânimos das tropas e no dia primeiro de março, já se deslocava a fim de chegar em Oeiras, com cerca de 1100 homens, e barrar a causa pró-independentista.

Apesar disso, às 2 horas da manhã do dia 24, saíram o tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa para surpreender e cercar um capitão português, ao mesmo tempo que o brigadeiro Manoel de Sousa Martins destacou dois homens para tomar e pôr em segurança a casa da pólvora. Não houve nem sangue, nem resistência e pela manhã Manoel e Joaquim de Sousa Martins ergueram entusiásticas saudações à independência do Brasil.[125]

A junta formada solicitou que o Maranhão permanecesse neutro diante dos fatos, e enviou também ofício à Fidié, onde impunha-lhe a entrega do comando das armas ao capitão Manuel Pimenta de Sampaio e sua a retirada da província. O major português, todavia, não aceitou a imposição da nova junta, e continuou em sua marcha a fim de reprimir o movimento.

Assim que a tropa portuguesa se aproximava de Campo Maior, próximo ao riacho Jenipapo, cerca de 2000 homens independentistas aguardavam, para a batalha no dia 13 de

[125] NEVES, Abdias**. A Guerra do Fidié**. 4.ed. Teresina: Fundapi, 2006.

março de 1823. As poucas espingardas foram distribuídas aos cearenses, os piauienses, conduziam velhas espadas, facões, chuços, machados e foices. E segundo Abdias Neves:

> Nas proximidades da margem direita, bifurca-se a estrada em duas. Alecrim e Chaves guardariam ambas para evitar a hipótese de passar Fidié sem ser percebido. Por qualquer lado, encontraria os separatistas que, oportunamente, haviam de rechaçá-lo. E assim concertado o plano, daria, talvez, algum êxito, se o acaso não tivesse vindo em favor de Fidié, que, no ponto da bifurcação, dividiu as forças em duas alas. Uma, em que estava a cavalaria, seguiu pela estrada da direita; a outra, que guardava a artilharia e era comandada por Fidié, em pessoa, seguiu pela estrada da esquerda. Foi a cavalaria que se encontrou, logo, com os brasileiros, sobre os quais tentou uma carga, impedida pela forte fuzilaria dos cearenses. Não convindo, porém, aos portugueses um ataque mais sério, porque não podiam dirigir-se com segurança e ignoravam o número dos atacantes, retrocederam e fugiram. Ouvindo os tiros, pensaram os brasileiros, na esquerda, que os da estrada da direita se estavam batendo com todas as forças portuguesas e abandonaram preciptadamente seu posto, correndo em auxílio dos companheiros. Mas, ali, não havia nada que fazer, porque a Cavalaria desaparecera.[126]

E do outro lado as tropas do major português tiveram tempo de se organizar para o combate, que se iniciou por volta das nove horas da manhã até cerca de duas da tarde. Em um combate sangrento, onde diversas pessoas perderam suas vidas, sobretudo, aquelas que não possuíam armas de fogo, apenas instrumentos para trabalhos rurais, e a coragem para enfim expulsarem os portugueses. A tropa de Fidié venceu a batalha, mas não a guerra, pois as tropas independentistas roubaram a bagagem de seus adversários que continha dinheiro, munições e alimentos. Com isso, após a batalha os independentistas fugiram, e a tropa portuguesa ao invés de continuar sua marcha a Oeiras se refugiou em uma fazenda próxima.

Após esse insucesso se instalou um pânico nos moradores da vila de Campo Maior, pois circulou-se que o chefe lusitano adentrava mais a vila, assim, fecharam-se casas, e muitas pessoas se angustiaram sem saber o que as esperava no futuro. Devido a essa derrota, populares e até fugitivos dessa batalha assassinaram europeus, de acordo com Neves,[127] os populares, Joaquim Bento Pereira, Eufrásio e Félix, saíram para o largo Santo Antônio gritando "morra aos marinheiros", dirigiram-se à cadeia matando nove portugueses, em seguida foram à residência de José Fuão e o apunhalaram, ainda mataram mais oito pessoas. Os fugitivos do Jenipapo também assassinavam os europeus que encontravam.[128]

O antilusitanismo só aumentava, na população que perdia inúmeras vidas nas batalhas pela independência. Logo, seu sentimento de diferenciação aumentava, elas percebiam que os

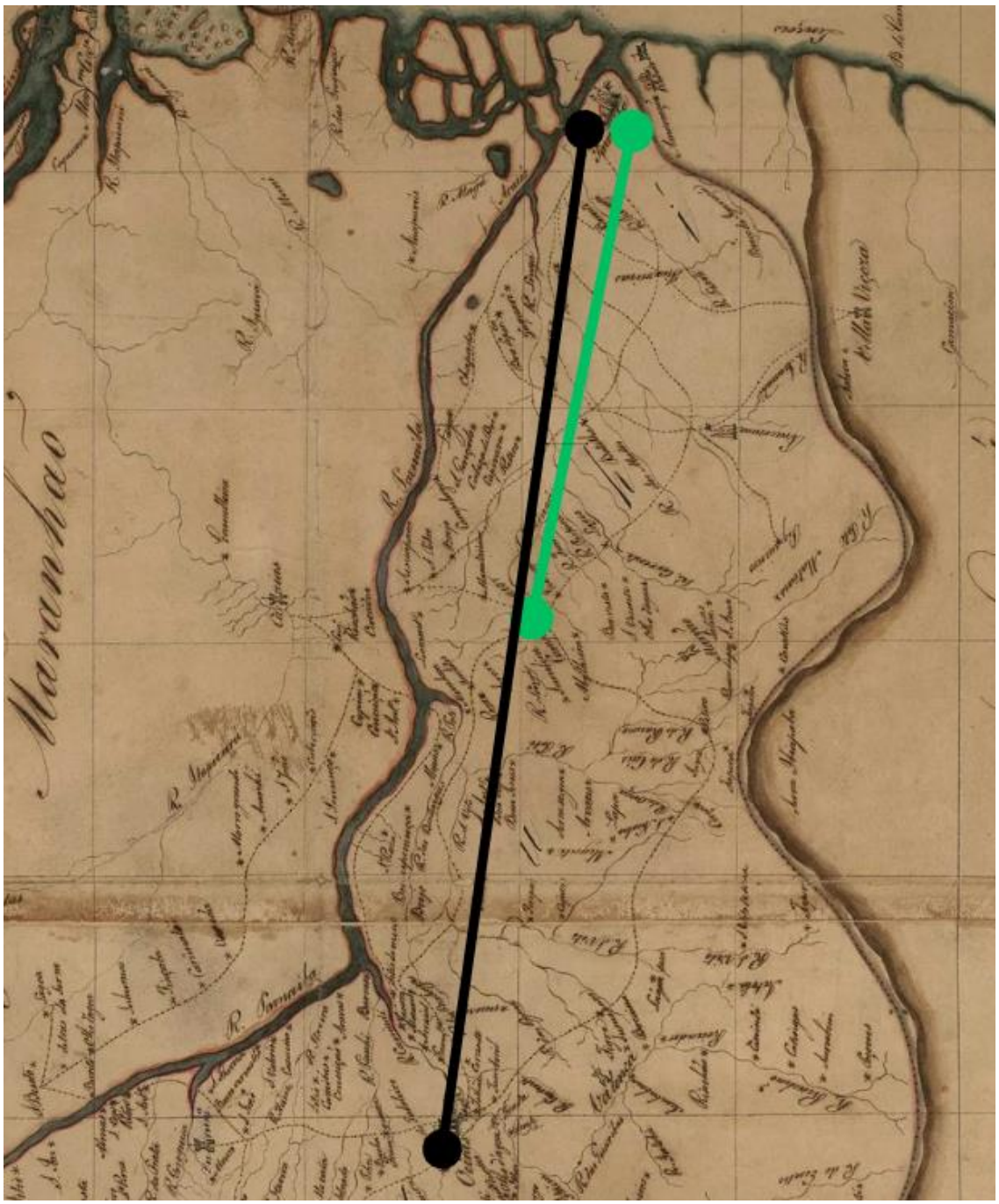
[126] NEVES, Abdias**. A Guerra do Fidié**. 4.ed. Teresina: Fundapi, 2006. p. 146-147.
[127] Ibid.
[128]NEVES, Op. cit.

interesses dos portugueses eram diferente, eles defendiam seu país, suas ideias. Com certeza essas batalhas serviram para de certa forma conceber, desenvolver e fortalecer lentamente a "consciência nacional", pois essas pessoas foram percebendo, que se quisessem proteger sua família e suas casas precisavam expulsar os europeus, que em diversas batalhas já tinham ferido, conhecidos seus.

O mapa a seguir, representa a capitania do Piauí, inserimos os traçados de cores preta e verde, a fim de trazermos uma ilustração das movimentações do major Fidié ao qual relatamos, portanto, essas linhas não retratam exatamente, o caminho percorrido. A linha de cor preta e os pontos pretos representam, o dia 13 de novembro de 1822, quando Fidié, saí da capital Oeiras (debaixo para cima) e segue em marcha para a vila da Parnaíba, reprimir o movimento independentista. A tropa percorreu cerca de 660 quilômetros, chegando em Parnaíba no dia 18 de dezembro. A tropa ainda passou por Campo Maior, onde se desenrolou a batalha do Jenipapo. A linha da cor verde, retrata a saída das tropas portuguesas de Parnaíba para Oeiras, no dia 01 de março de 1823. Quando a tropa chega em Campo Maior no dia 13 ocorre a batalha do Jenipapo. Fidié então, leva sua tropa para o Estanhado.

O mapa a seguir é de 1816, e pode-se observar as demais vilas, como Marvão, Parnaguá, Jerumenha e suas localidades e rios, portanto, através desse mapa, é possível destacar a complexidade desse movimento, as marchas que as tropas realizaram está demarcada na figura. Inicialmente, a tropa de Fidié saiu de Oeiras, rumo a Parnaíba cerca de seiscentos e poucos quilômetros e depois ainda foi rumo a capital, Oeiras novamente, mas se envolveram na batalha do Jenipapo, em Campo Maior. O mapa nos auxilia ainda a ter uma noção do quanto os soldados sofreram nesse período, pois contava com grandes extensões de terras a se percorrer, muitos deles a pé, além disso as notícias e as comunicações eram realizadas vagarosamente. Esse ponto também dificultava a adesão à causa emancipacionista, pois por muitos anos os sujeitos aprenderam e viviam com o pensamento, o imaginário de uma colônia de Portugal. E para se mudar esse pensamento e levar esses ideais independentistas seria necessário muito tempo, e muito espaço a se percorrer. Tanto que no final a emancipação do Brasil, sobretudo, no Piauí não trouxe muitas mudanças, principalmente para as camadas populares. O que é perceptível foram atos de antilusitanismo, como os assassinatos de portugueses já citados e indivíduos de classes da elite assumindo cargos políticos que antes eram reservados especialmente aos europeus. O que de fato não foi um caso geral.

Figura 2 -[Cartográfico] 1816 Mappa geographico da capitania do Piauhy, e parte das do Maranhão, e do Gram Pará



Fonte: Página da Biblioteca Interpi.[129]

[129] Disponível em: http://biblioteca.interpi.pi.gov.br/mapa-historico.xhtml. Acesso: 01/08/2025

2.1.3 ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO INDEPENDENTISTA

As tropas portuguesas que lutaram no Piauí, contra os independentistas eram formadas essencialmente pela primeira linha. Tropas de infantaria: o primeiro batalhão de infantaria de primeira linha de Oeiras e uma Cia do segundo batalhão de primeira linha, de Campo Maior. Já as tropas de cavalaria eram compostas pelo primeiro regimento de cavalaria auxiliar. Havia também artilharia e pelo menos um agrupamento de Artífices Engenheiros. As tropas lideradas pelo major Fidié era composta tanto por portugueses quanto por brasileiros. Nas guerras pela independência tivemos um processo complexo, onde nos dois lados havia tanto portugueses quanto brasileiros, não se pode afirmar que havia homogeneidade, nessas tropas. Além disso, muitos deserdaram seja para o lado independentista, ou até mesmo para realizarem saques.[130]

De acordo com Christiane Figueiredo Pagano de Mello:

> A população do reino foi militarizada em três escalões de Tropas: o primeiro, as Regulares, ou pagas; o segundo, as Auxiliares; e o terceiro, as Ordenanças. A seleção dos componentes foi feita a partir dos seguintes critérios: as Tropas Regulares, ou de linha, constituídas por soldados pagos, eram formadas por filhos segundos das famílias, com exceção dos de mãe viúva e pais lavradores, que comporiam as Tropas Auxiliares junto aos casados em idade militar, todos os homens válidos restantes estariam inscritos nas Companhias de Ordenanças, sendo submetidos a treino militar e a duas mostras gerais por ano, para que a população militar útil se mantivesse habituada às ordens de combate. As Tropas Regulares, ou pagas, eram as que se destinavam especialmente às operações de grande guerra, incluindo as manobras nas fronteiras. Entretanto, as tropas de Auxiliares também eram obrigadas a acudir às fronteiras para as quais estivessem designadas quando fosse necessário; neste caso, enquanto nelas permanecessem mobilizadas, receberiam soldo e munição como os soldados pagos "pagando-se-lhe mui pontualmente seus socorros". As tropas de ordenanças foram isentas de servirem nas fronteiras ou praças de guerra em Alvará de 13 de março de 1646, ficando restrita, basicamente, à participação nas pequenas guerras locais. Porém, em caso de perigo evidente, "que conhecidamente se não possa rebater com soldados pagos e Auxiliares", poderiam ser obrigadas a guarnecer as praças que lhes fossem mais vizinhas.[131]

Apesar dessa divisão em três escalões de tropas é importante destacar que na época da independência todos os nativos válidos e livres, sem exceção de classe alguma, estavam obrigados ao serviço militar, sob pena de serem castigados como inimigo da salvação. Pode-se destacar que muitos dos oficiais dessas tropas pertenciam as elites, para um sujeito comum se sobressair e se tornar um oficial ele precisava fazer bem mais do que alguém de uma classe mais elevada. Além disso todos os donos de fazendas, seus feitores e vaqueiros deveriam suprir

---

[130] ALBANO, Gracivalda Matos; ARAÚJO, Jhonny Santana de. As **cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824**. Teresina: Cancioneiro, 2024.

[131] MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. **Forças militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do Século XVIII**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009. P.46.

as tropas independentistas, tanto de gado, como de mantimentos, que seria pago pelo cofre da Tesouraria Geral da junta da Fazenda. Isso ao final desse processo independentista, pois durante o conflito, o governo piauiense não possuía dinheiro suficiente.

Enquanto as tropas portuguesas eram compostas majoritariamente pela primeira linha, que eram as forças regulares que recebiam soldo. As independentistas, eram compostas por tropas de segunda linha e de terceira. No Maranhão, por exemplo, na vila da Manga tivemos a participação de um capitão do mato. No Piauí filhos de fazendeiros, escravos, agregados e vaqueiros fizeram parte dessas tropas, as milícias tiveram uma responsabilidade primordial no processo de emancipação piauiense. Elas eram compostas pelas tropas de segunda linha: auxiliares e de ordenanças.

Segundo Albano e Araújo[132], podemos pensar no desenvolvimento de um exército independentista a partir de três momentos, o primeiro seria aquele formado sob o comando do piauiense, alferes Leonardo Castelo Branco e sob liderança do capitão Luiz Rodrigues Chaves, coluna dividida após os insurretos de Parnaíba se dirigirem ao Ceará para solicitarem ajuda.

O segundo momento foi o reagrupamento das forças derrotadas na batalha do Jenipapo, forças comandadas pelo capitão Luiz Rodrigues Chaves, que contava também com tropas enviadas do Ceará. Depois da batalha, apesar da derrota ainda conseguiram roubar a bagagem inimiga, que continha dinheiro e suprimentos o que fez a tropa portuguesa sair do Piauí em direção a Caxias. E as forças independentistas se reagruparam e retornaram para Oeiras.

E por fim, no terceiro momento, a junta governativa provisória de Oeiras criou três forças distintas, a primeira comandada pelo capitão Luiz Rodrigues Chaves; a segundo pelo capitão João da Costa Alecrim e a terceira pelo capitão Francisco Manuel de Araújo Costa. Todas sob o comando maior do tenente-coronel Raimundo de Sousa Martins.

Desse modo, podemos afirmar que as tropas independentistas após a emancipação do Ceará e Piauí respectivamente se reuniram no Piauí em direção ao Maranhão, onde se constituiu o cerco a Caxias, no Morro do Alecrim.

[132] ALBANO, Gracivalda Matos; ARAÚJO, Jhonny Santana de. **As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824**. Teresina: Cancioneiro, 2024.

2.1.4. FAZENDEIROS, ESCRAVIZADOS E CAMADAS POPULARES NOS EXÉRCITOS INDEPENDENTISTAS

O Piauí devido a sua forma de colonização, sobretudo, a distribuição de sesmarias, era formado por diversas fazendas, grandes latifúndios. Durante o período de adesão à independência, a partir de 19 de outubro de 1822 em Parnaíba, e 24 de janeiro na capital Oeiras, se formou um grande clima de tensão entre a população. As autoridades foram obrigadas a ceder à vontade do povo, que através de muita pressão impulsionou-as a proclamarem a independência. Segundo Claudete Maria Miranda Dias, após a proclamação em Parnaíba, João Candido e outros integrantes da câmara assinaram o seguinte ofício:

> "Constando-nos que contra esta vila se dirigem tropas armadas em consequência dos acontecimentos de 19 de outubro, dirigimo-nos a V. Excia. que por bem do Serviço Nacional e Real e para sossego e tranqüilidade deste povo faça remover os vexames e os males que por todo ele vão recair, visto que até o presente não se tem negado a obediência a nenhuma autoridade da província, nem tem sido alterada a boa ordem e a tranqüilidade desta vila, nem pretendemos defendermo-nos de mão armada, e que se as autoridades da vila foram obrigadas a ceder-se a vontade do povo foi a fim de evitar maiores males que nos ameaçavam, visto o grande entusiasmo que se havia apoderado dos povos, e para evitar as cenas da guerra civil em que arde a vizinha província do Ceará, dividida em dois governos provisórios, um em Fortaleza e outro no Icó, nem se prestou aqui juramento algum e só e tão simplesmente requereu o povo que se cumprissem as ordens de S.A.R. e que se procedesse às eleições de Paróquia, o que se cumpriu em 24 de novembro. O Ceará se vê hoje o teatro da guerra civil por se terem prendido seus eleitores de paróquia. Não podendo pois aqui as autoridades conter os povos, foi por isso necessário condescender a fim de se removerem maiores males e de tudo isto se deu parte ao Exmo. Governo Provisório. Rogamos portanto a V.Excia, queira fazer suspender a marcha das referidas tropas informando-se com exatidão de tudo quanto expomos. Deus guarde V.Excia. muitos anos. Parnaiba, em sessão de 27 de novembro de 1822. Assinado: João Cândido de Deus e Silva, Manoel Antonio da Silva Henriques, João José de Sales, João Ignacio Nunes da Silva[133]

Ele foi assinado pelos membros da câmara, para o Major Fidié, que após saber da proclamação logo iniciou a marcha de suas tropas com o intuito de reprimir o movimento. Se observa, notadamente, que os autores atribuem a proclamação aos “males” que os povos empoderados ameaçavam e as cenas de guerra civil, que poderiam explodir com a vizinha província do Ceará. Portanto, o povo, que eram os sitiantes, vaqueiros, feitores, posseiros, agregados e escravos participaram sim das guerras de independência no Piauí, não só na Batalha do Jenipapo, as próprias tropas eram formadas em sua maioria por trabalhadores livres das fazendas, como mestiços, mulatos, sertanejos, lavradores, agricultores e roceiros. Como atesta o ofício, as autoridades, que eram homens em grande maioria proprietários de terras, com algum

[133] Arquivo Público do Piauí. Coleção da Independência apud DIAS, Claudete Maria Miranda. O outro lado da independência do Brasil: Aspirações e manifestações, natureza e formas de lutas da população do Piauí-1789/1850. 2. ed. Teresina: Editora e livraria Nova Aliança, 2023. P.191-192.

cargo de prestígio social naquela sociedade tiveram que ceder às vontades dos povos, que certamente depois da distribuição de diversos pasquins sediciosos, e a divulgação de ideias emancipacionistas, já haviam sido cooptados, pelos ideais independentistas. E aos poucos vai se formando uma certa "consciência", entre as camadas populares.

Esse discurso presente neste ofício ressalta a participação popular. Ele pode ter sido escrito pelos membros da câmara a fim de não levarem toda a culpa, pela proclamação na vila de Parnaíba, já que uma tropa repressora estava a caminho, ou de fato, a pressão popular pode os ter coagido. No entanto, é mais provável que a junção desses dois tópicos, tenha encadeado esses acontecimentos, tanto a população deve ter tido sua participação, mas os membros da câmara também apoiavam a causa independentista. E depois dos resultados serem a repressão, esses homens da Câmara tentavam se esquivar das consequências, tanto que alguns fugiram para a Vila da Granja, no Ceará.

Apesar da tentativa de repressão do movimento por parte do governo, com rígido controle às manifestações, perseguições, prisão dos emissários, a suspensão do comércio de gado e o reforço armado nas fronteiras do Piauí a emancipação se deu por diversos fatores. Como por exemplo, o antilusitanismo, perceptível pois, enquanto algumas famílias portuguesas fugiam para o sertão, por terem suas casas incendiadas, outras tentavam negociar para garantir a própria vida. Prometiam contribuir com mantimentos, como gado e cereais, bem como munições aos exércitos, se declarando publicamente como "europeus brasileiros". Para os militares a independência significava a obediência às leis, o respeito dos europeus e ter leis próprias, mas para os "povos" significava expulsar os europeus e ter leis próprias. Assim sendo, temos diversas mentalidades sobre a adesão a independência...

Os dois autores principais da proclamação da independência na Parnaíba, João Candido de Deus e Silva e Simplício Dias da Silva, eram homens com prestígio social. João Cândido foi juiz de fora das vilas de Parnaíba e Campo Maior, estudou em Coimbra e foi deputado geral por sua província natal (1827 – 1829), Pará sendo reeleito para a legislatura seguinte (1829 – 1831). Já Simplício Dias da Silva foi um coronel e importante proprietário de terras em Parnaíba.

No livro *As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824*[134], podemos observar como era o cotidiano dos indivíduos durante a adesão piauiense à independência. A

[134] ALBANO, Gracivalda Matos; ARAÚJO, Jhonny Santana de. **As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824**. Teresina: Cancioneiro, 2024.

carta de número dois do livro[135], consta que todos os requisitados para auxiliar a causa independentista, os donos de fazendas, seus feitores e vaqueiros deveriam suprir os líderes da causa, seja de gado ou mantimentos. Sob a pena de serem castigados como inimigos da salvação, o que seria pago pelo cofre da tesouraria geral da junta da fazenda. Ainda traz que a observância das normas se tratava da salvação da Pátria e que o único objetivo que deveriam ter os amantes da Pátria seria sua segurança.

Após a leitura desta carta percebe-se que os líderes independentistas se utilizavam de discursos que tratavam a adesão à causa independentista como a salvação, dos mandos e desmandos portugueses. Seria a salvação da "recolonização" do país, pelos europeus. Além disso, observa-se a utilização da palavra Pátria, o que pode se referir a terra natal ou adotiva de um ser humano, que se sente ligado por vínculos afetivos, culturais, valores e história. Mas nacionalismo no Brasil, sobretudo, no Piauí ainda estava se formando, o que se tinha de fato era um sentimento antilusitano, de expulsar os portugueses do país, pois os melhores empregos geralmente eram assumidos por europeus.

Na carta de número 06[136], o destinatário roga ao seu amigo e senhor, que era comandante, de tropas, que guarde seus dois filhos que foram servir nos exércitos independentistas. É perceptível o medo que o remetente tem, quando ele pede para o destinatário os tomar na sua proteção e amparo, para que ele fizesse de conta que fossem seus filhos, pois ele ficou desamparado sem os dois.

Enquanto havia homens como Manoel de Sousa Martins, que era pragmático e se envolveu na causa, principalmente, por ter sido preterido pelo governo anterior, tivemos homens como João Candido, que aderiu a causa, sobretudo, por ter sido convencido pelas ideias liberais e já ter tido contato com elas através de seus estudos em Coimbra. Tivemos também homens como o remetente da carta, que eram donos de fazendas, que tiveram que enviar seus filhos para servir a causa de D.Pedro, e além disso, suprir esses exércitos com suas posses. E por fim as pessoas comuns, que pelas suas vivências, experiências e por terem sido cooptadas pelos pasquins e discursos sediciosos participaram, dando suas vidas, a de seus maridos e irmãos pela causa. Por conseguinte, podemos afirmar que grande maioria das classes sociais piauienses participaram das guerras pela independência no Piauí.

[135] MUSEU OZILDO ALBANO, Carta nº 02. De junta do governo Temporário da Província do Piauhi. 02 de fevereiro de 1823.
[136] MUSEU OZILDO ALBANO, Carta nº06. De Antonio Jozé Alves de Castro/Raymundo de Oliveira Falcão. 19 de abril de 1823.

Na carta 17[137], consta o pedido do remetente, para que ele olhe pelo filho dele, Luiz Plácido de Queiroz, e dois negros, Manoel e Domingos. Deseja saber se o filho ainda está vivo, para ter alívio. Além de relatar que teria escutado muitos tiros e perguntava o que teria acontecido. A partir disso, se depreende que a comunicação no decorrer das guerras no Piauí foi precária, havia pais que enviavam seus filhos para servir nos exércitos e esperavam apreensivos por informações.

Mais adiante na carta 18[138], o remetente comunica o envio de um garrafão de aguardente, farinha e cavalo. Roga saber sobre seu filho Luiz e o criado que se encontra em serviço militar. No final da missiva solicita ao capitão que mande impor o moleque para evitar que não lhe tomem o cavalo. Com base nessa carta é possível destacar a grande violência existente naquela época, cavalos eram animais muito importantes, e os roubos ocorriam a todo momento.

Na carta seguinte o remetente comunica que recebeu o comunicado para buscar os animais que foram emprestados para o serviço nacional e informa que os homens que foram buscar são escravos. A própria população da província piauiense, teve grande importância na causa independentista, além de enviarem seus parentes para servirem nas tropas, também cediam seus animais, e alimentos.

Ademais, com base na carta 20, é possível afirmar que havia sujeitos que possuíam sua própria milícia. Nessa carta, a Guerrilha da Tresedella informa que o inimigo se movimentava se destinando ao porto e que o seu pessoal estaria pronto e armado para ajudar.

Em vista disso, havia grande tensão entre os habitantes da província piauiense, os fazendeiros viviam em suas grandes fazendas, tinham suprimentos que muitas vezes remeteram às tropas. A comunicação era precária, muitos viviam com a angústia de não terem notícias de seus entes queridos que muitas vezes eram enviados para o serviço militar. Além do clima de tensão, havia muita violência, ocorreram muitos saques durante esse período, aproveitadores que tentaram ludibriar as pessoas, fingindo ser independentista para conseguir o que queriam.

Se a classe mais abastada experienciou essa situação, quanto mais severa não foi a situação da classe mais pobre, que não dispunha de vastas propriedades e carecia de suprimentos suficientes. A independência representou apenas uma emancipação política e administrativa, permanecendo a mesma estrutura econômica escravista, atrelada aos interesses estrangeiros. Um processo, que não foi efetivado por apenas uma camada da população, os mais abastados, como por muito tempo foi divulgado.

---

[137] MUSEU OZILDO ALBANO, Carta nº17. De Francisco Massimo Queiroz/Capitão Raimundo de Oliveira Falcão. Alegre, 3 de julho de 1823. P. 102.

[138] MUSEU OZILDO ALBANO, Carta nº18. De Capitão-Mor João Gomes Caminha/Jozé Francisco Marinho.

O exército era formado por sujeitos de todas as classes, a própria câmara em ofício afirmou que as autoridades da vila de Parnaíba foram obrigadas a ceder à vontade do povo. Portanto, o processo de adesão à independência foi mais complexo do que comumente se acredita. O período referente ao processo emancipatório, foi de insegurança, tanto física como emocional, pois houve muitos saques, insubordinações e os moradores, viviam no desassossego à espera de informações sobre seus familiares, com medo de a qualquer momento serem vítimas de violências.

Os escravizados também foram um componente nas guerras pela independência, de acordo com as missivas, eles tanto eram enviados para servirem nos exércitos, quanto serviram como portadores de cartas, animais e suprimentos para seus senhores. Não temos documentos suficientes para saber se esses escravizados ganharam alforria depois dessas guerras, nem se recebiam soldo, ou como era seu comportamento dentro dos conflitos. Podemos afirmar que eles tiveram sua participação, que lutaram ao lado daqueles que tinham sua liberdade. Sendo assim que eram tropas que continha muitas dessemelhanças, escravizados, nativos, livres, ricos, pobres, piauienses, pernambucanos, cearenses, baianos, maranhenses, portugueses e assim por diante. Essa heterogeneidade contribuiu para os diversos atritos e desordens, que ocorreu nesse período.

Esses escravizados participaram desses conflitos, todavia, como eles se percebiam e agiam quando estavam nas linhas de batalha? Será se preferiam entregar cartas ou levar suprimentos e animais? Por acaso eles não se aproveitavam desse momento para fugir? Se os sujeitos que se consideravam donos sofriam com a escassez de alimentos e com a seca quanto mais os escravizados não sofreram? São perguntas de grande relevância para uma futura pesquisa.

2.2.1 A EVOLUÇÃO DA CAMPANHA LIBERTADORA A PARTIR DO PIAUI PARA O MARANHÃO: AS OPERAÇÕES MILITARES ENVOLVENDO O CERCO A CAXIAS

> Resistir nesta posição por três meses e meio, e até o último apuro, tirando do campo inimigo, à ponta da baioneta, os víveres precisos para sustentar a minha tropa, cheia de fadiga, e reduzido às circunstâncias mais penosas, até que certo, de que não podia ser socorrido, e não sendo possível fazer mais nada honroso, capitulei com os meus em pleno conselho[...][139]

[139] FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária Fortuna de um soldado português**. Teresina: Fundapi, 2006. P. 120.

As tropas portuguesas, foram obrigadas a modificar o rumo de sua marcha, devido ao roubo de sua bagagem.[140] Os portugueses saíram de Campo Maior no dia 15 de março e foram se refugiar em um sítio no Estanhado, atual região do município piauiense de União.

A tropa estacionada no Estanhado, necessitava de alimentos, e por isso, segundo Monsenhor Chaves[141], Fidié enviou duas expedições para arrebanhar gado, composta por 75 homens armados, que atravessou o rio no Estanhado e seguiu por terra para a Capela do Livramento, essa tropa deveria ir até a fazenda de Francisco Gil Castelo Branco para trazer a boiada. No entanto, o tenente Simplício teve notícia da entrada dessa tropa, se dirigiu para lá e armou uma emboscada na fazenda São Pedro. No dia 10 de abril de 1823, quando a tropa passava pela fazenda foi atacada pela tropa independentista e desbaratada:

> O inimigo deixou 12 mortos e 7 prisioneiros, dos quais três gravemente feridos. Também deixou nas mãos do tenente os 100 bois que levava. Posteriormente soube-se que dos 75 homens da expedição apenas 30 atravessaram o rio, no Estanhado, para o Fidié. Os outros possivelmente desertaram.[142]

Além desses soldados que não voltaram para o Estanhado, na tropa lusitana foi agregada, cerca de 542 prisioneiros do Jenipapo, distribuídos por diversas companhias, todavia, eles também desertaram. Os socorros que o major português pediu de São Luís e de Portugal não chegavam, no Piauí, seus inimigos aumentavam, e além disso, as patrulhas brasileiras convenceram-no de que sua permanência era inviável, dificultando a aquisição do gado à suas tropas e dominando posições cada vez melhores.

No Maranhão, os independentes conseguiram penetrar em São José dos Matões no final de março, apesar das tentativas do governador das armas Agostinho Antônio de Faria de barrar esse movimento. Para isso escondeu as ordens vindas do Rio de Janeiro e mandou que os chefes de tropas das províncias próximas ao Piauí fossem fortificados.

Contudo, com essa notícia, da invasão dos independentistas em São José dos Matões, o coronel Manoel de Sousa Pinto de Magalhães na vila de Caxias, um local de grande importância comercial para o Maranhão, resolveu fazer marchar contra os independentes uma tropa liderada pelo capitão Joaquim Abreu de Guimarães Picaluga. Na véspera, o capitão Picaluga alegou se sentir doente, e tencionou viajar para a capital, as tropas então se insubordinaram e se recusaram a marchar. Assim muitos habitantes de Caxias presenciando a insubordinação se retiraram:

---

[140] A bagagem de Fidié recolhida pelos soldados do Capitão Alexandre Neri Pereira Nereu, do Ceará, foi arrematada em hasta pública, em Sobral.
[141] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006.
[142] Ibid. P.115.

> Ainda maior foi o seu terror quando viram os soldados, isto é, aqueles mesmos aos quais havia sido cometida a defesa da vila, recusarem marchar contra os independentes e maltratarem os portugueses, que apelidavam de – "pés raspados", "marinheiros", "puças", etc. Nas esquinas pregavam-se pasquins, o que mais aumentava o terror de uns e animava a insubordinação, a indisciplina da tropa. No dia 2 de abril, alguns homens de negócio encaixotaram as suas fazendas e trataram de remetê-las para a capital. Outros saíram da vila, que teria ficado deserta se as autoridades não tivessem proibido a saída de mais gente. Os que se viram compelidos a persistir dormiam então nos matos ou em lugares em que se reputavam mais seguros.[143]

Após esses eventos os moradores de Caxias, pediram à câmara que o coronel Manoel de Sousa Pinto de Magalhães partisse para a capital, São Luís, com sua tropa. Com isso no dia 3 de abril, o coronel embarcou rumo a capital. De passagem, na vila do Itapecuru-Mirim, no dia 8, Magalhães, apesar de ter recebido ofício da vila, pedindo que ele não encostasse as canoas, o coronel mandou que as encostassem, por isso fecharam-se todas as casas e lojas, como se a vila tivesse sido invadida por tropas inimigas. Segundo, Antônio Vieira da Silva, "[..]os seus soldados deixaram escapar em terra algumas frases próprias para mais aumentar-lhes o medo, falando em altas vozes de independência e de saques."[144]

No dia 10 de abril, o coronel Magalhães deixou o porto e seguiu para a capital, foi intimado a desembarcar só e a apresentar-se perante o governo e um conselho militar, para uma conferência. Foi um momento de apreensão, pois quando o coronel voltou para as canoas com seus soldados, divulgou-se que aquela tropa seria enviada para a vila de Alcântara. Isso logo gerou tumulto, e os soldados então clamaram contra a medida, por esse motivo, o governador das armas, marechal Faria, procurou acalmar a tropa. A câmara da capital expediu ordens para que a tropa não desembarcasse armada, e que as canoas não se afastassem da artilharia "[...] da fortaleza da Barra e da Galera Fama, cujo comandante tinha instruções para impedir com fogo de artilharia qualquer tentativa de desembarque".[145]

Assim, no dia 15 de abril a tropa foi desarmada e transferida para o navio São Pedro. Depois de sete dias o Capitão, Joaquim Abreu Guimarães Picaluga, que tinha ficado em Caxias, para seguir rumo a capital posteriormente, chegou com o resto da força, e também foram desarmados. Essas tropas de Caxias foram transferidas para a Escuna Liberal, ninguém podia ir a bordo sem autorização por escrita do ajudante de ordens do governador das armas. E finalmente, no dia 28 de abril foram levados para Portugal, com cerca de 360 praças.

---

[143] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. P.107
[144] Ibid. p. 108.
[145] SILVA, Op. Cit. P.109

No dia 3 de abril, quando o coronel Manoel de Sousa Pinto de Magalhães, partiu da vila de Caxias, ela expediu um ofício que convidava o major João José da Cunha Fidié a ocupar a vila. Dessa forma, no dia oito de abril, sua guarda, formada de 202 homens, ao comando do capitão Raimundo Ferreira da Silva, fez sua entrada em Caxias. E após a derrota do dia 10, onde sua tropa perdeu cerca de 100 bois, e sem ser atendido quanto ao seu pedido de socorro o major português, no dia 17 de abril entrou com uma força de 700 homens e logo tratou de fortificar o Morro da Taboca. Sua retirada se deus às pressas, tanto que acabou deixando umas cargas, pertencentes a habitantes do Estanhado, conforme Monsenhor Chaves:

> Empossando-se logo no cargo ali mesmo, o Tenente Simplício voltou ao Estanhado para passar o comando daquele presidio ao Capitão Antônio José Henriques. Antes, porém, mandou 40 homens escolhidos e bem armados apreenderem umas cargas que Fidié deixara no lugar chamado Conceição, a 4 léguas na estrada de Caxias. A expedição voltou com a presa. As cargas continham objetos pertencentes a habitantes do Estanhado que os receberam, de volta, das mãos do próprio tenente.[146]

Segundo Vieira da Silva,[147] os próprios moradores de Caxias, não se sabe ao certo se por temor ou adesão, prestavam-se a fazer os suprimentos que deles se exigiam, auxiliaram na edificação de uma casa no morro, destinada para quartel e arrecadação da pólvora.

Devido a toda essa agitação a favor do movimento independentista, além do convite ao major Fidié para auxiliar na defesa da vila contra esse movimento separatista, a junta do Maranhão resolveu publicar um edital no dia 8 de abril. Por meio desse edital, todos os proprietários e administradores de lavouras e ainda mesmo qualquer cidadão estabelecido no território da província eram autorizados a prender todos os indivíduos desconhecidos e suspeitos, que estivessem sem passaporte, guia militar, ou que apesar de possui-los fossem indiciados de serem emissários ou propagadores de doutrinas contrárias ao sistema jurado na província.

Ainda conforme Silva[148], não havia necessidade de emissários de outras províncias, pois os Bacharéis Leocádio Ferreira de Gouveia Pimentel Beleza, Joaquim Vieira da Silva e Sousa, Francisco Correia Leal e o cidadão José Francisco Belfort Leal, trabalhavam sem cessar para criar e aumentar o partido independente. Muitas vezes chamavam os povos da Freguesia do Rosário, ou da capital. No dia 8 eles partiram para Alcântara, a fim de dar continuidade em sua empreitada:

---

[146] CHAVES, Joaquim. O Piauí nas lutas da independência do Brasil. Fundapi, 2006. P.128.
[147] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
[148] Ibid.

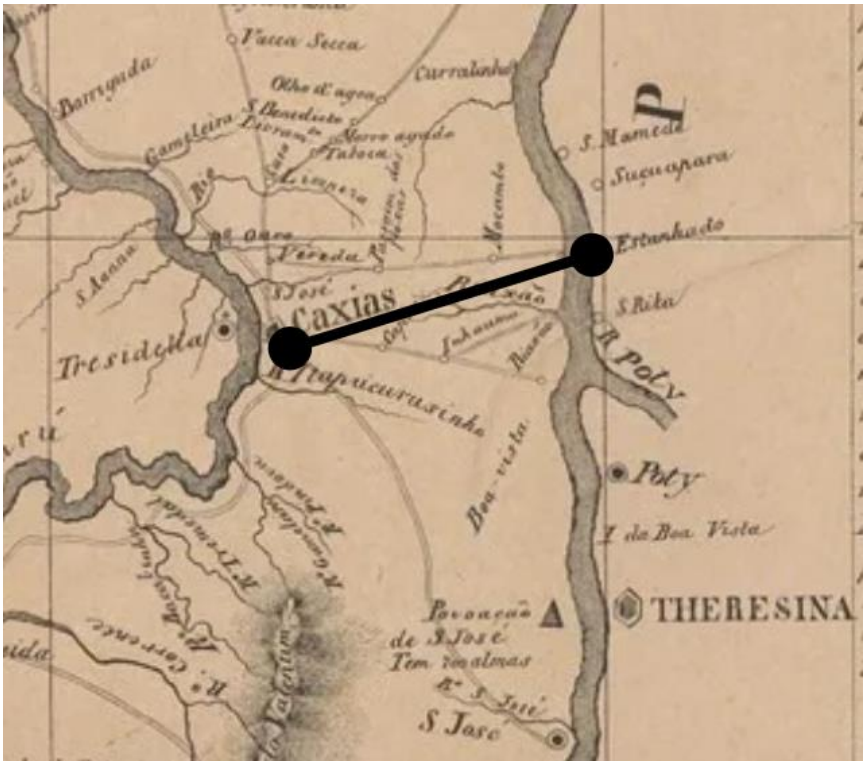
> Não sendo ocultos à junta e ao governador das armas os sentimentos generosos que os animavam, este último expediu ordem ao coronel Broxado, comandante geral do distrito, para que os tivesse sob a sua vigilância mais restrita. A junta porém querendo exceder-se em demonstrações de maior zelo, julgou dever mandar prendê-los e remetê-los para Lisboa. Retardada pelo membro da junta desembargador Leal, que servia interinamente de secretário, essa ordem não chegou a ser publicada.[149]

E assim esses homens continuaram difundindo as ideias independentista, o que logo teve resultado, pois os independentes no dia 17, com maior número do que antes entraram no arraial de São José dos Matões, exigindo farinhas e cavalgaduras aos moradores. Em vista disso, o major Fidié fez marchar contra eles uma tropa, composta por cerca de 90 milicianos a cavalo, no entanto, essa tropa foi advertida no caminho que seus inimigos estavam em número superior, em vista disso, pararam e encaminharam aviso ao major português. Desse modo, o governador das armas piauiense, fez marchar cerca de quatro dias depois, mais 160 homens, e com eles uma peça de artilharia. No entanto, a primeira tropa portuguesa, que estava aguardando reforços fora atacada pelos independentistas, alguns foram feitos de prisioneiros e muitos deserdaram, fugindo e aderindo à causa emancipacionista. A segunda força, vendo esse cenário, retornou a vila de Caxias, sem nada terem feito. E assim mais uma vila no Maranhão aderiu a causa emancipacionista.

A seguir, temos um mapa de 1854, a fim de ilustrar a saída de Fidié do Estanhado, no Piauí, juntamente com sua tropa. Após a derrota na batalha do Jenipapo, a sua proximidade com a vila de Caxias, como é perceptível no mapa, o ajudou a decidir por se aquartelar na vila maranhense. Fizemos um tracejado de cor preta, para de forma didática ilustrar o deslocamento das tropas portuguesas do Estanhado (da direita para a esquerda), para a vila de Caxias.

[149] SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972. P. 105.

Figura 3 - (1854) Carta geral da província do Maranhão organizada sobre os trabalhos mais acreditados existentes no Archivo Militar e com o aditamento que trouxe a legislação vigente pelo capitão do Estado Maior de 1º Classe do Exército, Franklin Antonio da Costa F



Fonte: Página da Biblioteca digital Luso-brasileira.

2.2.2. INSUBORDINAÇÕES E INTRIGAS

As tropas independentistas e lusitanas, foram formadas por sujeitos heterogêneos, em diversos aspectos. Nas tropas emancipacionistas havia piauienses, pernambucanos, cearenses e maranhenses. Já do lado da tropa lusitana, havia piauienses, portugueses, paraenses, maranhenses e etc. De acordo com a bibliografia utilizada, muitos indivíduos desertaram para o lado independentista, até mesmo portugueses, seja por imposição ou por vontade própria, aderiam ao juramento, que ratificava sua lealdade ao imperador. Até mesmo os 542 prisioneiros do Jenipapo que Fidié agregou as suas tropas, distribuídos por diversas companhias, fugiram quando tiveram a oportunidade. Para a tropa de Fidié, seguiram reforços do Pará e Maranhão.

Apesar das tropas independentistas lutarem por uma causa em comum que era a independência política, não foi nada fácil manter a união dessas tropas. Esse fato é ilustrado com o capitão João da Costa Alecrim. Que nasceu, na povoação Pedras de Fogo, localizada na capitania de Pernambuco e no ano de 1808 se mudou para o Ceará e se voluntariou para o ideal independentista. Se associou ao capitão Luís Rodrigues Chaves, que partia para o Piauí com uma força armada a fim de auxiliar os independentistas. Chegou em Campo Maior no dia 12 de

fevereiro, no posto de Capitão de cavalaria de milícias e no dia 18 foi ocupar o porto do Estanhado, por ordem do capitão Rodrigues Chaves. No dia 12 de março recebeu convite de Rodrigues Chaves para ajudá-lo a combater Fidié. Depois foi ocupar a Barra do Poti, no Piauí.

O tenente Raimundo de Sousa Martins foi seu maior acusador. Alecrim possuía uma impulsividade inaudita, foi escolhido pelo comando do Poti para a missão de socorrer a guarnição independente da povoação de São José dos Matões, no Maranhão, no entanto, após a adesão a causa independentista, teria tentado articular um golpe:

> Ainda em São José ele tentou articular um golpe para a criação de um governo maranhense, inteiramente desligado do comando do Poti, que dirigiria as operações até ali até a tomada da Capital. Chegou mesmo a aconselhar os oficiais a escolherem por voto os membros desse governo. Quando viu porém que seu nome não constava da lista dos eleitos deu uma guinada de 180 graus, acusando os oficiais de tramarem uma traição imperdoável. Por pouco não os prendeu e castigou.[150]

Além disso, não sabia esperar ordens. Sem nenhuma autorização avançou diversas léguas, e estacionou bem próximo de Caxias, ocupou Pindoba, levou uma advertência do comando, mas não se importou. Devido a sua impulsividade, o capitão João da Costa Alecrim, levou sua tropa para uma cilada. O inimigo espalhou o boato de que uma pequena força de independentes, havia avançado até *Bonfim*, a quatro quilômetros de Caxias e seria destruída pelos portugueses, Alecrim saiu apressadamente em socorro dessa suposta tropa. Era uma cilada e os independentes sofreram graves perdas: "Recuando, além dos mortos deixaram 23 prisioneiros e mais de quarenta armas. O inimigo perdeu apenas 6 soldados e 1 oficial mortos. Todos eles eram da tropa do Pará."[151]

Além do mais, depois de voltar dessa derrota teria formado sua divisão para atacar a divisão do seu colega o capitão-mor Luís Rodrigues Chaves, esse acontecimento teria se desenrolado "por causa da ciumeira de um seu sargento"[152]. Após esses episódios, Alecrim foi demitido do comando da 2ª divisão, e recebeu ordem de se apresentar em Oeiras para ser julgado por seus crimes de ordem militar. O próprio Alecrim levou o ofício que continha sua acusação. Quando ele chegou em Oeiras, também chegava Filgueiras e a força auxiliadora do Ceará. Ao invés de considerarem as acusações e o julgarem, escreveram o seguinte ofício:

> Temos em muita consideração o respeitável ofício de V. Excias. Do dia 1º do corrente (julho) e respondemos que o Capitão João da Costa Alecrim marchando voluntário da província do Ceará em auxílio a esta nela tem obrado debaixo das ordens de V. Excias, a quem compete punir os crimes; os quais devendo acompanha-lo para a legalidade e motivo de sua vinda a esta cidade assim não aconteceu, satisfazendo-se a junta de

[150] CHAVES, Joaquim. O Piauí nas lutas da independência do Brasil. Fundapi, 2006. P. 172.
[151] Ibid. P.173.
[152] CHAVES, Op. Cit. P. 173.

> comissão em dirigir um ofício, que nos foi presente, que, em lugar de o incriminar, o honra e o faz credor de mais glória. É quanto temos por ora a dizer sobre o que V. Excias. nos participam. Quartel de Oeiras, 10 de julho de 1823. – José Pereira Filgueiras – Tristão Gonçalves Pereira Alencar.[153]

Alecrim ainda voltou ao cerco de Caxias integrando o exército cearense, e comandou uma divisão de cavalaria. Assinou o documento da capitulação do inimigo no posto de Tenente-coronel de cavalaria. Além disso, após a vitória independentista foi ele quem comandou a tropa que ocupou o quartel do morro das Tabocas "que, hoje em sua homenagem, tem o nome de Morro do Alecrim."[154]

Após dissolvida a junta expedicionária do Ceará e Piauí, a 24 de outubro de 1823, João da Costa Alecrim voltou ao Ceará. E no movimento da Confederação do Equador, em 1824, lutou ao lado dos rebeldes, foi eleito deputado para representar o Ceará, no novo governo que seria instalado em Pernambuco. Posteriormente ao insucesso do movimento, figurou em primeiro lugar na relação dos que deveriam ser presos, mas não chegou a ser julgado pela comissão militar. "No fim da vida Alecrim voltou ao Maranhão e veio a falecer em Caxias, no ano de 1847, deixando a família na mais completa pobreza".[155]

Sucedeu-se insubordinações dos dois lados. No reduto Carnaubeiras, no Maranhão, de onde partiam diversas incursões ofensivas contra a vila de Parnaíba, ameaçando-a inúmeras vezes. Conforme Chaves:

> "[...]Carnaubeira, situada na embocadura do igarapé Jacarandá, nas imediações da baía de Mantible, era uma fortificação respeitável, defendida por vários lances de trincheiras poderosamente armadas de peças de grosso calibre e granadeiras. Sua guarnição se compunha de 300 homens.[156]

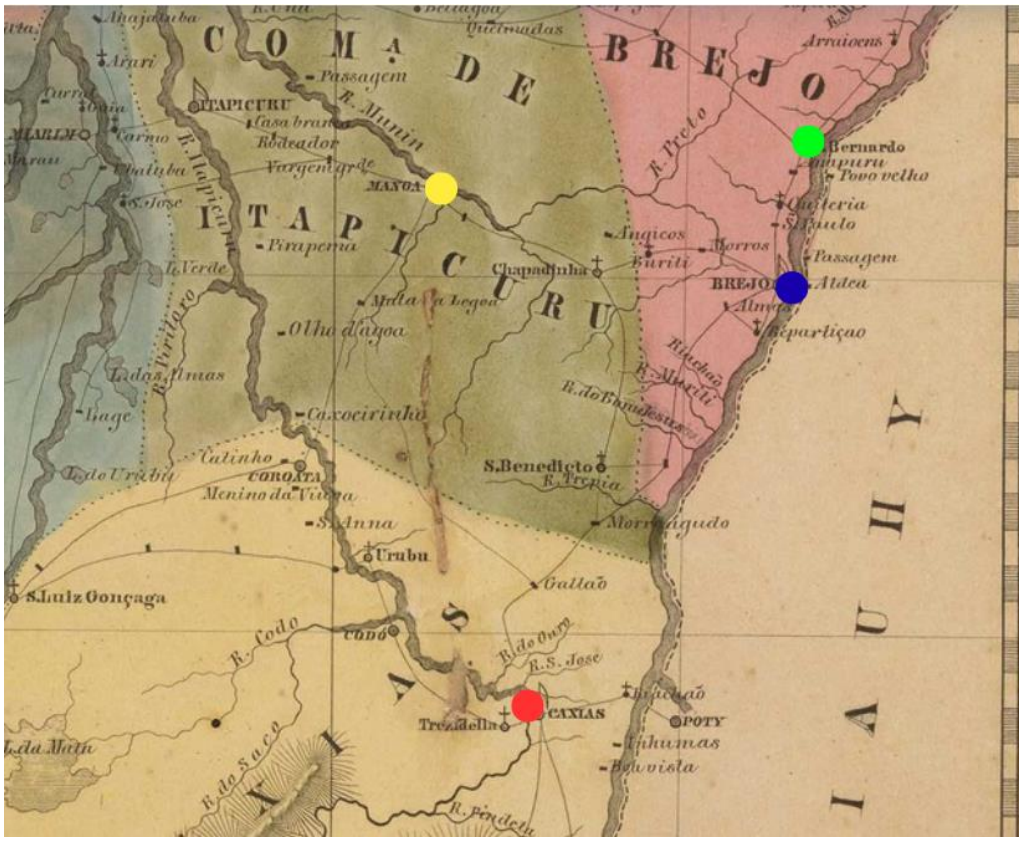
Os soldados de Carnaubeira simpatizavam pela causa independentista, e por isso havia divergências entre os soldados e os oficiais. No dia 4 de junho de 1823, os independentes tomaram aquele ponto sem precisar dispender muito esforço, os oficiais fugiram e não houve reação. Além desse reduto eles avançaram também sobre Tutóia e Icatu no Maranhão.

O mapa seguinte, de 1850, é uma ilustração, a fim de exemplificar, o que estamos discutindo. O ponto de cor vermelha representa a vila de Caxias, onde os portugueses foram sitiados. O ponto azul representa a vila do Brejo, onde Salvador Cardoso liderou a emancipação na província do Maranhão. O ponto de cor amarelo corresponde a vila da Manga, local onde João Ferreira do Couto comandou a luta pela independência, relatado no capítulo um deste

[153] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006. P. 175P. 175.
[154] Ibid. P. 175
[155]CHAVES, Op. Cit. P. 176.
[156]CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006. P. 180.

trabalho. Já o ponto de cor verde representa a vila de São Bernardo. Além disso é possível observar outros pontos já mencionados no texto, como a barra do poty, no Piauí

Figura 4 - (1850) Carta topographica e administrativa da provincia do Maranhão: Erigida sobre os documentos mais modernos pelo Visconde de. J. de Villiers de L'lle Adam



Fonte: Página da Biblioteca digital Luso-brasileira.[157]

2.2.3. INÍCIO DO CERCO DE CAXIAS

Após sua entrada na vila de Caxias, no dia 17 de abril, Fidié tratou de fortificar o morro das Tabocas, e como as malhas do cerco ainda eram muito frágeis as tropas de Fidié se abasteciam do gado do Piauí. Um caminho que os lusitanos se utilizavam para tal fim era o que o gado atravessava o rio um pouco abaixo do Brejo, seguia pela estrada do Itapecuru-Mirim e dali, subindo o Itapecuru, chegava com facilidade em Caxias. Pouco a pouco, os independentistas fechavam mais o cerco.

[157] Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/44543. Acesso: 01/08/2025

Sem desfalcar as posições já conquistadas, o comandante ordenou ao capitão-mor João Gomes Caminha e ao capitão Matias de Sousa, chegados há pouco de Pastos Bons, que reunisse alguns soldados e marchassem para um sitio à margem do Itapecuru, 4 léguas distante de Caxias. Fora arregimentado, cerca de 400 praças que fizeram junção com uma outra de 342 soldados comandados pelo capitão Francisco Germano de Morais e que se achava no lugar chamado *Terra Dura,* a légua e meia de Caxias. Fundidas as duas forças, elas se espalharam em leque pelas duas margens do Itapecuru e, por meio de guerrilhas, começaram a cortar o abastecimento do inimigo por aquela banda.

A situação das tropas do cerco, segundo Abdias Neves,[158] era precária, pois havia carência de pólvora, balas, atraso nos pagamentos dos soldados sem falar nas insubordinações que durante esse período eram constantes. Além disso, o psicológico também era afetado, pois o nacionalismo ainda estava em gestação naquele momento. Sobretudo, os soldados e a população mais pobre, que muitas vezes lutavam pelo que escutavam de outros sujeitos, provavelmente de classe elevada, pois a educação não era acessível a todos. As notícias desse movimento emancipacionista além de sua difusão de forma verbal, eram divulgados também em pasquins e jornais, meios de comunicação, aos quais grande parte das camadas populares não tinham tanto acesso.

De acordo com Carl von Clausewitz, Trisidela[159] o movimento de envolvimento ou cerco pode ter dois propósitos, pode visar romper ou cortar as comunicações, fazendo com que o exército murche e morra e com isso seja obrigado a se retirar, ou pode visar impedir a própria retirada. Essa tática é remota e foi usada contra o Major Fidié, que se fortificou em cima de um morro, equipado com peças de artilharias e seus soldados, eram em grande maioria de primeira e segunda linha, muito bem treinados. O major português seguiu firme o pedido de D. João VI para que ele se mantivesse firme, tentou esperar o quanto pode socorro de Portugal. Após se instalar no morro enviava grupos de soldados que levavam o alimento para as tropas, ele estava obstinado a defender sua causa. Os independentistas tentavam a capitulação portuguesa por meio de propostas, mas os lusitanos tratavam os mensageiros a chibatadas. Os líderes independentistas ainda enviaram um ofício que ficou sem resposta:

> Os lusitanos, sentindo-se perdidos, não toleravam qualquer proposta. Os mensageiros era tratados a chibata. Ainda pouco tempo antes, Fidié espancara um correio que lhe

[158] NEVES, Abdias**. A guerra do Fidié. Editora** Artenova, 1974.
[159] CLAUSEWITZ, Carl von. Da guerra. Tradução para o inglês de Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Princeton: Princeton University Press, 1984.

> fora enviado. Teria a câmara procedimento igual? Tentou-se. Em vez de chamar-se um oficial foi um miliciano o incumbido da tarefa.[160]

Como resolver a situação através de diálogos se tornou difícil, os independentistas partiram para completar o cerco, rapidamente com novo remanejamento das tropas, pois as tropas lusitanas ainda conseguiam arrebanhar alimentos fora do cerco. O remanejamento aconteceu da seguinte forma:

> O ten. Cel. Francisco Manoel de Araújo Costa avançou com sua força que se incorporou à do capitão Francisco Germano. Os dois e mais o Tenente Roberto José de Moura avançaram e ocuparam o sítio denominado *Remanso.* O capitão-mor João Gomes Caminha trouxe sua tropa para a margem do Itapecuru em frente a *Remanso*. O sargento-mor Domingos Francisco de Carvalho e o tenente Vicente Pereira da Silva ocuparam *vereda*. Os capitães Joaquim Nunes de Magalhães e Manoel Carlos da Silva Saldanha avançaram até a *Barra do Riacho Fundo.* Com o comando geral e a 3ª divisão avançando para ocuparem Altos, a 15 quilômetros de Caxias, o sargento-mor Luís Rodrigues Chaves, comandando a 1ª Divisão, ocupou *Bonfim.*[161]

Os sitiantes precisaram ter paciência para lidar com as ofensivas dos que estavam sitiados e aguardar sua rendição. No entanto, no cerco a vila de Caxias isso não foi uma tarefa nada fácil, pois, os oficiais tiveram que dar conta dos soldos atrasados. Monsenhor Chaves nos traz o relato de que o Ten. Cel. Raimundo de Sousa Martins se dirigiu a quatro ricos proprietários de Caxias, o Cel. Francisco Dias Carneiro, Da. Antônia Gonçalves Chaves, Felipe Álvares de Almeida e Joaquim Antônio dos Santos, exigindo de cada um deles, um conto de réis. Com isso os soldados receberam os soldos atrasados. Além dos pagamentos atrasados havia a falta de munições, elas eram tão importantes, que os oficiais em cartas enviadas a possíveis auxiliadores das tropas piauienses, era enfatizado que esses soldados chegassem armados, pois a falta de munições era patente. Sousa Martins teve que recorrer aos chefes das tropas do Itapecuru-Mirim, mais especificamente o tenente-coronel José Félix Pereira de Burgos, que enviou as munições, porque sua vila estava fartamente municiada e em razão de ter maior interesse em apressar a capitulação de Caxias.

> "Foi feita farta distribuição de pólvora por todas estas tropas e, como houvesse falta de balas, o Ten. Cel. Raimundo de Sousa Martins, Comandante geral do exército, ordenou que se improvisassem projéteis de pedaços de enxadas e de foices espalhadas pelas roças."[162]

---

[160] NEVES, Abdias**. A guerra do Fidié. Editora** Artenova, 1974. P. 270.
[161] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006. P. 182.
[162] Ibid. P. 181.

Além disso, os oficiais tiveram muita dificuldade com relação a disciplina das tropas. Pois em 1º de julho foi levado ao conhecimento que Luís Rodrigues Chaves e Joaquim Nunes Magalhães tentariam um assalto a Caxias. A demora cansava os soldados, ainda mais quando a tropa lusitana fazia incursões para arrebanhar alimentos. O plano dos dois era penetrar com suas tropas na vila, ao anoitecer, se entrincheirar dentro dela e destacar soldados do sargento-mor Luís Rodrigues Chaves, para ir ao morro ao encontro dos portugueses. Contudo, Sousa Martins, ao saber desse plano audacioso, que se fosse mal sucedido acarretaria em inumeráveis perdas a causa independentista, logo tratou de oficiar àqueles comandantes as desvantagens e consequências daquele plano. Conseguiu que o ataque fosse adiado, e por medo de que os dois prosseguissem por teimosia, tratou de apertar mais o cerco, aproximando vários destacamentos: "[...]determinou que o Coronel João de Araújo Chaves seguisse para a Passagem Funda, o Capitão-mor João Gomes para o Ouro e o capitão Germano de Morais para o Correntinho."[163]

"No dia 19 de junho o cerco estava completo, e a pouca distância de Caxias".[164] Em vista disso, Fidié percebeu que seus destacamentos não conseguiriam mais furar o cerco e buscar víveres, e logo montou uma tropa de elite, bem armada e bem montada, e mandou fazer um reconhecimento nas redondezas. Se aproveitando da escuridão do dia 27 de junho, essa força passou desapercebida por entre as tropas do cerco, todavia, na volta, a tropa foi descoberta, atacada e desbaratada. E deixou nas mãos dos independentes toda a presa e 10 soldados mortos, as tropas independentistas perderam um homem. Desse dia em diante os combates se multiplicaram, o major Fidié ficou desesperado para conseguir víveres, e assim continuar aguardando reforços. Uma vez por outra, os soldados de Fidié faziam breves assaltos, que cada vez mais era repelido pelos independentistas, até o momento que os lusitanos não conseguiam arrebanhar víveres de maneira nenhuma.

A situação dentro da vila, no quartel, dos soldados lusitanos começou a ficar insuportável. O major João José da Cunha Fidié tinha recebido ordens de D. João VI, para se manter, defender a causa lusitana até o final. Todavia, os soldados que em grande maioria faziam parte do contingente piauiense, composto de soldados de primeira e segunda linha, pelo que lutavam? Até o momento de se iniciarem o cerco, eles seguiam o comandante português em diversos combates, acreditando na causa lusitana, defendendo a continuidade, a união do Brasil com Portugal, muitas poderiam ser as hipóteses dos discursos, pró Metrópole. Alguns desses soldados poderiam seguir o major lusitano, porque acreditavam que o Brasil estaria

[163] NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié.** Editora Artenova, 1974. P. 269.
[164] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006. P.182

melhor sob a tutela portuguesa; poderiam não acreditar que D. Pedro I fosse capaz de liderar um império tão vasto; talvez agissem pelo medo do país se fragmentar e pelo derramamento de sangue, como ocorreu com os diversos países latino americanos, que aderiram ao regime republicano; ou simplesmente agiram de acordo com a missão que lhes fora proposta, já que eram soldados treinados para cumprir ordens. Apesar de todos esses motivos, nenhum deles foi suficiente para impedir os soldados que fugiram do quartel das tabocas, no dia 11 de julho, depois de quase três meses sitiados (desde o dia 17 de abril). Embora, grande maioria do tropa lusitana fosse piauiense, ela também era composta de portugueses, maranhenses e paraenses.

Esses soldados que fugiram no dia 11 se passaram para as fileiras dos independentes e "[...]anunciaram que as tropas de Fidié, desde três dias, só tinham de ração uma quarta de carne e esta obtida dos bois de carro."[165] Por isso, os soldados não podiam dormir tranquilamente pois não se sabia quando seria o próximo ataque dos portugueses que estavam esfomeados. Monsenhor Chaves nos traz o relato da carta do trecho de um alferes independente a um seu amigo:

> "No combate que houve sexta-feira atrasada, no Atoleiro, morreram Custódio Manoel, Espalha-brasas, Malafaia e outros muitos. Deus nos queira favorecer e se lembre sempre de nós, livrando-nos de nossos inimigos. Eu já não posso dormir um sono sossegado com tantas e tão graves novidades.[166]

Essa carta retrata, o sentimento presente entre os soldados, cada dia morria uma certa quantidade de homens, e para não ser o próximo era necessário estar a todo momento alerta, preparado para se defender, ou até mesmo se retirar do campo de visão inimigo. Muitas vezes a morte era inevitável. Outrossim, além desses fatores psicológicos, a comida não era farta, e durante períodos de guerra não é possível manter bons hábitos de higiene, o que consequentemente leva a um ambiente propício para diversas doenças.

O sentimento nacionalista, ainda não existia e aliado, a complexidade do evento, a questão do atraso no soldo, a tensão constante tivemos uma nova insubordinação, relatada por Abdias Neves e Monsenhor Chaves. Esta ocorreu entre as tropas pernambucanas, que tinham chagado de Pajeú das Flores, comandada pelo capitão-mor Joaquim Nunes Magalhães, no perímetro do cerco, numa povoação denominada por Monhsenhor Chaves de Trisidela, localizada nas imediações de Caxias. O responsável por levar aquela povoação ao partido independentista, foi o vigário da freguesia, o padre Joaquim José de Lacerda, que teria sido

[165] NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Editora Artenova, 1974. P. 273.
[166] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006. P. 204.

chamado a Caxias e preso, como perjuro e faccioso, sua família continuou na povoação. A insubordinação aconteceu da seguinte forma:

> Na noite de 13 de julho os soldados abandonaram o quartel e saíram armados para a rua, gritando, ameaçando de morte os *marinheiros*, batendo-lhes às portas. Assaltaram uma quitanda, retiraram todo o vinho que encontraram, foram, depois, à casa do sacristão, obrigaram-no a abrir a igreja de N.S. de Nazaré, trouxeram algumas prostitutas e entregaram-se à mais desenfreada orgia até alta noite. Já pela manhã saíram meio embriagados para a rua e deram saque em diversas casas – sendo uma das primeiras a do vigário Lacerda. Nada respeitaram. Levaram todos os objetos de que conheciam a utilidade, quebraram os que não puderam conduzir, insultaram a velha mãe do padre, não violentaram as irmãs do mesmo porque elas se haviam escondido, na véspera, ao começarem as desordens. O roubo subiu a algumas dezenas de contos de réis; só o praticado na residência do vigário se elevou a seis contos.[167]

A partir dessa insubordinação podemos compreender melhor, duas perspectivas, a dos soldados que pela falta de disciplina existente no período e pela situação precária (de falta de mantimentos e soldos), abandonavam os quartéis em busca de mantimentos, objetos de valores, e de mulheres. Eles estavam longe de sua família e de sua terra, não tinham perspectivas de voltar e nem de receber o que lhes fora prometido, e tudo em troca de que? Esses soldados que lutavam não pensavam como os líderes, nem eram tratados como eles, enquanto os chefes tinham condições melhores eles também sabiam pelo que lutavam e de fato recebiam glórias do imperador. Já a esses soldados lhe fora repassado uma ideia e cada um de acordo com suas vivências e experiências decidia o que fazer, não existia um sentimento de unicidade. O que sabiam é que foram recrutados para uma guerra, cujas condições eram precárias e os mantimentos escassos e, portanto, precisavam garantir sua sobrevivência, então o que obedeceriam? As ordens de se manterem nos quartéis com fome e sem soldo? Ou deveriam sair e procurar esses elementos? A emancipação política era uma coisa nova para aquelas pessoas, por isso era difícil imaginar como seria exatamente depois daqueles conflitos.

Já para as pessoas da vila e para o Vigário que fora levado preso, a concepção era diferente. Eram sujeitos que residiam naquele território, o padre teria sido responsável por levar aquela povoação ao partido independentista e fora preso, deixando sua casa e família, que fora invadida por esses soldados. Esse fato poderia servir de exemplo a outras pessoas, será se valeria a pena aderir aquele partido, ou seria melhor permanecer neutro, e tentar defender a si e sua família. As outras pessoas que foram assaltadas, talvez criaram ódio aos sujeitos que defendiam o partido independentista. Elas continuariam escondidas em suas residências, tentando fugir de toda violência que aquele período reservava.

---

[167] NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Editora Artenova, 1974. P. 274.

Esse acontecimento revela uma evidência da falta da identidade nacional unificada e das péssimas condições de subsistência que moviam os soldados. Pois como esses sujeitos não tinham um objetivo em comum como é o caso do nacionalismo, eram movidos de acordo com suas condições, experiências e vivências.

Logo após esses eventos, o Tenente-Coronel Joaquim de Sousa Martins, até exigiu do Capitão Magalhães a punição severa dos culpados, no entanto, ninguém foi castigado, pois os combates aumentavam e a tropa auxiliadora liderada pelos cearenses se aproximava. No dia 16 de julho, um sujeito que conseguiu romper o cerco e chegar até os sitiados, levou-lhes a notícia da aproximação dos cearenses, em grande número e muito bem armados.

A estrutura do cerco pode ser exemplificada com um ofício que Abdias Neves destaca em seu texto. Ofício esse enviado por Joaquim de Sousa Martins, a Pereira Filgueiras:

> "Entretanto, tendo-se desta maneira interceptado ao longe todos os socorros que poderiam favorecer o inimigo, restava sitiar estreitamente esta vila em que existem Fidié e seus alucinados sectários, cujo número dizem ser de oitocentos, sobre o que tem esta junta despendido as melhores providências que lhe ocorrem, conseguindo que para eles não entrem absolutamente munições de boca há mais de vinte dias e padecem uma total falta de carne. Todas as guardas avançadas e guerrilhas deste exército, destacadas por diferentes pontos, estão à vista da vila em distância de duzentas braças, pouco mais ou menos. As fontes já estão privadas ao inimigo e só fazem uso das águas das cisternas. A vila está debaixo da artilharia que Fidié conserva no Morro das Tabocas em cuja circunferência, dizem, tem fabricado várias trincheiras e valas, e, por isto, se faz, perigosa a entrada nela. Diariamente há combates com as guerrilhas dos diferentes pontos por acometimento do inimigo; porém este tem perdido muitos soldados e da parte deste Exército somente dois, e alguns que têm saído feridos não estão perigosos. "Não há muita munição e se Vs. Exas. Trazem abundância bom será que adiantado alguma porção a façam vir. Esta junta fica a pouco mais de meia légua de distância da vila, até que Vs. Exas. Cheguem."[168]

Devido aos inúmeros combates os moradores da vila que não fugiram, se passaram para o Morro das Tabocas, sob a proteção dos tropas lusitanas. As tropas foram sendo organizadas em diversos pontos, de acordo com os combates e dependendo se aquele ponto era utilizado pelas tropas portuguesas para obter viveres. Como Fidié era um militar experiente, logo tratou de fabricar diversas trincheiras e valas perigosas para os inimigos. Para fortificar as trincheiras ele se utilizou de sacas de algodão. O morro das tabocas é um morro íngreme, que tem uma parte de declive, que necessitava ser fortificada, se não os inimigos conseguiriam subir. Segue-se uma ilustração do morro das Tabocas,[169] atualmente:

[168]NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Editora Artenova, 1974. P. 276.
[169] Hoje o Morro é intitulado Morro do Alecrim.

Figura 5 - Morro das Tabocas: A parte destacada faz parte do morro, onde os lusitanos se fortificaram.



Fonte: Página do Google Earth.[170]

Quando o cerco começou Fidié se utilizava de um caminho por onde passavam as informações, os alimentos e o que mais precisasse. Posteriormente o cerco foi se apertando e esse caminho foi bloqueado pelos inimigos de Fidié. As sacas de lã foram utilizadas nas trincheiras e vendidas, no final da guerra para custear os valores, das tropas.

Havia combates diariamente, e a obstinação do chefe lusitano só aumentou depois de receber a notícia da aproximação das tropa auxiliadoras, lideradas por Filgueiras, no dia 16. Os ataques eram feitos contra destacamentos que estivessem mais desguarnecidos, para tentar furar o cerco e assim conseguir víveres e informações. No dia 16 iniciaram um ataque contra a posição do *Atoleiro,* ataque que durou cerca de quatro dias, Fidié sabia que se as suas tropas fossem derrotadas, seria quase impossível vencer os independentistas com o apoio dos cearenses. No dia 19 de julho, pela manhã, segundo Abdias Neves, o comandante-chefe determinou ao Coronel João de Araújo Chaves, ao capitão- mor João Gomes Caminha, ao capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães e ao sargento-mor Domingos Francisco de Carvalho,

[170] Disponível em: https://earth.google.com/web/search/Morro+do+Alecrim,+Caxias++MA/@4.86683504,-43.35202754,107.70127708a,2164.17236858d,35y,48.96852172h,0t,0r/data=CiwiJgokCVMd_ydIchPAERv0wStwexPAGWCibWFsrEXAIZiUsIYMr0XAQgIIATоDCgEwQgIIAEoNCP wEQAA. Acesso:24/06/2025

que se a povoação fosse atacada novamente, eles perseguissem os portugueses, e se fosse necessário penetrassem em Caxias.

Os ataques ocorreram outra vez, agora liderado pelo próprio Fidié, que reuniu 400 homens e moveu a artilharia. Cerca de 11 horas da manhã iniciou o ataque, que durou por volta de cinco horas. As tropas que estavam guarnecendo a povoação do Atoleiro recebiam reforços para se sustentarem. Ao final desse combate restaram 9 mortos e em torno de 67 feridos. Os lusitanos se retiraram, todavia, não foram perseguidos pelas tropas independentistas como havia sido ordenado.

No dia 21 de julho, chegou Filgueiras e o exército auxiliador. A junta da delegação expedicionária era composta pelo capitão-mor José Pereira Filgueiras, Luís Pedro de Melo e César, o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, o coronel Joaquim de Sousa Martins e Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. Na data de 23 de julho Filgueiras dirigiu um ofício ao chefe lusitano, na tentativa de o convencer a se render, todavia, não obteve resposta. Então dirigiu um ofício a câmara da vila de Caxias, que se reuniu no dia 27 em conselho e oficiou a junta independentista um pedido de trégua. Como Fidié opinava pela continuação da resistência, ele se demitiu e passou o comando das forças ao Tenente-coronel Luís Manoel de Mesquita.

Fidié não conseguia aceitar a derrota, e se aproveitou do armistício pedido pela câmara para mandar alguns soldados às roças da Olaria, se fornecer de farinha, encher de água os depósitos, reunir lenha, consertar e aumentar os redutos do Morro. Quando a junta da delegação expedicionária soube dos feitos do chefe português, tratou de dirigir um ofício a câmara, a ameaçando, ou ela se rendia ou seria arrasada. Logo a câmara de Caxias se reuniu para redigir os artigos de convenção, que foi negada pela junta expedicionária. No lugar desses artigos a junta expedicionária dirigiu o seguinte:

> "1° - Que o Major Fidié e esse resto da tropa que iludida ainda o seguia e se achava dentro do sítio, na guarnição do Morro das Tabocas e mais presídios, deveria depor as armas e as bandeiras e ir ocupar o campo de S. José, debaixo de guardas.
> 2- Que o Exército independente se apossaria do, Morro das Tabocas e vila de Caxias, com todos os petrechos de guerra, munições e artilharia.
> 3°-Que os inimigos se entregariam à discrição dos vencedores, preservando-os a Junta da Delegação de ataques e insultos e segurando-lhes o direito de propriedade com as mais bem ajustadas medidas e providências.
> 4-Que a tropa dissidente da causa brasilica seria conservada no lugar onde a Junta determinasse, até que Sua Majestade Imperial, a quem se daria imediatamente circunstanciada participação, houvesse por bem perdoar-lhe o crime que tinha cometido.
> 5-Que os proprietários da vila de Caxias e termo que não tivessem prestado donativo à causa pátria, seriam obrigados a uma contribuição para pagamento do Exército que a sua toleima, o seu criminoso aferro às Cortes de Portugal e os procedimentos hostis do pérfido Fidié chamaram àquele lugar.

> 6- Que a Junta da Delegação Expedicionária não seria responsável pelos bens desencaminhados dos proprietários da Provincia e somente, a dar providências, tomar enérgicas medidas e anuir requisições tendentes à segurança de propriedade e à reivindicação dela.
> 7°-Que a Junta residiria na vila de Caxias o tempo que fosse necessário para tomar medidas para constranger a vila de Alcântara e a capital, que ainda reincidiam no erro, a proclamar a Independência ou até que fosse possível instalar-se um Governo temporário que se encarregasse dessa tarefa e que segurasse o direito individual e de propriedade.
> 8° Que nenhuns socorros de mantimentos se deviam prestar aos inimigos sitiados, porque isso seria concorrer diretamente para sua reincidência e dar-lhe azo a tramar, visto que os evadidos eram bem acolhidos e nada lhes faltava.
> 9°-Que se marcasse ao comandante de Caxias seis horas para se deliberar a anuir ou não aos artigos oferecidos e que terminado o prazo não fossem admissiveis mais negociações ou meios paliativos e tratasse cada um de defender-se, não se evitando mais hostilidades e toda qualidade de agressão permitida na guerra."[171]

Com isso a capitulação ficou resolvida e negociada no dia 31 de julho. No dia 1º de Agosto as tropas de Fidié depois de um sinal combinado, desceram para o campo de São José, se entregando aos vencedores. O exército auxiliador, liderado pelo Tenente-Coronel João da Costa Alecrim, subiu o morro no dia 1º de Agosto e ocupou o quartel. A proclamação foi realizada no dia sete de Agosto e a eleição da câmara no dia 6.

2.3.1. DEPOIS DO CERCO

Depois da rendição das tropas de Fidié, ele sofreu um prisão que durou treze meses:

> [...]preferi antes sofrer uma prisão que durou treze meses, e expor-me aos riscos, e incômodos de uma longa marcha de mais de duzentas léguas pelo sertão, até a cidade da Bahia, onde me conservaram preso no forte do mar, até que dali passei para o Rio de Janeiro, onde fui recluso na fortaleza da Vila Galão; preferir antes sofrer tudo isto do que aderir à causa do Brasil, com extraordinárias vantagens, ou retirar-me, como muito bem podia fazer[...][172]

Fidié foi enviado com os prisioneiros e teria chegado na província piauiense no dia 5 de novembro, e ficaram soltos na cidade, menos Fidié, que foi recolhido ao quartel do corpo de 1º linha.[173] Para o seu sustento consignou a junta do governo uma diária de 960 réis, que depois se elevou, atendendo a uma representação que se fez. Os demais prisioneiros, porém não receberam nada para seu sustento. Antes da partida para a Bahia, tentou ganhar tempo para conseguir documentos de que precisava para sua defesa, ou talvez por medo do que podia

[171] NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Editora Artenova, 1974. P. 289 – 290.
[172] FIDIÉ, João José da Cunha. **Vária Fortuna de um soldado português**. Teresina: Fundapi, 2006. P. 120
[173] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006.

acontecer na estrada. Fez um requerimento de prorrogação a junta, no entanto foi negado, por isso solicitou que se lavrasse um protesto, responsabilizando o governo por sua vida, perdas e danos e não foi atendido. Para a Bahia, Fidié foi escoltado por um soldado de mesma patente, com uma escolta de poucas praças de cavalaria. Sua travessia durou mais de um mês, e chegou a seu destino no dia 9 de abril, recolhido ao forte do mar, na Bahia de onde saiu a 5 de maio para tomar o navio que o tinha de conduzir ao Rio de Janeiro, onde o aguardavam as prisões da fortaleza de Villegaignon. [174]

Após a rendição das tropas lusitanas houve muita insubordinação das tropas independentistas, um exemplo disso foram os oficiais e soldados da tropa pernambucana, comandada pelo capitão-mor Joaquim Nunes de Magalhães que cometeram desde roubos, assassinatos e espancamento brutal, contra os portugueses. Após uma votação das autoridades, foi decidido que se abrisse uma investigação e que prendessem os suspeitos.

Além disso, as autoridades do Piauí e Maranhão tiveram que pagar os soldos e as despesas de guerra, portanto, leiloaram as sacas de algodão que serviu de fortificação nas trincheiras do morro das Tabocas, fizeram empréstimos e até pagaram essas dívidas em fazendas que se tinham ainda na vila de Caxias. Por isso a permanência das tropas na vila de Caxias se tornava cada vez mais insustentável, não só por causa da indisciplina dos soldados, mas pela fome também, pois os alimentos do mercado acabava, já que havia muita gente para se alimentar. Foi nomeada uma comissão para angariar víveres, mas devido a situação insuportável ela acabou apresentando sua demissão, no dia 27 de agosto.

Segundo o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, nas relações de pagamentos das tropas cearenses constava erros:

> [...]não era possível que chegasse para pagamento das tropas cearenses, em cujas relações e prets aparecem número de praças não existentes, patentes fantásticas e falsificados vencimentos, bem como se vê com os prets de Jerônimo de Abreu Lima, que aparece feito sargento-mor cobrando soldo avultado de quatro contos e tantos mil réis para os prets de seu corpo que devendo ser de Henriques não havia um só soldado.[175]

Ademais, os moradores de Caxias tiveram que arrumar dinheiro para pagar um auxílio que a capital firmou aos soldados. Os portugueses se recusaram e alegaram, que os prejuízos foram de tamanha forma que as transações haviam sido interrompidas. O tenente-coronel Luís Rodrigues Chaves, então espalhou uma proclamação em que afirmava não ser responsável pelo

---

[174] DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piauí.** 2 ed.Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. V.2.

[175] NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Editora Artenova, 1974. P. 301

que sua tropa pudesse fazer. Por isso, os moradores fizeram um novo empréstimo, a fim de se pagarem as tropas. Por causa da falta dos alimentos; a desordem que reinava na vila; a tensão que pairava entre os soldados que queriam receber seus soldos e os moradores que já tinham emprestado do que lhes tinha sobrado, para ajudar no pagamento no dia 24 de outubro, de 1823 a junta se reuniu em sessão e resolveu partir.

Não se sabe se o medo, e a insegurança foi maior durante as guerras de independência ou depois no Piauí, pois com o regresso das tropas não houve a mínima disciplina. Abdias Neves as descreve como se não fossem forças militarizadas e sim quadrilhas de salteadores que passavam devastando o que sobrava na desolação miserável das fazendas. Os líderes cearense ainda voltaram para Oeiras, com a esperança de receber algum dinheiro e de conduzir os presos para o Ceará. Contudo, Manoel de Sousa Martins declarou terminantemente que os presos seguiriam para o Piauí.

2.3.2. UMA OUTRA GUERRA À VISTA?

Abdias Neves salienta que os cearenses não aceitaram essa declaração de Sousa Martins de forma amigável. “Dera Filgueiras, portanto, ordens reservadas a Tristão e a Melo e César, encarregara a Luís Rodrigues Chaves do comando de todas as forças, insinuara-lhe como devia proceder e partira confiado em que as suas determinações teriam completo desempenho.”[176] Enquanto os dois chefes permaneciam em Oeiras sua tropa estava estacionada em Campo Maior esperando ordens de como prosseguir.

No dia 20 de novembro essa notícia chegou na capital Oeiras, e logo se disseminou boatos de que as tropas já estavam em marcha, contra ela. Foi um dia de muita tensão. A junta logo se reuniu e ordenou aos oficiais que dispusessem espias pelas estradas de Valença e da Tapera; enviasse um portador a Campo Maior a fim de obter informações precisas, pois o que circulava ainda eram rumores e enviou um ofício a Luís Rodrigues Chaves, a fim de o dissuadir de sua marcha a capital.

No dia seguinte sem muitas informações, a junta oficiou aos chefes cearenses, solicitando uma conferência. Todavia, apenas Luís Pedro de Melo e César compareceu, comunicando que seu parceiro se ausentou por motivos de saúde. Com isso no dia 22 se realizou de fato a conferência, disse Tristão: “[...]que Rodrigues Chaves obedecia às suas ordens: o exército viria acampar em Oeiras, não trazia, porém, intenções hostis: vinha, apenas, amparar

[176] NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Editora Artenova, 1974. P. 325.

as pretensões cearenses...”[177] A junta pediu a Tristão que retirasse as determinações mandadas a Rodrigues Chaves, entretanto, nada se resolveu. A junta piauiense, precisava resolver o impasse, pois aceitar essa luta seria letal, a província se encontrava endividada, em miséria, assolado pela seca, e assombrada pelas mortes de tantas vidas.

No dia 25 de novembro, Tristão requisitou uma outra conferência e assegurou que estava disposto a dispensar as tropas estacionadas em Campo Maior, rumo ao Ceará, caso lhe pagassem 3:000$, que seriam devidos ainda ao exército auxiliador. Já tinha sido pago 26:000$000 réis. A junta piauiense não tinha muitas opções, e aceitou a exigência, que devia ser efetuada no dia 1º de dezembro. Foi enviado um ofício para o oficial Rodrigues Chaves, de revogação das ordens de marchar para Oeiras. Nos cofres não havia mais de 1920 réis, por isso a junta tratou de levantar um empréstimo. Depois de receber o dinheiro, os líderes partiram para o Ceará. E a província piauiense teve que se reestabelecer.

Depois da vitória da causa independentista as estruturas sociais, como a escravidão e o latifúndio ainda perduraram, e isso reforçou o "silêncio narrativo" sobre as camadas populares que lutaram, mas não foram contempladas pela nova ordem política. Ou seja, esses sujeitos lutaram nessas guerras, mas não foram contemplados com as conquistas obtidas, continuaram vivendo do mesmo jeito. E assim como não foram contemplados pela nova ordem política também continuaram silenciados nas narrativas sobre esse período.

[177] NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié**. Editora Artenova, 1974. P.327.

3. ONDE ESTAVAM OS NATIVOS, CIGANOS E AS MULHERES DURANTE AS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ?

3.1. AS MULHERES NAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

Por muitos anos a historiografia foi escrita em prol dos grandes homens e grandes feitos, não era comum a mulher ter destaque, geralmente era retratada em segundo plano, ou nem citada. A figura feminina muitas vezes quando referida era em posição inferior.

Entre os séculos XII e XVIII, o argumento que a Igreja se utilizava para justificar as desigualdades de gênero, era de que a mulher seria uma das formas do mal na terra. Retratado na História do gênesis, quando Eva foi enganada pela serpente, comeu e ofereceu do fruto proibido ao seu cônjuge Adão. Com isso eles foram expulsos do jardim do Édem, e condenados, a suarem pelo sustento e a mulher a sofrer com muitas dores ao conceber um filho. Para Lutero as mulheres haviam sido criadas somente com o propósito de servirem aos homens e ser suas ajudantes. Segundo Tomás de Aquino elas eram seres defeituosos aos quais faltava alguma coisa.[178]

Com o tempo esses estereótipos foram se desenvolvendo, e a medicina não era muito avançada na época, houve muitos preconceitos, até mesmo relacionado ao corpo das mulheres. Galeno, no século II empenhou-se em demonstrar que a mulher não passava, no fundo, de um homem que, à falta de perfeição, conservara os órgãos escondidos. Em 1559, Colombo Renalds descobriu o clitóris feminino. Ademais, consideravam a menstruação perigosíssima, segundo médicos era um veneno capaz de matar uma criança no berço.[179]

Além do desconhecimento e preconceito alusivo ao corpo feminino, sobre o sexo também pairava muitas restrições. As mulheres de princípios não deveriam saber sobre sexo e não deviam se olhar no espelho, em compensação os espelhos atapetavam as paredes dos bordéis. Os corpos estavam sempre cobertos, a nudez completa só passou a ser praticada no século XX. Foi nos prostíbulos que surgiu a noção do prazer sexual.[180]

Se no cotidiano brasileiro a mulher considerada de "princípios" eram aquelas que eram recatadas, totalmente submissas ao homem e diversas vezes utilizada como moeda de troca para realizar casamentos. Isso também foi muito comum no Piauí, assim se aumentava o patrimônio, ou até mesmo preservava esse patrimônio na mesma família. Por outro lado muitas mulheres

[178] DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. Planeta Estratégia, 2020.
[179] Ibid.
[180]DEL PRIORE, Mary, Op. Cit.

se destacaram e realizaram feitos nada convencionais para a figura feminina naquele período. Durante a emancipação política do Brasil tivemos mulheres que se destacaram.

O campo militar por muito tempo foi restrito apenas aos homens, sobretudo, nas guerras pela independência. Às mulheres cabiam os espaços domésticos, onde lamentavam seus filhos e maridos mortos em combate, também cuidavam dos feridos, esperavam e preservavam seus lares para receberem aqueles que regressavam.

Todavia, uma personagem chamada Maria Quitéria de Jesus rompeu com as convenções da época e lutou ao lado e contra diversos homens. Maria Quitéria nasceu provavelmente em 1792, no município de Feira de Santana, interior da Bahia. Em 1802 sua mãe faleceu, seu pai se casou novamente, mas em pouco tempo a nova esposa também faleceu, só voltou a se casar novamente quando a menina tinha cerca de 12 anos. Diferente das demais, Maria Quitéria tinha preferência por armas de fogo e por montar e domar cavalos, ao invés de fiar, tecer, coser, cuidar da casa e se preparar para o casamento. Ela vivia no meio do mato, se dedicando a caça, com trinta anos ainda não tinha se casado, fato incomum para uma moça do século XIX.[181]

A alguns quilômetros da fazenda onde Maria Quitéria residia[182], na vila de Cachoeira em junho de 1822 a câmara municipal da vila aclamou D. Pedro "Regente e Perpétuo Defensor e Protetor do Reino do Brasil". Com isso aquela vila foi atacada por uma canhoneira portuguesa, ataque liderado pelo Coronel Inácio Luiz Madeira de Melo, imposto por Portugal como governador da armas. Essa batalha durou cerca de três dias, e em 28 de junho, o comandante da embarcação hasteou a bandeira branca. Desse jeito se constituiu dois governos, o do general Madeira de Melo sediado na cidade de Salvador, e o "Conselho Interino", independentista sediado no fundo da Baía de Todos os Santos, tendo como sede a vila da Cachoeira.

Foi em meio a todo esse clima de tensão, no mês de setembro, que a casa de Maria Quitéria recebeu um visitante, que tinha como objetivo recrutar soldados, contudo, seu pai, Gonçalo Almeida, não enviou escravizados para a luta, não se voluntariou e nem indicou um filho para enviar em seu lugar. Quitéria logo foi a casa de sua irmã Maria Teresa, casada com José Cordeiro de Medeiros, contar as notícias e deixou transparecer o desejo de ser homem para poder se juntar aos independentistas. Em vista disso, sua irmã emprestou algumas roupas de seu marido e Maria Quitéria partiu a vila da cachoeira, e logo estava integrada às fileiras do Regimento de Artilharia, montando guarda. Depois de um tempo, passou ao batalhão comandado por José Antônio da Silva Castro, intitulado de "Batalhão de Periquitos", devido ao

[181] TELLES, Marcela. Maria Quitéria: Algo novo na frente da batalha. In: Heloisa M. Starling; Pellegrino, Antonia(Org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022.
[182] Localizado no povoado Santo Antônio de Tanquinho.

seu uniforme incomum, de punho e golas nas cores verde e amarela. O costume era que os uniformes militares fossem geralmente, vermelhos ou azuis.[183]

Em fevereiro de 1822, ela foi citada na ordem do dia por sua coragem, depois de enfrentar e fazer prisioneiros em batalha. O general Francês Pedro Labatut fez de Maria Quitéria primeiro cadete do batalhão ao qual ela fazia parte. Não se sabe como ela dormia, banhava, ou como se comportava frente seus companheiros, nem ao certo quando foi identificada pelos seus companheiros e superiores. Mas uma portaria de 28 de março de 1823, instruiu o inspetor de fardamentos à entregar ao cadete Maria Quitéria dois saiotes e uma fardeta de polícia, ela usava o saiote por cima da calça.[184]

Ao findar a guerra ela foi uma das emissárias da notícia da vitória contra os portugueses na Bahia à corte. Recebeu de D. Pedro a comenda de "Cavaleiro da ordem Imperial do Cruzeiro" e a garantia de soldo de alferes vitalício. Alguns biógrafos afirmam que ela pediu ao imperador que intercedesse a seu favor pelo perdão do pai e que foi atendida por ele. Depois de um período de estadia no corte voltou para a Bahia e ao chegar a fazenda foi recebida com entusiasmo por parentes e irmãos. Contudo, dizem que seu pai, se retirou do recinto sem dirigir-lhe uma palavra sequer.[185] Ela tentou diversas vezes se apossar dos bens que passou a ter direito com a morte do pai, apesar disso, não obteve sucesso. Morreu em 1853, quase cega e com dificuldades financeiras em Salvador.

Com a História de Maria Quitéria, podemos compreender melhor um pouco de como eram tratadas as mulheres durante o período das guerras de independência. Era impensável a participação feminina nas fileiras dos exércitos, tanto que por mais que ela tivesse tido o sucesso que teve, seu pai não lhe dirigiu a palavra, quando ela voltou. Muitos homens fugiram do recrutamento militar, pois além de arriscarem suas próprias vidas nas batalhas, o tratamento dispensado aos soldados era muito precário. A comida era escassa, diversos documentos registram que muitas vezes os soldados andavam quase nus, os soldos eram atrasados e o ambiente era tão insalubre que o pedido de dispensa para tratar de moléstias em casa era comum. À vista disso, não se sabe ao certo o que motivou Maria Quitéria a querer se alistar, pois nem o sentimento de nacionalismo existia ainda e muitos homens fugiam do recrutamento. O que se pode afirmar é que foi um ato de imensa coragem, arriscar sua vida, seu relacionamento com seu pai, deixar sua casa e família e seguir por um caminho desconhecido, pelo qual os próprios

[183] TELLES, Marcela. Maria Quitéria: Algo novo na frente da batalha. In: Heloisa M. Starling; Pellegrino, Antonia(Org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022.
[184] Ibid.
[185] TELLES, Op. Cit.

homens que eram convocados fugiam. E no final ainda ter sucesso nessa empreitada e receber uma homenagem do imperador, é de fato um acontecimento que merece ser relembrado na História.

Ademais podemos ressaltar a participação de outra figura feminina eminente nas guerras de independência na Bahia: Maria Felipa de Oliveira. Que em de 26 de julho de 2018, através de uma lei Federal nº 13.697, juntamente com Maria Quitéria, tiveram seus nomes inscritos no livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, reconhecidas por sua participação fundamental nas lutas pela Independência da Bahia e, consequentemente, do Brasil, contra as forças portuguesas, ocorridas entre 1822 e 1823.

Maria Felipa de Oliveira é destaque quando se trata das guerras de independência travadas na Bahia, na ilha de Itaparica, antigo arraial de ponta das Baleias, entre 1822 e 1823. Estima-se que ela teria por volta de 22 ou 23 anos nesse período e teria falecido em 4 de janeiro de 1873, quando tinha em torno de 73 e 74 anos.[186] São desconhecidas nas fontes já encontradas registros sobre sua participação, sua História é constituída através da memória oral dos ancestrais da população de Itaparica. Pensou-se que seria uma lenda, criada por antigos moradores de Itaparica, onde a heroína viveu, mas foram encontradas referências a sua existência na obra Ilha de Itaparica, do pesquisador Ubaldo Osório, avô do escritor João Ubaldo Ribeiro e também no romance Sargento Pedro, do escritor baiano Xavier Marques.

Ela é descrita como uma mulher negra, alta e corpulenta, usando saias rodadas, chinelas e turbantes, ainda na memória da população ela era do candomblé, cultuava orixás e fazia limpeza de corpo antes das batalhas. Foi exímia pescadora de baleias, também sabia tratá-las, salgava a carne e as preparava para a venda. Era também marisqueira[187], ganhadeira[188] e jogava capoeira.

Ela liderou o "Batalhão das Vedetas", composto por quarenta mulheres. Esse grupo vigiava as margens do rio Paraguaçu, patrulhando noite e dia para que os portugueses não entrassem no Recôncavo Baiano. Levavam tochas acesas feitas de palha de coco e chumbo, identificavam inimigos, armavam trincheiras, passavam informações, cuidavam de feridos e ajudavam com mantimentos até Salvador.

---

[186]SILVA, Cidinha da. Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do mar e ruminava fogo. *In*: Heloisa M. Starling; Pellegrino, Antonia(Org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022.

[187] Uma marisqueira é uma mulher que trabalha na captura artesanal de mariscos (como sururu, ostras, caranguejos) em manguezais e áreas costeiras, para subsistência ou venda, usando ferramentas simples

[188] Realizavam diversas atividade remuneradas nas ruas, como vender comida, frutas e tecidos, ou prestar serviços como lavar roupas.

A ilha de Itaparica transformou-se num ponto central dos ataques portugueses que resistiam à independência da colônia. Portanto, as ações de Maria Felipa e as demais foram de suma importância, a fim de impedir que os portugueses tomassem a Baía de Todos os Santos e, consequentemente, Salvador.

Além da patrulha que Maria Felipa realizava, o texto[189] utilizado nos traz um outro feito memorável, de sua História. Certa feita a esquadra de Madeira de Melo saiu de Salvador em direção à Itaparica, as embarcações estavam em pontos diversos da ilha, as de Guerra, na praia de Manguinhos. Felipa de Oliveira teria reunido seu grupo para criar novas estratégias de trabalho. Um grupo se aproximou dos vigias do navio e os seduziu, enfeitadas lhes ofereceram bebida, e então os surravam com galhos de cansanção (uma espécie da família das urtigas que provoca coceira, ardência e ulcerações insuportáveis), repletos de espinhos. Ademais, também possuíam as tochas feitas de palha de coco, pólvora e chumbo, as quais elas jogavam nos barcos, incendiando-os, com o sucesso dessa missão elas teriam ganhado a companhia de homens nativos.[190]

Sua história estava esquecida quando, em 2005, pesquisadores que estudaram a vida da personagem, fizeram o trabalho de reconstituição histórica, incentivado pela prefeitura local de Itaparica-Bahia. Apenas alguns autores (os primeiros a se referirem a ela eram de ilhéus, também nascidos na ilha). São eles: Xavier Marques (Itaparica, 3 de dezembro de 1861, Salvador, 30 de outubro de 1942) no seu "*Sargento Pedro*" (1910); recentemente, Eny Kleyde Vasconcelos de Farias, professora da UFBA, em "*Maria Felipa de Oliveira: A Heroína Negra da Independência*" (2010), além de João Ubaldo Ribeiro (Itaparica 23 de janeiro de 1941, Rio de janeiro-RJ, 18 de Julho de 2014), que se inspirou nela para compor a personagem Maria da Fé, no seu "*Viva o Povo Brasileiro*" (1984). Quem primeiro, literariamente, fez referência a ela foi o pesquisador Ubaldo Osório, avô de João Ubaldo. Osório ao pesquisar a marisqueira ficou tão impressionado que, além de imortalizá-la em seu "*A Ilha de Itaparica*" (livro sem referência de data de publicação), batizou uma das suas filhas como Maria Felipa.

No Brasil colonial diversas vezes as mulheres eram utilizadas como forma de manter o patrimônio familiar e a posição social da família. Os filhos casavam-se cedo, muitas vezes no período da adolescência. As mulheres eram preparadas para serem boas esposas e para serem escolhidas pelo melhor parceiro possível.

---

[189] SILVA, Cidinha da. Maria Felipa de Oliveira, a mulher que veio do mar e ruminava fogo. *In*: Heloisa M. Starling; Pellegrino, Antonia(Org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá.** Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2022.
[190] Ibid. p.114-115.

A fim de nos aprofundarmos na História das mulheres do Piauí, nos utilizamos do livro de Tanya Maria Pires Brandão, intitulado *A elite colonial Piauiense: família e poder*.[191] Em sua obra ela trabalha diversos fatores da história piauiense, como as relações familiares, o patrimônio dessas famílias, e suas relações com o poder. Seu recorte cronológico compreende o período de instalação do aparelho político administrativo, em 1762, e pelo término oficial do período colonial, em 1822. Quanto a documentação utilizada, foram os inventários e os testamentos como fonte principal, existentes no arquivo público do Estado do Piauí, referente as vilas de Jerumenha e Valença. Desses foram selecionados 158 inventários e 13 testamentos. Através desta obra podemos situar a mulher piauiense.

No final dos anos seiscentos a população era predominantemente do sexo masculino. E a legislação vigente no Brasil colônia determinava que a idade mínima para as mulheres contraírem núpcias era 12 anos e para os homens 14 anos. Já a média para as mulheres contraírem núpcias era de 15,4 anos e 22,6 anos para os homens, existiam pouquíssimas mulheres solteiras com mais de 22 anos. Com relação a média da frequência de tempo entre a idade dos filhos consecutivos era de 2.1 anos (este espaço de tempo corresponde ao período necessário às duas gestações, incluindo-se as fases gestacionais, de puerpério e de aleitamento materno)[192].

Com base nesses dados, pode-se afirmar que as mulheres do Piauí no período colonial casavam-se cedo e esse acontecimento era de suma importância na vida dessas meninas. Enquanto os homens se casavam com cerca de 22 anos, em sua fase adulta, as mulheres contraíam núpcias com 15 anos e aos 22 era muito difícil encontrar uma mulher solteira. Ou seja, havia uma preocupação da família no preparo dessas meninas, para o casamento, o importante era encontrar um bom marido, seja para manter o patrimônio e o nome da família, seja para elevar o patrimônio e o status familiar. Uma moça que chegava aos 22 anos solteira não era bem vista, sobretudo, aos olhos da elite.

Sendo assim, essas relações familiares no Piauí, particularmente, para as mulheres não era muito diferente do panorama geral. As moças da elite viviam sob controle mais rígido em se tratando do matrimônio, pois tinha-se toda a preocupação com o patrimônio da família e a questão do status. Já as mulheres de outras classes eram tratadas com menos estima por parte dos homens, por exemplo o reconhecimento da paternidade das crianças nascidas de uniões extraconjugais ocorria com raridade.

---

[191] BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A Elite Colonial Piauiense família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995
[192] Ibid.

Além do mais, muitas das damas que não pertenciam a elite se estruturavam em famílias não legitimadas, já para os sujeitos de camadas sociais mais elevadas o casamento era um ato social com implicações econômicas e políticas, frequentemente ligado a aliança entre famílias, a interesses patrimoniais e à busca de status e poder. Em razão dos obstáculos institucionais e burocráticos, a realização da cerimônia do casamento era muito dificultosa, a assistência espiritual contínua e efetiva era uma das barreira a esse intento, sobretudo, para uma população que se distribuía de forma dispersa e apresentava rápido crescimento. Em virtude disso tinha-se um alto índice de famílias não legitimadas no Brasil colonial, principalmente entre os mais pobres. Desse modo, dentre as pessoas livres e pobres as famílias se estruturavam independente dos laços matrimoniais.

Naquela sociedade o sentimento das mulheres, quando se tratava de encontrar um companheiro, sobretudo, a atração física e a afetividade eram desprezados. A escolha do cônjuge deveria atender harmonicamente os interesses das famílias dos candidatos, do grupo social a que estas pertenciam e da sociedade como um todo. E quanto ao casamento para viúvas com filhos menores era uma questão de sobrevivência, já que as damas eram muito dependentes dos homens.

Diante do exposto, podemos afirmar que as mulheres livres e pobres tinham mais flexibilidade, quanto a escolha do parceiro, pois diferente daqueles pertencentes a elite, não se tinham expectativas muito elevadas. E durante as guerras de independência no Piauí as mulheres estavam lá. Todavia de maneira geral no que já foi produzido sobre esse tema, muito dificilmente a figura feminina é referenciada. Contudo, se foi possível a formação de tropas para lutar nestas guerras foi justamente, porque se tinha mulheres, que facilitaram esse processo.

Encontramos nas fontes analisadas poucas referências a figura feminina. A primeira é do Dr. João Cândido de Deus e Silva, que escreveu depois da batalha do Jenipapo. Esse texto encontramos no livro *Cronologia histórica do Estado do Piauí*[193], escrito por Francisco Augusto Pereira da Costa, diz o seguinte:

> Os voluntários patriotas vinham às dezenas, arrastados pelos sentimentos, pela imitação talvez. As próprias mulheres não ficavam indiferentes: mandavam os maridos, os irmãos para a guerra, e a fim de que levassem munições e armas vendiam joias, se mais nada tinham que vender. A mulher piauiense mostrou, nessa ocasião, a grande fortaleza, o ânimo varonil de lendárias heroínas. Foi inexcedível de amor pelo triunfo completo na independência – que abraçara desde as primeiras proclamações. De todos os pontos do sertão chegavam diariamente a Oeiras e às vilas grupos que vinham para a ação, alguns muitos, sem armas, sem a possibilidade de adquiri-las,

[193] DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. Cronologia histórica do Estado do Piauí. 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. V.2

> sem bem saber o que queriam e dispostos no entanto a se deixar trucidar pelos sabres lusitanos, desde que, assim, estorvassem o passo ao seu exército.[194]

Nesse trecho podemos destacar a importância dessas mulheres nas lutas independentistas, além de "mandar", seus maridos e irmãos para a guerra, ainda permaneciam cuidando do lar, da família e muitas vezes providenciavam o sustento, pois o soldo dos soldados diversas vezes eram pagos atrasados. Assim sendo fora necessária muita coragem e força para além disso, suportar também a angústia de ficar sem esses homens e sem notícias, ou até mesmo sem previsão de encontra-los novamente. Outrossim, encontramos também registros de mulheres que doavam bens de valor e de subsistência em pró da causa independentista.

Na revista do IHGB que estamos utilizando como fonte temos um ofício dos líderes das tropas que estavam marchando em auxílio do Piauí, nela temos a descrição da soltura de uma mulher presa:

> Soltura de uma mulher preza
> V. S. fará soltar logo a preza filha de Maria Rodrigues de Assumpção, bem digna de compaixão, segundo o estado em que se nos apresenta aleijada de uma mão.
> Deus guarde a V. S.
> Quartel General do Crato 26 de maio de 1823
> Jozé Pereira Filgueiras.
> Tristão Gonçalves Pereira de Alencar.
> Sr. Capitão mór Francisco Xavier Angelo.[195]

Como se pode constatar através desse trecho as mulheres também eram feitas de prisioneira e dependendo do seu "estado" era-lhe atribuída compaixão. Desse modo, podemos atestar que as mulheres sofriam prisões nesse período. E ainda que a figura feminina teve sim participação nas guerras de independência, seja se vestindo de homem a fim de ser integrada nas tropas. Liderando outros grupos e enfrentando portugueses, com estratégias; apoiando seus irmãos, maridos e pais; vendendo seus pertences ou até mesmo mantendo a casa e a família até quem sabe a volta desses sujeitos. Apesar das menções a essas figuras femininas serem escassas elas estavam presentes nesse momento tão importante da História brasileira. Além desses acontecimentos, acreditamos que tenham diversos outros aos quais essas figuras não foram mencionadas nas páginas da nossa historiografia. Todavia, é importante trazer ao palco da

[194]DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. Cronologia histórica do Estado do Piauí. 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. V.2. P. 152-153.
[195] ARARIPE, Tristão Alencar de. Ofício de José Pereira Filgueiras ao Sr. Capitão mór Francisco Xavier Angelo. Crato, 26 de maio de 1823. "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan de 2026. P. 462.

História essas personagens, que tiveram tanta importância para o desfecho da História que temos hoje.

3.2. OS NATIVOS NAS GUERRAS DE INDEPENDÊNCIA

Um outro personagem a se destacar são os nativos, que antes da chegada dos europeus já viviam no Brasil. E no Piauí os colonos através das guerras de colonização assassinaram e expulsaram milhares deles. Para realização desse estudo nos utilizamos, sobretudo, das seguintes obras: *História dos índios do Piauí* [196]*; O outro lado da história, o processo de Independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí - 1789/1850*[197]*; Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)*[198].

As principais justificativas mais utilizadas para a violência perpetrada contra os nativos foram, a da Guerra justa, cujos argumentos eram a resistência dos gentios à pregação do evangelho e a sua recusa em defender a vida e os bens dos vassalos do rei; as práticas de atos de banditismo, contra os interesses e o comércio dos vassalos do rei; a fuga das obrigações fiscais e a recusa do serviço régio em trabalhos agrícolas ou em ações militares e por fim práticas de antropofagia.

Esses argumentos foram utilizados pelos colonizadores a fim de subjugarem uma cultura diferente. Para invadirem suas terras, e usufruir do que fosse vantajoso a eles. No decorrer da História do Brasil diversas leis e decretos foram criados para tratar da legalidade ou não da escravização desses nativos. A primeira lei portuguesa que tratava sobre isso foi de 1570, e proibia a ida de colonos ao sertão para capturar índios que depois eram usados e tratados como escravos, sendo trocados e vendidos.[199] Em 1529, o Papa aprovava que os índios fossem convertidos ao Cristianismo. E em 1537, foram necessárias duas bulas papais para deixar claro que os índios eram capazes da fé e salvação, aptos para o batismo, capazes de se tornarem cristãos em pleno gozo de sua liberdade e direitos. [200]

---

[196] DIAS, Claudete Maria Miranda; DE SOUSA SANTOS, Patrícia (Ed.). **História dos índios do Piauí**. EDUFPI, 2016.
[197] DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história, o processo de Independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí - 1789/1850**. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.
[198] COSTA, João Paulo Peixoto. Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). 2016. 1 recurso online (369 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1630142. Acesso em: 16 jan. 2026.
[199] DIAS, Claudete Maria Miranda; DE SOUSA SANTOS, Patrícia (Ed.). **História dos índios do Piauí**. EDUFPI, 2016.
[200] Ibid.

No entanto, essas leis eram explicitamente desrespeitadas, e em 1605, Filipe III, confirmou esse decreto português. Entretanto, principalmente, os colonos que viviam nas áreas econômicas distantes do litoral açucareiro não tinham capital para comprar escravos africanos, e se utilizavam da mão de obra dos nativos, mesmo estando proibida por decreto.

Apesar desses argumentos utilizados por aqueles que desejavam sujeitar os nativos, por exemplo, de que eram gentios bárbaros, um acontecimento interessante na História do Piauí demonstrou o contrário. No ano de 1571, o português, Nicolau de Rezende naufragou no delta do Parnaíba, com 16 companheiros, e conviveu por cerca de 16 anos com os Tremembés, recebendo bom tratamento. Esse episódio expressa que se a chegada dos "homens brancos" tivesse sido de paz, com o intuito de respeitar a cultura nativa eles poderiam talvez conviverem.

No Piauí existiam quatro etnias, a Tupi-Guarani (ou Tupi), a Jê, a Caraíba (ou Caribe) e a Cariri. Os tupis tinham as seguintes características: se alimentavam de caça e pesca; tinham a agricultura e plantavam mandioca, milho e batata; eles confeccionavam redes, bancos e cadeiras; nos combates usavam lanças e tacapes, as lanças podiam levar material inflamável nas pontas; como troféus de guerra usavam as cabeças dos inimigos na entrada da maloca e fumavam cachimbo nas cerimônias, se localizavam no litoral ou perto. Os nativos da etnia Jê, caçavam, pescavam e se utilizavam de veneno na pesca, não tinham anzóis, mas era comum pescar com uma espécie de tarrafa rudimentar; sua agricultura era incipiente; não conheciam os tecidos; fumavam cachimbo nas festas; viviam em constantes conflitos com seus vizinhos e as armas utilizadas para caça e para a guerra eram o arco e a flecha. Já os sujeitos da etnia Caraíba viviam da caça e pesca, desconheciam o anzol; cultivavam uma pequena agricultura de mandioca, milho e feijão; se utilizavam de redes, esteiras e abanadores de palha, cuias feitas de cabaças, canoas fabricadas de casca de Jatobá, portanto, eram hábeis canoeiros e usavam arco e flecha, faziam machados de pedras e furadores. Os Cariri são pouco conhecidos, o pouco que se sabe é que aproximam-se culturalmente dos tupis, que conheciam a agricultura de forma mais rudimentar que eles e que faziam redes de algodão e conheciam uma cerâmica rudimentar.[201]

A seguir temos alguns quadros, de cerca do século XVI, com informações da distribuição dessas nações dentro do território que corresponde atualmente ao Piauí:

[201]BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena Piauiense**. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; DE SOUSA SANTOS, Patrícia (Ed.). História dos índios do Piauí. EDUFPI, 2016.

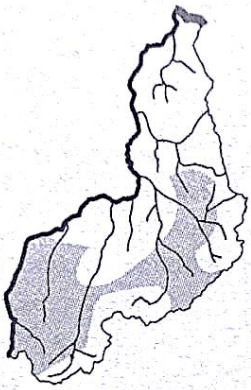
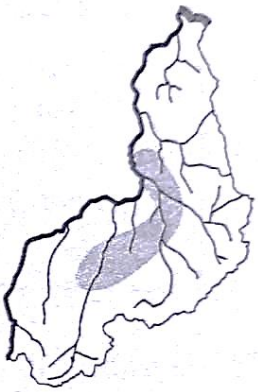
Figura 6: Etnias, número de nações e tribos

ETNIAS	Nº DE NAÇÕES E DE TRIBOS	NAÇÕES	Nº DE TRIBOS
Jê	4 —— 95	Acroá Gueguê Jaicó Timbira	64 16 4 11
Caribe	1 —— 1	Pimenteira	1
Tupi	1 —— 2	Tabajara	2
Cariri	1 —— 60	Tremembé	60

Fonte: João Gabriel Baptista

Neste quadro temos as quatro etnias nativas já citadas e seus respectivos números de nações e tribos. É possível ter uma noção da diversidade e da grande quantidade de nativos que habitavam os territórios que fazem parte do atual território piauiense.

Figura 7: Quadro demonstrativo das distribuições espaciais das nações indígenas I

NAÇÃO	ACOROÁ	TREMEMBÉ	GUEGUÊ
ESPAÇO FÍSICO OCUPADO POR NAÇÃO			
PERCENTUAL DO ESPAÇO FÍSICO OCUPADO POR NAÇÃO	38.30%	23.02%	15.12%
Nº DE TRIBOS	64	60	16
Nº DE HABITANTES	128.000	120.000	32.000

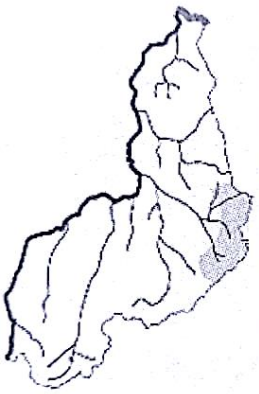
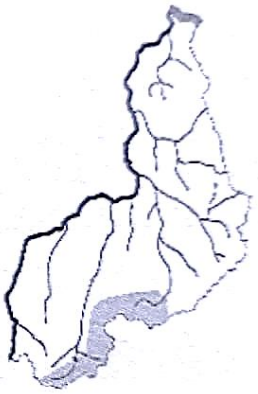
Fonte: Machado, Paulo. Trilhas da Morte. Teresina, Corisco, 2002, p.24

No quadro acima temos as três nações com maior percentual do espaço físico ocupado. As nações Acaroá e Gueguê fazem parte da etnia Jê, que compõe a maior porcentagem de território ocupado. Os Acaroá pelo sul e um pouco do sudeste, ocupando uma parte do centro, com um percentual de espaço físico ocupado de 38,30%. Já os Gueguês ocuparam mais ali ao centro, com um percentual de 15,12%. Já os Tremembés que são da etnia Cariri, ocupavam o espaço mais ao norte, com um percentual de 23,02%.

Já a imagem abaixo nos traz a representação da ocupação do espaço pela nação Pimenteira, da etnia Caribe, ocupando um percentual de 9,06%, ocupando mais a região ao sudeste. A nação Timbira, da etnia Jê, no quadro ocupa um percentual de 6,47% do território. A nação Jaicó, da etnia Jê, um percentual de 6,01% desse território. E por fim a nação Tabajara, da etnia Tupi, com o menor percentual de território ocupado, cerca de 2,02%. Através desses

quadros pode-se perceber que quase todo o território era ocupado per esses nativos, e que eles possuíam sua organização e cada tribo tinha sua identidade.

Figura 8: Quadro demonstrativo das distribuições espaciais das nações indígenas II

TIMBIRA	JACÓ	TABAJARA	PIMENTEIRAS
			
6.47%	6.01%	2.02%	9.06%
11	4	2	1
22.000	8.000	4.000	2.000

Fonte: Machado, Paulo. Trilhas da Morte. Teresina, Corisco, 2002, p.24

Essas divisões em etnias foram feitas após a subjugação dos nativos. Antes da chegada dos colonizadores, havia inúmeros sujeitos convivendo de acordo com sua cultura. Todavia, com a justificativa principal de "salvarem as almas desses nativos do inferno", esses colonizadores consideraram a cultura nativa inferior. Não obstante, estavam interessados, sobretudo, nas terras e no que poderiam tirar vantagem desses povos. Tanto que em 1697, já existiam nessas terras 129 fazendas de gado, e esse número foi só crescendo, enquanto o número de nativos diminuía.[202]

[202] MOTT, Luiz. **Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial**. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; DE SOUSA SANTOS, Patrícia (Ed.). História dos índios do Piauí. EDUFPI, 2016.

Nas terras que atualmente pertencem ao Piauí no século XVII, Francisco Dias d'Àvila juntamente com ajuda de homens experientes foram invadindo as terras e ocupando os territórios. E de acordo com essas invasões a coroa portuguesa concedia as sesmarias, que eram grandes lotes de terras a esses invasores. Depois dessa entrada houve um aumento no número de colonizadores para esse novo território. A invasão desses sujeitos a fim de obterem vantagens caracterizou-se por complexos conflitos de interesses. De um lado se tinha os catequistas (jesuítas), e colonizadores, que queriam aldeias e trazer o nativo a "civilização". Além desses, havia outros interesses, como massacrá-los, prendê-los como escravos e tortura-los para que informassem onde havia minas de ouro e pedras preciosas.

Esses conflitos eram tão complexos, que devemos considerar também as disputas entre os próprios nativos, pois como já destacamos eram grupos heterogêneos, portanto, nem todos os seus interesses eram comuns. Esse aspecto foi de grande serventia para os invasores, que se empregavam disso para aumentar as rivalidades e até se utilizar desses indivíduos como aliados. Em meio a esse cenário, no ano de 1608, um padre, foi assassinado pelos Tacarijus, em 12 de janeiro, juntamente com três nativos. Em vingança pela morte do padre, os Tabajaras atacaram e destruíram os Tacarijus.[203]

Nesse período a capitania do Piauí ainda nem existia, esse território pertencia a jurisdição de Pernambuco. Só em 1701, essas terras foram desanexadas da capitania de Pernambuco e passou à do Maranhão. A capitania do Piauí só foi criada em 1718, por carta régia, e somente instalada em vinte de setembro de 1759, com a posse do primeiro governador, João Pereira Caldas.

Ademias, existiram diversas maneiras de resistência desses aborígenes, como fugas para outras regiões, enfrentamento a essas campanhas militares, realizavam pilhagens de fazendas, devastação de roças e gados, assassinatos e outras. Uma das maiores resistências nativas de que se tem notícia aconteceu nas primeiras décadas do século XVIII. Por volta de 1712, do norte das matas do Iguará, no alto Parnaíba, as tribos atacavam e sem tréguas reatacavam. Chefiadas por um nativo domesticado, Pernambucano, conhecido pelo nome de Mandu Ladino, que teria fugido de um aldeamento, ele foi um sujeito muito inteligente e um líder nato. Essa resistência foi uma revolta poderosa, tanto que uma carta régia mandou que 400 nativos do Ceará se incorporassem aos de São Luiz para combatê-los. Foi designado o mestre de campo, Souto Maior para a direção das tropas legais, ele se chocou duas vezes com os seguidores de Mandu

[203] BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena Piauiense**. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; DE SOUSA SANTOS, Patrícia (Ed.). História dos índios do Piauí. EDUFPI, 2016. P.133.

Ladino, na segunda vez Souto Maior foi derrotado. Assim os nativos que o seguiam se incorporaram às tropas do vencedor. Em 1713 a luta se estendeu e se estabeleceu entre a barra do Poti e o vale do Igaraçu e com os anos fora se desenvolvendo.

No ano de 1716 as tropas nativas entram em combate e são perseguidas, Ladino caiu no rio Igaraçu e foi assassinado pelo soldado Manoel Peres. Depois da morte de Ladino a revolta enfraqueceu, e em 1717 não apresentou o mesmo impacto, com isso terminou em 1718, com lutas isoladas. Muitos desses nativos lutavam até a morte, outros quando eram capturados eram reunidos em arraiais, aldeamentos, reduções ou também chamados de núcleos de concentração especialmente, mulheres e crianças. Basicamente eram aldeias artificiais localizadas perto das vilas e fazendas portuguesas. Os jesuítas distribuíam os nativos por missões com nomes religiosos, como nossa senhora do Desterro e Nossa Senhora dos Aroazes.[204]

Os principais aldeamentos foram três, o de São João do Sende, criado por volta de 1768, a cerca de 8 léguas de Oeiras, ainda no governo do primeiro governador do Piauí. Seu número chegou a mais de 400 Gueguês. Foi extinto em 1786 e seus habitantes levados para São Gonçalo do Amarante. Suas terras eram terras que não serviam para a agricultura. Porém, por esse aldeamento, pode-se inferir que aqueles que prendiam esses sujeitos não se importavam tanto com o bem estar desses nativos, pois só se preocuparam em reuni-los em um local próximo às vilas constituídas, para no caso deles fugirem. Contudo, as terras desse arraial não eram boas para agricultura o que dificultava a obtenção de viveres, assim muitos desses nativos passaram fome. O segundo foi o de São Gonçalo do Amarante, criado por volta de 1771, no governo de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro. E por fim o aldeamento intitulado Cajueiro.[205]

Os nativos muita das vezes eram tratados como escravos, maltratados e forçados a trabalharem, por isso as tentativas de fugas eram constantes. Todavia eram perseguidos e "reintegrados", com a justificativa de que precisavam ser "civilizados", para deixarem de ser gentios bravos. Além desses aldeamentos, crianças nativas de ambos os sexos, foram espalhadas pelas casas de diversas famílias daquela sociedade, com o propósito de que viessem aprender ofícios e serviços domésticos. Entretanto, muitas delas viviam em estado de miserabilidade, pois a elas era destinado a alimentação e a vestimenta que sobrasse da casa a qual residiam.

No quadro a seguir temos uma cronologia da instalação e denominação de alguns aldeamentos.

---

[204] BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena Piauiense**. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; DE SOUSA SANTOS, Patrícia (Ed.). História dos índios do Piauí. EDUFPI, 2016.
[205] Ibid.

Figura 9: Cronologia das instalações e denominações dos aldeamentos.

CRONOLOGIA DAS INSTALAÇÕES E DENOMINAÇÕES DOS ALDEAMENTOS

ANO DE INSTALAÇÃO	DENOMINAÇÃO DO ALDEAMENTO	INDÍGENAS E ALDEAMENTOS
1658	São Francisco Xavier	Tabajaras
1722	Ilha do Cajueiro	Tremembés
1740	Nossa S. dos Aroazes	Tremembés
1742	Nossa S. do Desterro	Tremembés
1751	São José	Acroás
1751	São Félix da Boa Vista	Acroás
1768	São João de Sende	Gueguês
1771	S. Gonçalo de Amarante	Gueguês/ Acroás
1771	Cajueiro	Acroás
1772	Lagoa do Bicho	Acroás
1808	Lagoa do Bonsucesso	Pimenteiras

Fonte: Paulo Machado

Fonte: MACHADO, Paulo Henrique Couto. Estrutura fundiária Piauiense: origem, formação e consolidação. Teresina, 2000 (paper). p. 09. Apud CORREIA, Wilson, Da liberdade ao extermínio. In: DIAS, Claudete Maria Miranda; DE SOUSA SANTOS, Patrícia (Ed.). História dos índios do Piauí. EDUFPI, 2016. p. 375.

Com o passar do tempo o território foi sendo ocupado, as fazendas sendo instaladas e as famílias foram se organizando em torno do poder. Os nativos tiveram que ir se espalhando pelo território e se adaptando para continuarem sobrevivendo nessa sociedade.

No período da independência (1822-1823), esses nativos não deixaram de existir, assim como os outros sujeitos das camadas populares as quais estamos tratando. O envolvimento desses grupos heterogêneos nessas batalhas pela independência, ocorreu de diversas formas, e assim como João Paulo Peixoto[206] concordamos que o envolvimento desses grupos foi baseado nas experiências específicas e nas demandas distintas em relação às elites políticas e econômicas brasileiras. Ou seja, a participação desses grupos não foi movida apenas pelo convencimento das elites, mas eles também tinham suas demandas e expectativas. Muitos indivíduos agiram com o intuito de defender sua família e seu lar, por exemplo, pelo sentimento antilusitano, e diversos outros fatores.

Essas missões instituídas pelos jesuítas ainda existiam no período independentista. Temos relatos da participação desses indivíduos, a primeira menção, a qual destacamos é a do Monsenhor Chaves,[207] que relata a participação de uma tropa de nativos, da vila de Viçosa, na vila de Campo Maior, depois da Batalha do Jenipapo. Ele apresenta um documento, no qual o Capitão das tropas cearenses Alexandre Nereu transmitiu às autoridades de Oeiras no dia 4 de abril:

> Depois que escrevi a V. Excias. fui atacado por várias vezes tanto de meia dúzia de soldados pagos, que aqui se acham, do Ceará e dessa Cidade, como de uma tropa de índios vinda de Vila Viçosa, os quais têm feito os maiores insultos e roubos possíveis por falta de subordinação aos seus comandantes, e tudo motivado por sedução de dois malévolos, Vicente Bezerra da Costa e seu irmão Luís Pinto, que sendo o dito Vicente Bezerra um Furriel desta Vila, cingiu uma banda intitulando-se Capitão para melhor fazer a sedução para as suas maldades, fazendo-se comandante dos ditos pagos; vindo um deles atacar-me em minha casa com palavras injuriosas, o mandei prender, e logo imediatamente os outros foram tirá-lo, armados de granadeiras, lascando o tronco a machado e subiram rua acima atacando-me com palavras vis, e chegando confronte à minha porta atiraram-me com a fechadura do tronco, protestando matar-me; e eu, para ver se evitava outro insulto, mandei recolher as granadeiras à minha casa. Porém no outro dia seduziram os índios e arrojaram à minha porta gritando que eu era corcunda por ter recolhido as granadeiras; e entrando na casa cada soldado se apossou da sua. Eu, para me ver livre desse ataque, mandei chamar o Capitão Comandante dos índios e mostrei-lhe os meus papéis a fim de acomodar a gente vil.[208]

[206] COSTA, João Paulo Peixoto. **Na lei e na guerra**: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845). 2016. 1 recurso online (369 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: 20.500.12733/1630142. Acesso em: 20 jan. 2026.
[207] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006.
[208] Ibid. p.106

Esse trecho é um retrato das insubordinações que foram constantes nesse período, não só os nativos se insubordinaram, mas temos relatos de ciganos, de piauienses, cearenses, pernambucanos e outros. O roubo foi um dos fatores principais dessas insubordinações, pois havia falta de viveres, devido as secas e a grande demanda de sujeitos para alimentar. Para as tropas a alimentação e as vestimentas eram precárias, além dos soldos constantemente atrasados.

Esse acontecimento pode ter sido também uma resistência política, contra um exército que não lhes pagava soldo, transformando o "crime" em um ato de agência. Pois se era difícil convencer as tropas a continuarem em marcha em condições extremamente precárias, com atraso de soldos, comida e artigos de higiene escassos quanto mais sujeitos que pertenciam a outra cultura. Dificilmente eles seguiriam ordens que não atendessem também seus interesses.

Foi um período de desordem tamanha que havia sujeitos que se intitulavam capitães, como é relatado no trecho, a fim de seduzir outras pessoas a realizarem suas ordens. Como não existia a tecnologia de comunicação atual, muitos indivíduos se aproveitavam para espalhar notícias falsas e gerar mais insubordinações ainda. Nesse trecho também é possível ressaltar que os nativos também possuíam um sentimento antilusitano, pois o Capitão Alexandre Nereu teve que mostrar os papéis da sua patente, para comprovar que não era corcunda[209] e sim um capitão independentista, a fim de acalmar aquele grupo de nativos. Um outro ponto a se destacar é que assim, como as tropas e a população piauiense, os nativos e outros grupos subalternos, também estavam sendo afetados pela seca e pela precariedade das condições, pois os nativos também foram recrutados para auxiliar na independência do Piauí e Maranhão. E frente a todo esse cenário de desordem eles agiram de acordo com suas vivências e experiências, não simplesmente como fantoches de outros sujeitos. Outrossim, é possível salientar que esses nativos continuaram com sua cultura e costumes da forma que lhes era possível continuar. A título de exemplo, ainda viviam em grupo e se utilizavam de arco e flecha para lutar. Monsenhor Chaves, logo em seguida traz a continuação desse documento:

> No dia 2 chegou aqui o Tenente Simplício José da Silva, comandante em chefe desta vila para V. Excias. e tratando logo de dar providências mandou soltar certa porção de animais que se achavam pegados e peados pelos ditos índios, os quais escandalizados não só por isso mas também por se tratar de outros roubos mais que eles tinham feito, hoje, pelas 7 horas do dia, foram-se todos embora com os seus Capitães dizendo que estavam todos adoecendo de sezões, por isso se retiravam.[210]

[209] O termo "corcunda" era uma designação pejorativa utilizada pelos partidários da independência, para se referir aos defensores de Portugal.
[210] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006. p.106-107.

Neste fragmento é perceptível a consequência da falta de alimentos, que levava os sujeitos a roubarem animais, que pela alta demanda, fazia com que os preços fossem altíssimos dificultando a alimentação, particularmente, daqueles mais pobres que não podiam arcar com esses valores, tanto nativos, como as camadas populares. Portanto, nesse ponto temos mais um motivo para a participação desses indivíduos, quem sabe o final desse movimento e a libertação do jugo português.

Além dessa citação de Monsenhor Chaves, temos a participação desses nativos, quando os chefes do exército auxiliador do Ceará, que marchou em auxílio a independência do Piauí e Maranhão, solicitou o envio dos nativos da Missão da Conçeição Jozé, com seus arcos e flechas.[211] Essa fonte explicita que após aquela relação inicial, dos invasores com esses nativos, muito tempo depois ela se transforma em uma relação amistosa. Justamente com o objetivo de vencer e expulsar os "corcundas" do Brasil.

3.3. ONDE ESTAVAM OS CIGANOS DURANTE AS BATALHAS PELA INDEPENDÊNCIA NO PIAUÍ E CEARÁ?

Um outro grupo importante a ressaltar são os ciganos, uma etnia com diversos subgrupos. "Eles se identificam em torno de uma ciganidade baseada em valores culturais e não necessariamente na cor da pele ou características fenotípicas específicas."[212] Os quais são pouco conhecidos, muitas vezes o que se pensa que se sabe sobre esse grupo é permeado de estereótipos e preconceitos.

Entretanto, isso não vem de hoje, há muito tempo lhe foram negados direitos e privilégios. O Estado português, a título de exemplo, embasava essa postura "anticigana",[213] a partir das políticas de saneamento da metrópole, ao culpar os ciganos por todas as epidemias e calamidades que ocorriam eles associavam esses grupos à mendigos e bandoleiros. Os ciganos foram proibidos de falar sua língua, pois alguns chegaram a dizer que o Romaní[214] e o Caló,[215]

[211] ARARIPE, Tristão Alencar de. Ofício de José Pereira Filgueiras ao diretor dos índios da Missão da Conceição Jozé. Quartel general de São João, 12 de abril de 1823. "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan de 2026. P.281-283.

[212] CAIRUS, Brigitte Grossmann. **Estudos ciganos no Brasil: construções identitárias e racialismo entre 1880 e 1940.** *In:* DE SOUSA NASCIMENTO, Francisco de Assis; PORTELA, Lenilson Rocha; LIMA, Nilsângela Cardoso (Ed.). Ciganos no Brasil: cultura, sociedade e formas de resistência. Cancioneiro, 2023. p. 12.

[213] É uma forma específica de racismo, preconceito, hostilidade ou discriminação direcionada contra os povos ciganos (Roma, Sinti, Caló, entre outros grupos).

[214] É o idioma ancestral dos povos ciganos, originário do norte da Índia e pertencente ao ramo indo-ariano.

[215] Um dialeto misto, também conhecido como romani ibérico, falado tradicionalmente pelos ciganos (calé) da Península Ibérica.

eram falso e utilizado para enganar a população. Suas práticas nômades eram vedadas por não corresponder a civilização moderna e seus trajes costumeiramente eram motivo de preconceito. As mulheres foram proibidas de praticar a quiromancia[216] e a cartomancia[217], pois eram práticas contrárias a Igreja católica.[218]

Diversas leis foram criadas contra os ciganos no reino de Portugal, por exemplo, em 1579, promulgou-se o alvará o qual estabelecia que os ciganos e todas as pessoas que em sua companhia estivessem deixassem o reino, no período máximo de 30 dias. Acabado esse prazo, qualquer cigano que fosse encontrado deveria ser preso e açoitado publicamente e depois degredado para as galés.[219] Muitos desses ciganos foram degredados para o território que atualmente corresponde ao Brasil. Portanto, a coroa Portuguesa teria forçado uma migração em massa para essas terras a partir do século XVII:

> Apesar da perseguição legitimada através de leis anticiganas que os descreviam como desviantes sociais na Europa e que os forçavam a se submeter a diásporas coloniais, os ciganos foram lentamente assimilados no Brasil colonial e conquistaram um espaço social de prestígio como comerciantes de escravos. No Brasil, a escravidão era uma instituição profundamente enraizada e rentável que persistiu até o final do século XIX. Os ciganos encontraram, no comércio de escravos, um nicho rentável em centros urbanos e no interior, e sua mobilidade conhecida jogou a seu favor como participantes do comércio infame.[220]

Com isso os ciganos encontraram no comércio de escravos, um meio de lentamente serem assimilados no Brasil colonial e conquistaram seu espaço. Apesar disso, ainda eram constantemente julgados como ladrões iletrados e não confiáveis, mas um pouco antes da independência também foram conhecidos por oferecerem entretenimento para a corte, eram dançarinos e acrobatas.

No entanto, havia um grande sentimento de preconceito e ódio para com esses sujeitos. Durante a marcha do exército auxiliador que saiu do Ceará em direção ao Piauí, já estudados no capítulo anterior deste trabalho, temos um ofício do capitão Pereira Filgueiras, no qual os ciganos são intitulados até de "inimigos da humanidade", é perceptível o ódio que existia contra esses sujeitos:

---

[216] A quiromancia é a arte de ler as **linhas, formas, montes e marcas das mãos** (especialmente as palmas) para interpretar aspectos da personalidade, caráter e potenciais eventos futuros de uma pessoa

[217] Prática de adivinhar pela interpretação e leitura de cartas de jogar

[218] KARPOWICZ, Débora Soares. **Ciganos: história, identidade e cultura**. Fi, 2018.

[219] Ibid. p.75.

[220] CAIRUS, Brigitte Grossmann. **Estudos ciganos no Brasil: construções identitárias e racialismo entre 1880 e 1940.** *In:* DE SOUSA NASCIMENTO, Francisco de Assis; PORTELA, Lenilson Rocha; LIMA, Nilsângela Cardoso (Ed.). Ciganos no Brasil: cultura, sociedade e formas de resistência. Cancioneiro, 2023. P. 17

> Providencia contra os ciganos
> Consta-nos por continuas participações, que a nossa província se acha coalhada de ciganos, e que esses inimigos do socego publico, dilaceladores da honra e fazenda alheia, e réos de policia, aproveitando-se d'esta occazião em que parte dos povos saem, se preparão para saquear os logares, que sabem se achão desguardados; para o que não pouparão hostilidades e quantos insultos lhes possa lembrar.
> Leis positivas, ordens e provimentos mandão capturar esses malvados, para obrigal-os a trabalhar, ou exterminal-os, mesmo para evitar depredações, de que fazem a sua subsistência em grave prejuízo do publico. Portanto tome V. S. todas as medidas, conservando nos limites de seus districtos pessoas vigilantes, encarregadas de o avizar, logo que a ele se aproximar algum bando d'esses inimigos da humanidade, para os mandar imediatamente prender, tomar-lhes o armamento, e oficiar ao juiz territorial para os summariar, e apreender os bens, que lhes forem achados para as despesas da nação; remetendo-os subsequentemente para a capital.
> Confiamos do zelo e atividade de V. S., que em beneficio do socego da nossa província, e execução das ordens relativas a taes malvados, cumprirá com exactidão esta nossa ordem.
> Deus guarde a V. S.
> Quartel general da villa do Crato 6 de Maio de 1823.
> Jozé Pereira Filgueiras.
> Trsitão Gonçalves Pereira de Alencar.
> Illm. Sr. Tenente-coronel comandante João André Teixeira Menedes.
> Outro do mesmo teor para o capitão-mór das Lavras Francisco Xavier Angelo, outro para o capitão-mór das Russas Francisco da Silva Costa, outro para o de Inhamuns Jozé Alves Feitoza, outro para o de Quixeramobim Jozé dos Santos Lessa.[221]

Temos neste ofício o relato de ciganos que saquearam lugares que estiveram desocupados, durante o período independentista no Ceará, no qual diversos sujeitos foram recrutados para participar do exército auxiliador, deixando assim diversos locais vazios. Neste documento é possível entender como os ciganos eram tratados. Pois ele afirma, que existiam leis, ordens e provimentos que mandavam capturar esses sujeitos, a fim de obriga-los a trabalhar ou até mesmo extermina-los, visto que a sua subsistência causaria grande prejuízo público. Ademais, ordena tomar o armamento e apreender os bens. É perceptível que o ódio e o preconceito para com esses sujeitos nesse período era explícito e, portanto, a tolerância para com os ciganos era quase zero. Muitos eram capturados e obrigados a trabalhar, ou simplesmente exterminados, e essas leis mandavam prendê-los antes mesmo de uma investigação para constatar sua culpa em alguma depredação. Eram capturados unicamente por serem ciganos.

Com esse documento podemos afirmar a heterogeneidade, de pensamentos e atitudes desse período. Não havia o sentimento nacionalista, portanto, os sujeitos agiam de acordo com suas experiências, com o que fosse melhor para si mesmo e seu grupo. O cenário como já

[221] ARARIPE, Tristão Alencar de. Ofício de José Pereira Filgueiras ao Sr. Tenente-coronel comandante João André Teixeira Menedes. Crato, 6 de maio de 1823. In: "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan de 2026. P.395

descrito era de escassez de alimentos, insegurança física e emocional. O que facilitava desordens de todo tipo, diversos grupos e sujeitos participaram de atos de alvoroço, a fim de obterem suprimentos que lhes faltava, ou até mesmo que não precisassem necessariamente. O relato do documento retrata um acontecimento que de acordo com a perspectiva, tem narrativas diferentes. Para os chefes independentistas, como vimos ilustra um grupo que comete depredações e que seria até "inimigo da humanidade", e precisava ser capturado, ou para serem forçados a trabalhar ou exterminados. Por outro, lado para os ciganos não existia o sentimento que os chefes independentistas tinham e tentavam introduzir em seus recrutados. O que existia era a experiência e a vivência desses sujeitos e, portanto, agiam de acordo com elas. Para exemplificar, um dos pensamentos poderia ser de que havia uma guerra da qual o resultado, não mudaria muita coisa na vida desses indivíduos, e havia escassez de mantimentos necessários para sobrevivência, como alimentos. Sendo assim, era necessário a procura e a obtenção desses mantimentos, que era o que muitas vezes esses grupos praticavam.

O preconceito e o estereótipo para com esse grupo vem de muito tempo e perdura em nossos dias. A título de exemplo, no século XX, ocorreu no ano de 1913 na vila da Boa Esperança, atual cidade de Esperantina no Piauí, o massacre de um grupo de ciganos, que atravessava o Piauí rumo ao Maranhão. O governador Miguel de Paiva Rosa, determinou o deslocamento de policiais militares à localidade para conter possíveis desordens, o que acabou se transformando em um massacre desses indivíduos. Nos dias atuais, ainda existem dois cemitérios resultantes desse acontecimento, um mais ao centro da cidade, que estão sepultados os corpos de tantos deles e o cemitério do Ciganinho, que tem um túmulo que virou santuário, visitado por muitos devotos.[222] Sobre esse acontecimento encontramos um filme que retrata detalhadamente o ocorrido. Neste filme é notável a união desse grupo, o preconceito e medo das demais pessoas da vila, que explicitamente demonstraram que esse grupo não era bem-vindo, o que logo repercutiu por toda cidade. E infelizmente resultou em tragédia.[223]

[222] SAMPAIO, Mauro. Cemitérios do massacre dos ciganos em Esperantina. **Acesse Piauí**, 2022. Disponível em:https://www.acessepiaui.com.br/ver_coluna2/3605-cemiterios-do-massacre-dos-ciganos-em-esperantina. Acesso em: 28 de jan. 2026.

[223] MASSACRE DOS CIGANOS O FILME (ORIGINAL). Direção: Danilo Marques. Produção: Gabriel Belino e MarllonBrazil. Roteiro Rodrigo Viana. Esperantina- Piauí, 2020. 83 min, son. Color.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos afirmar que essa campanha libertadora foi uma série de operações militares e ações estratégicas visando a libertação do jugo português. Uma operação de grande escala, e de grande complexidade, além de ter suma importância para a emancipação nacional, pois se essa campanha tivesse falhado o rumo da História teria sido diferente.

Esse processo de emancipação política foi de suma importância para a gestação de uma consciência nacional. Trazendo a teoria de Anderson,[224] a separação política de Portugal fez com que os moradores do país buscassem sua identidade, essa desunião com os portugueses, resultou numa ligação mais profunda entre os habitantes daquele espaço. Durante esse período de guerras pela independência, essa população teve que se unir para lutar pelo seu lugar. E depois de conseguirem expulsar esses portugueses, começaram a se perceber como pessoas que tinham um local em comum, além da língua e dos aspectos culturais, portanto, precisavam se unir e proteger sua casa e família. A partir daí começou-se uma busca pela identidade brasileira, não mais aquela atrelada totalmente aos portugueses. O IHGB, no ano de 1838, por exemplo surgiu com o intuito de formalizar e divulgar essa identidade, que desde esse período de guerras independentistas vinha se formando nas mentes e corações dos habitantes desse país.

Segundo Hobsbawn[225] a consciência nacional se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país e por fim qualquer que seja a natureza dos primeiros grupos sociais capturados pela "consciência nacional", as massas populares, trabalhadores, empregados, camponeses, são as últimas a serem por elas afetadas. Portanto, podemos afirmar que essa consciência nacional se desenvolveu inicialmente nas atuais regiões sul e sudeste, devido sua proximidade com o imperador, já as regiões norte e nordeste eram mais próximas da coroa portuguesa como já foi relatado no trabalho. Como as massas populares não tinham acesso à educação como as elites essa consciência nacional, foi se desenvolvendo através do que era-lhe repassado, de segunda mão. Hobsbawn destaca que um componente crucial para a formação do nacionalismo é a consciência de pertencer, e com as guerras pela independência podemos ressaltar a participação das tropas que lutaram, todas juntas com um único objetivo. Nesse exemplo temos um desses componentes em gestação.

[224] ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. **São Paulo: companhia das letras**, v. 305, 2008.
[225] HOBSBAWN, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: mito e realidade. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1990.

Além dessas guerras no campo físico, houve disputas no campo das ideias, o que levou mais tempo para ser vencido. Como exemplo, que trouxemos no texto temos o jornal *O conciliador*, que através de sua disseminação de notícias tentou difamar a causa independentista e incutir medo na população. Isso, porque nesse jornal quem escrevia eram portugueses, assim como outros empregos, elitizados eram ocupados pelos europeus. Enquanto a coroa era apoiada pelas elites, e jornais, a causa independentista era propagada através de pasquins e de forma oral. Aos poucos essa causa foi ganhando espaço, transformando mentalidades e fazendo dos habitantes desse país um povo unido, posteriormente pela nacionalidade.

A duração do cerco a vila de Caxias foi cerca de três meses e meio, (do dia 17 de abril, até 31 de julho) essa duração, é evidência da complexidade que foi o movimento. Como não existia a consciência nacional já formada como temos atualmente, grande maioria dos sujeitos agiram de acordo com seus interesses, do que fosse mais vantajoso, por isso temos tantos relatos de indivíduos que mudaram de lado. E muitos registros de insubordinações. Verificamos que isso ocorreu, em grande maioria para o lado independentista, cuja adesão aumentava aceleradamente em todo o país. Os próprios cearenses ao chegaram no dia 21, quando praticamente os embates já haviam encerrado, ao final dessa guerra pretendeu levar os presos. De acordo com Abdias Neves "O exército carecia dos prisioneiros para realce de seus triunfos. E não parecia razoável a preponderância que o Piauí se avocava na resolução final dos negócios da guerra." Portanto, os sujeitos envolvidos nessa guerra conduziram-se conforme seus interesses. É perceptível, porém que o major Fidié, vindo de Portugal, onde já havia uma consciência nacional procedeu de acordo com os interesses do reino.

Isso posto, é notável também que pela falta da consciência nacional, houve alguns traçõs de desunião entre as províncias. Por exemplo, as insubordinações das tropas Pernambucanas e cearenses, já relatadas durante o cerco. E o fato de muitos pensarem mais nos louros e no dinheiro, que receberiam. Como exemplo, temos o acontecimento das tropas cearenses estacionadas em Campo Maior, que ameaçaram uma guerra, caso não recebessem o valor estipulado, até a resolução das divergências entres os líderes do exército auxiliador.

A participação das camadas populares e de outros sujeitos que não fossem das tropas foi de grande importância para a causa nacional. Sem as mulheres os homens não poderiam ter participado dos conflitos, elas asseguravam apoio emocional e físico, quando continuavam cuidando da casa, da família e quando forneciam suprimentos e dinheiro para obtenção de armas. Além disso, tivemos mulheres que de fato empunharam armas de fogo, e lideraram grupos a fim da vitória emancipacionista.

Os escravizados empunharam armas para lutar, a mando de seus senhores, sendo assim, arriscaram suas vidas, que de acordo com as leis eram bens móveis de seus senhores. Ainda por cima, continuaram servindo seus amos, como levando cartas, cavalos, mantimentos para os soldados e realizando trabalhos braçais. Além do mais, os nativos que apesar de serem subjugados desde a invasão dos colonizadores, foram convocados para ajudar nas guerras de independência e que de acordo com suas particularidades também cooperaram com as tropas.

Para além disso, é importante ressaltar que quando se fala em guerras de independência, não eram só os soldados das tropas que estavam lá. Tivemos mulheres, nativos, escravizados e ciganos, que apesar de muitas vezes sofrerem preconceitos e estereótipos, continuaram existindo e vivendo de acordo com sua cultura e identidade. Alguns empunharam armas para lutarem nas batalhas, e outros estavam apenas tentando sobreviver em meio as desordens que perpassou todo aquele período. Porém, é relevante ressaltar que as guerras de independência não se resumiu apenas, a guerras e soldados importante, mas havia toda um sociedade, com suas particularidades, experiências e vivências, e em meio a tanta discrepância o raio da independência conseguiu raiar.

As figuras citadas neste trabalho estão sendo retratadas finalmente em trabalhos atuais, antes o que se tinha era um silenciamento sobre esses sujeitos. Ao realizar esta pesquisa e acessarmos as fontes, constatamos que dificilmente eles são citados. E quando foram mencionados, constatamos que: as mulheres, por exemplo, são elogiadas em alguns trechos; os nativos, são tratados como um auxílio em meio a uma situação de desespero e nos escritos de Monsenhor Chaves,[226] aos quais já citados no último capítulo, são tratados com um tom racista, chamados de "imbecis" e que teriam inventado desculpas para fugir de Campo Maior, sendo assim, são enfatizados as insubordinações aos quais se envolveram, desmerecendo e desprezando sua participação; os escravizados, referidos no penúltimo capítulo,[227] são citados com indiferença, devido a mentalidade do século XIX, ser diferente com relação a escravidão, para eles aqueles indivíduos estavam apenas cumprindo ordens de seus senhores, e com o passar do tempo eles não foram mencionados na historiografia do tema; já os ciganos nas fontes que encontramos foram mencionados realizando depredações e com tom preconceituoso e de ódio para com esses sujeitos; os soldados são mencionados de diversas formas, seja participando dos conflitos, das insubordinações ou deserdando, mas os soldados das camadas populares dificilmente tem seus nomes revelados, salvo, quando são líderes de insubordinações e lhes é

[226] CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006. p.106.
[227] ALBANO, Gracivalda Matos; ARAÚJO, Jhony Santana de. **As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824.** Teresina: Cancioneiro, 2024.

necessário punição, quando não, são rostos sem nomes, muitas vezes descritos como bucha de canhão.

Desse modo, é possível constatar que esses personagens por muito tempo foram silenciados, e muitas das vezes em que foram mencionados foram citados de forma depreciativa, de forma a serem desprezados, como se menciona-los ou não na narrativa histórica não fizesse diferença. No entanto, reafirmamos que esses sujeitos estiveram presente nas guerras de independendo do Piauí, Ceará e Maranhão e que foram sujeitos heterogêneos que participaram de um processo complexo. Cada um com sua identidade, experiências e vivências e que agiram de acordo com elas.

E de acordo com o exposto é necessário mudar nossa compreensão do que foram essas guerras pela independência, pois a presença desses diversos sujeitos transforma um processo no qual tradicionalmente fora propagado como das elites, em um processo extremamente complexo e dinâmico. Um processo heterogêneo com diversas fases e faces.

5. REFERÊNCIAS

ALBANO DUARTE SOUSA, Luís Carlos; SANTANA DE ARAÚJO, Johny. **O Governo das Armas de uma província dissidente: uma breve narrativa da trajetória do major português João José da Cunha Fidié na Independência do Piauí (1822-1823).** Revista Ágora, [S. l.], v. 32, n. 2, p. e-2021320207, 2021. DOI: 10.47456/e-2021320207. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/36145. Acesso em: 9 out. 2023.

ALBANO, Gracivalda Matos; ARAÚJO, Jhony Santana de. **As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824.** Teresina: Cancioneiro, 2024.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas.** São Paulo: companhia das letras, v. 305, 2008.

ARAUJO, Johny Santana de. **O combate que decidiu o futuro do Brasil. A batalha do Jenipapo e a consolidação da independência do Brasil no Piauí 1823**. Cienc. Cult**.**, São Paulo, v. 74, n. 1, p. 1-9, Mar. 2022 . Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252022000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 outubro de 2023.

ARAÚJO, Johny Santana de. **O Piauí no processo de independência: contribuição para a construção do império em 1823**. Clio: Revista de Pesquisa Histórica. Série História do Nordeste, v. 33, 2015, pp. 29-48.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Para uma nova História Militar: repensando uma abordagem até então esquecida**. In: ARAÚJO, Johny Santana de; LIMA, Frederico Osanan Amorim; et al. História: entre fontes, metodologias e pesquisa. Teresina: EDUFPI, 2011.

ARAÚJO, Reginaldo Alves de. Constitucionalismo e independência do Brasil no Ceará (1820-1822). In: IRFFI, Ana Sara Cortez; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Independência e formação do estado nacional brasileiro na província do Ceará (1820-1835)**. Editora Imprensa Universitária da UFC, 2022.

ARAÚJO, Roni césar andrade de. **Das Margens do Ipiranga ao Estreito dos Mosquitos: o Maranhão e a Independência do Brasil nas páginas dos Jornais O Conciliador e O Argos da Lei**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

Brandão, Tanya Maria Pires. **O Escravo Na Formação Social Do Piauí: Perspectiva Histórica Do Século XVII**. Edufpi, 2015.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da Independência do Piauí.** Teresina: FUNDAPI. 2006.

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **A pátria dos vaqueiros: a emancipação política do Brasil- o processo na provincia do Piauí.** *In*: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo; MATEUS, Yuri Givago Alhadef Sampaio (Org.). A

independência do Brasil nas Províncias do Maranhão e Piauí. São Luís: Editora UEMA, 2023.

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **O processo de adesão do Piauí à independência do Brasil**. REVISTA ELETRÔNICA HUMANA RES, v. 4, n. 5, 2022

BRASIL, Bruno. **O conciliador do Maranhão**. Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca. 24 de maio de 2018. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-conciliador-do-maranhao/. Acesso em: 16 de maio de 2024.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 2011.

CERTEAU, Michel de. **Operação Historiográfica: Um lugar Social**. In: A escrita da História. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária,1972.

CHAVES, Joaquim. **O Piauí nas lutas da independência do Brasil**. Fundapi, 2006

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. Tradução para o inglês de Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português de Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Princeton: Princeton University Press, 1984.

DA COSTA, Francisco Augusto Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piauí.** 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. V.2.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **O outro lado da história, o processo de Independência do Brasil, visto pelas lutas no Piauí - 1789/1850**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

FALCI, Miridan Britto Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX**. Projeto Petrônio Portella,
1986.

GALVES, Marcelo Cheche. **"Ao público sincero e imparcial": Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826)**. Tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LARA, Silvia Hunold. **Capitães do Mato**. In: Campos da Violência–Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH/CECULT, 2023.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí, 1822-1871**. Universidade de Passo Fundo, UPF Editora, 2005.

LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY. Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas (São Paulo: Contexto, 2005).

Luís Antônio Vieira da Silva (**Visconde de Vieira da Silva**). Academia Maranhense de letras. São Luís| MA. Disponível em:https://academiamaranhense.org.br/patronos/visconde-de-vieira-da-silva/#:~:text=Homem%20de%20letras%20notabilizou%2Dse, Visconde%20de%20Vieira%20da%20Silva. Acesso em: 28 de jun. de 2024

MATTOS, Ilmar Rohloff de; ALBUQUERQUE, Luis Afonso Seigneur de. **Independência ou Morte: A emancipação política do Brasil.** Coleção: História em documentos. Atual, 1991.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

NEVES, Abdias. **A Guerra do Fidié.** 4.ed. Teresina: Fundapi, 2006.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piaui**. 3. ed. Teresina: FUNDAPI, 2007. V.1.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

SILVA, João Paulo de Barros. **As bases Lusitanas do Piauí na regência das cortes gerais: a luta contra a independência do Brasil (1821-1823).** Dissertação defendida junto a Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul, 2023.

SILVA, Luís Antônio Vieira da. **História da independência da Província do Maranhão, 1822/1828**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

VAINFAS, Ronaldo; DAS NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. **Dicionário do Brasil joanino: 1808-1821**. Objetiva, 2008.

VARNHAGEM. Francisco Adolfo. **História da Independência do Brasil**. Senado Federal, Brasília. Vol. 137. 2010.

7. FONTES:

ALBANO, Gracivalda Matos; ARAÚJO, Jhony Santana de. **As cartas da guerra da independência no Piauí 1822-1824.** Teresina: Cancioneiro, 2024.

ARARIPE, Tristão Alencar de. **"Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional".** In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885.Disponívelem:https://ihgb.org.br/publicacoes/revistaihgb/itemlist/filter.html?ftitle=tomo+xlviii&moduleId =218&Itemid=174. Acesso: 31 de agosto de 2023.

ARARIPE, Tristão Alencar de. **Ofício de José Pereira Filgueiras ao Sr. Capitão mór Francisco Xavier Angelo. Crato, 26 de maio de 1823.** "Expedição do Ceará em Auxílio

do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan de 2026. P. 462.

ARARIPE, Tristão Alencar de. **Ofício de José Pereira Filgueiras ao diretor dos índios da Missão da Conceição Jozé. Quartel general de São João, 12 de abril de 1823.** "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan de 2026. P.281-283.

ARARIPE, Tristão Alencar de. **Ofício de José Pereira Filgueiras ao Sr. Tenente-coronel comandante João André Teixeira Menedes. Crato, 6 de maio de 1823**. In: "Expedição do Ceará em Auxílio do Piauhi e Maranhão. Documentos relativos a expedição cearense ao Piauhi e Maranhão para Proclamação da Independência nacional". Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, Parte I, 1885. Disponível em: https://app.docvirt.com/crv_revistaihgb/pageid/40484. Acesso: 28 de jan de 2026. P.395

Biblioteca digital Luso-brasileira. Acesso em: 01/08/2025. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/44543

O Conciliador do Maranhão. 4, de junho de 1823, seção: 00198. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749524&Pesq=bunda&pagfis=1051. Acesso em: 17 de Maio de 2024.